

Quem é Quem?

na Advocacia de Negócios
em Portugal

2023



Potencie a **sua** **carreira**

Pós-Graduações em Direito

- Direito Administrativo
- Direito Aduaneiro Internacional
- Direito da Moda – Fashion Law
- Direito da Saúde
- Direito das Sociedades Comerciais
- Direito do Trabalho e da Segurança Social
- Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário
- Direito e Tecnologia
- Direito Imobiliário
- Direito Intelectual
- Interdisciplinar em Direitos Humanos
- Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos
- Organização e Gestão no Futebol Profissional



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

Candidaturas
candidaturas.porto@ucp.pt
☎ 939 450 000 / 939 450 012

Saiba mais
fd.porto.ucp.pt



Ficha técnica

Propriedade

Media9Par, S.A.

Diretor

Filipe Alves

Subdiretores

Lígia Simões e Nuno Vinha

Diretor de arte

Mário Malhão

Coordenadora

Mariana Bandeira

Redação

André Cabrita-Mendes, Almerinda Romeira, Bianca Marques, Filipe Alves, Inês Amado, João Barros, José Carlos Lourinho, Lígia Simões, Maria Teixeira Alves, Mariana Bandeira, Nuno Vinha e Rodolfo Alexandre Reis

Área Comercial

Cláudia Sousa (Diretora), Alexandra Berger, Ana Catarino, Carolina Alcoforado, Cristina Marques, Elsa Soares e Isabel Silva

Fotografia

Cristina Bernardo, Lusa, Reuters e Unsplash

Tratamento de imagem

Fábio Gomes

Design e Paginação

Gonçalo Sena, José Fonseca e Rute Marcelino (coordenadora)

Impressão

Jorge Fernandes, Lda

Revista distribuída com

O Jornal Económico nº 2226
de 30 de novembro de 2023

Sede e Redação

Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74,
2740-122 Porto Salvo.
Tel. 217 655 300

Retrato de um sector em transformação



Filipe Alves
Diretor do Jornal Económico



O Jornal Económico publica mais uma edição do “Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal”, o nosso anuário dedicado às sociedades de advogados presentes em Portugal.

O “Quem é Quem” inclui uma primeira parte de natureza editorial, onde analisamos as tendências que vão marcar a atividade do sector no próximo ano, seguindo-se um diretório, de natureza comercial, constituído por apresentações institucionais que são da responsabilidade de cada sociedade, juntamente com uma listagem não exaustiva dos escritórios de advogados portugueses e os respetivos dados de contacto.

Nesta edição, que conta com a coordenação da jornalista Mariana Bandeira, analisamos aqueles que serão os grandes desafios da advocacia de negócios no próximo ano, com recurso a um inquérito realizado junto das sociedades nacionais. Olhamos para temas como as consequências da crise política em termos de ambiente de inves-

timento, devido à falta de previsibilidade regulatória e fiscal, bem como para as oportunidades e desafios suscitados pelas novas tecnologias, entre outros temas que serão decisivos para uma indústria que está em transformação e que desempenha um papel fundamental na dinamização da economia portuguesa.

Este anuário não teria sido possível sem a colaboração de líderes do sector e de especialistas em várias áreas que deram o seu contributo, on e off the record, para nos ajudar a analisar em profundidade os grandes temas e tendências de 2024. A todas essas pessoas, bem como aos parceiros que tornaram possível a publicação deste anuário, o nosso muito obrigado. Do nosso lado, reiteramos o compromisso de continuar a acompanhar a atualidade do sector, procurando fazer jornalismo de qualidade, rigoroso e isento, contribuindo assim para uma opinião pública informada e esclarecida, bem como para um mercado mais transparente e concorrencial.

Índice

09

12

20

24

42

57

Análise

Num país com Governo de gestão e novas eleições legislativas marcadas, quais as perspectivas das sociedades de advogados - pequenas, médias e grandes - sobre o impacto deste contexto político, e das mudanças nos estatutos, no seu negócio e concorrência? Consulte o nosso estudo estatístico

Entrevista

Presidente da ASAP - Associação de Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, afirma que a organização de escritórios não está a receber o mesmo apoio da Ordem, portanto "acha bem" que as associadas deixem de estar inscritas, e revela que arranca no primeiro trimestre de 2024 uma nova academia de formação

Análise

Saiba quais são as firmas com presença em Portugal mais ativos em M&A e private equity entre janeiro e outubro de 2023 através do ranking do TTR e do artigo e infografia elaborados pelo Jornal Económico

Antevisão

O que se espera de cada área de prática em 2024? Do Direito do Ambiente ao departamento de TMT - Tecnologia, Media e Telecomunicações, um grupo de jornalistas do Jornal Económico elaborou as suas previsões, com base nos testemunhos de fontes e outros especialistas dos sectores

Fórum

Os líderes das principais sociedades do mercado português ou sócios responsáveis de equipas jurídicas escrevem sobre as suas expectativas para o próximo ano

Diretório

A informação essencial e os contactos de sociedades de advogados em Portugal

Estudo elaborado pelo Jornal Económico conclui que 53% dos escritórios prevê efeitos do contexto político no negócio e na economia nacional, mas 69% mantêm estimativa de “bom” crescimento interno e do sector.

Maioria das sociedades antecipa crescimento apesar do impacto da crise política



TEXTO

MARIANA BANDEIRA



A maioria das sociedades de advogados ligadas aos negócios em Portugal antecipa um crescimento nos escritórios, embora admita que se sentirão efeitos da crise política transversais à economia e, consequentemente, ao sector, de acordo com um estudo realizado pelo Jornal Económico (JE). A análise demonstra que 53% dos escritórios prevê efeitos do contexto político, mas 69% mantêm boas estimativas de receitas.

Para o managing partner da PLMJ, a mudança de mais uma folha no calendário não altera o caminho traçado, nem mesmo quando o sector – e as regras para o exercício da profissão ou gestão do escritório – a mudar. “As alterações às regras dos estágios que resultam da revisão de estatutos da Ordem não são um tema que gere impacto nos escritórios de média e grande dimensão, onde existe outro músculo financeiro para poder oferecer condições muito confortáveis aos jovens advogados que se juntam a nós”, afirma, reiterando as declarações do presidente da ASAP (ver entrevista das páginas 12 a 19).

Então, qual o principal desafio? “Captação e retenção do melhor talento e sermos especialmente atrativos no fator remuneração”, responde Bruno Ferreira. Onde colocamos o nosso foco é no tipo de experiência que proporcionamos, a começar pela cultura interna, mas também os expondo à possibilidade de trabalharem em assuntos que são especialmente interessantes e complexos e que lhes proporciona um início de carreira ímpar”, remata.

Cláudia Cruz Almeida, sócia da VdA, recorda que, depois de um primeiro se-

mestre de 2023 “pouco encorajador”, assiste-se a sinais de um saldo da balança de transações “menos desequilibrado” do que os operadores esperavam. Em síntese, foi um ano com significativa atividade em reestruturações e insolvências e operações estratégicas, ligadas a processos de transformação empresarial na sequência de “preferências dos consumidores, imperativos do ESG (Environmental, Social e Corporate Governance) e transformação digital”, segundo a responsável pela área de Corporate e M&A na Vieira de Almeida.

“Tem-se mantido, e inclusivamente agravado, a tendência para o aumento do tempo investido nos processos de decisão, o aprofundamento da análise prévia à negociação das transações e o alongamento no tempo dos processos negociais. Trata-se de uma equação fácil de explicar no atual contexto, agravado pelo eclodir do conflito na Faixa de Gaza, mas que exige aos players do sector uma enorme flexibilidade e adaptabilidade para gerir o seu pipeline transaccional”, sugere Cláudia Cruz Almeida (ver texto das páginas 20 a 22).

Outra das conclusões oriundas do inquérito do JE é que mais de quatro em cada dez respondentes considera que a revisão dos estatutos da Ordem dos Advogados é “indiferente” para a sua operação no país. O diploma que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento

das sociedades de profissionais sujeitas a associações públicas foi promulgado pelo Presidente da República a 14 de novembro e, poucos dias depois, a 23 de novembro, Marcelo Rebelo de Sousa alertou para os atrasos de 16 dos 21 diplomas de revisão dos estatutos e anunciou que se irá reunir com o Conselho Nacional das Ordens Profissionais esta quinta-feira, dia 30 de novembro.

Sem opinar sobre as novas regras dos estágios e a revisão de estatutos, João Caia do Guerreiro confirma que é “um tema recente” e tem duas leituras: por um lado, o argumento do Governo sobre o combate à precariedade e, por outro, “haverá quem não possa pagar a um estagiário o valor do ordenado mínimo acrescido de 25%, inibindo muito a possibilidade de os jovens entrarem no mercado de trabalho”.

Na visão do managing partner da Caia do Guerreiro, a Inteligência Artificial (IA) é “o” assunto atualmente, mas é requer uma discussão que vá além das mais-valias desta tecnologia na produtividade e enderece o impacto no mercado de trabalho da advocacia. “Acredito que vai ser importante, mas ainda não há a real perceção se os benefícios serão maiores do que as desvantagens, sobretudo em termos de emprego. Se a IA evoluir ao ponto de produzir o que muitos jovens advogados produzem no início da sua carreira, o que acontecerá a esses empregos? Precisamos testar, analisar e perceber como utilizar a ferramenta”, adverte, admitindo que no quotidiano do escritório utilizam algumas ferramentas.

A metas é unânime a quase todos: instalar tecnologia de vanguarda para procurar obter mais eficiência na prestação de serviços jurídicos e assessoria a projetos de investimento.

Análise

A Garrigues refere que transformação digital tem sido um fator determinante para os bons resultados da firma internacional, que totalizou receitas de 443,15 milhões de euros em 2022, embora não tenha apresentado dados concretos para essa conclusão. Nas palavras de João Miranda de Sousa, managing partner da Garrigues em Portugal, a sociedade manter-se-á focada em iniciativas de melhoria da produtividade através da automação desenvolvimento de competências digitais.

“O Agiliz@Business, que é um sistema 360º em que interagem os nossos profissionais de negócios e de transformação digital e a nossa equipa de RPA (Robotic Process Automation) e que está orientado precisamente para desenvolver soluções para o processamento de dados através de IA, para a automação robótica e o processamento de linguagem natural. Temos, inclusivamente, um programa global de formação contínua em competências digitais que permite aos próprios advogados digitalizarem determinados processos legais e criarem as suas próprias soluções à medida”, sócio responsável pelos escritórios da Garrigues em Lisboa e no Porto.

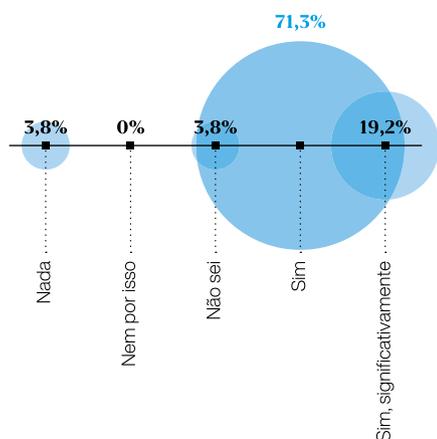
Por outro lado, a Broseta – que vai completar em breve o primeiro ano de exercício desde que entrou na estrutura acionista do grupo espanhol – pretende “absorver mais a cultura” da sustentabilidade, que é forte em Espanha. “Encaramos como um diferencial positivo no mercado e junto dos clientes, cada vez mais preocupados e conscientes da importância de escolherem parceiros que integram a sustentabilidade e o ESG na sua prática quotidiana e nos seus processos”, diz ao JE o managing partner, Álvaro Roquette Morais.

O objetivo no curto e médio prazo é também priorizar o crescimento orgânico e estabelecer parcerias com escritórios “de primeira linha ao nível internacional”, nomeadamente no Reino Unido, para es-

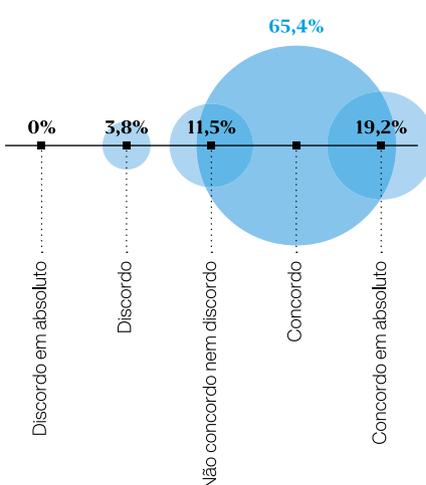
colher ferramentas de IA adequadas para melhoria não só “da forma de trabalhar, mas também a de obter resultados mais sólidos e céleres” para os clientes.

João Costa Quinta, sócio da DLA Piper ABBC, garante que são vários os tópicos que espera fazerem parte da agenda da sociedade internacional no próximo ano. “Na perspetiva dos nossos clientes, e por inerência na nossa, temas como a IA, ESG, diversidade, equidade e inclusão estarão seguramente no topo da lista. Numa perspetiva interna, mas também com foco e impacto nos nossos clientes, a necessidade de continuar a atrair e continuar a conseguir reter os melhores profissionais, que nos permitam continuar a desenvolver a nossa atividade cava vez mais próximos dos nossos clientes”, resume o coordenador de Corporate e coordenador de Propriedade Intelectual e Tecnologia do escritório da DLA Piper em Lisboa.

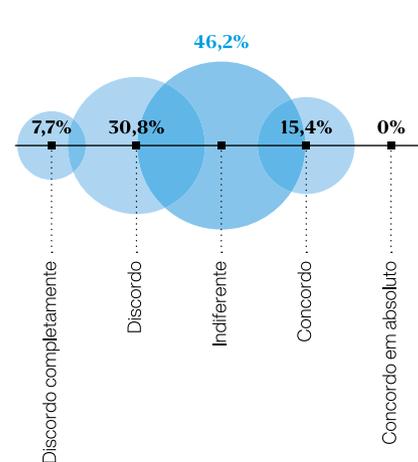
Está propenso à contratação?



Haverá mais concorrência nesta área da advocacia no próximo ano.



A revisão dos estatutos da Ordem dos Advogados vai impactar negativamente o meu escritório.

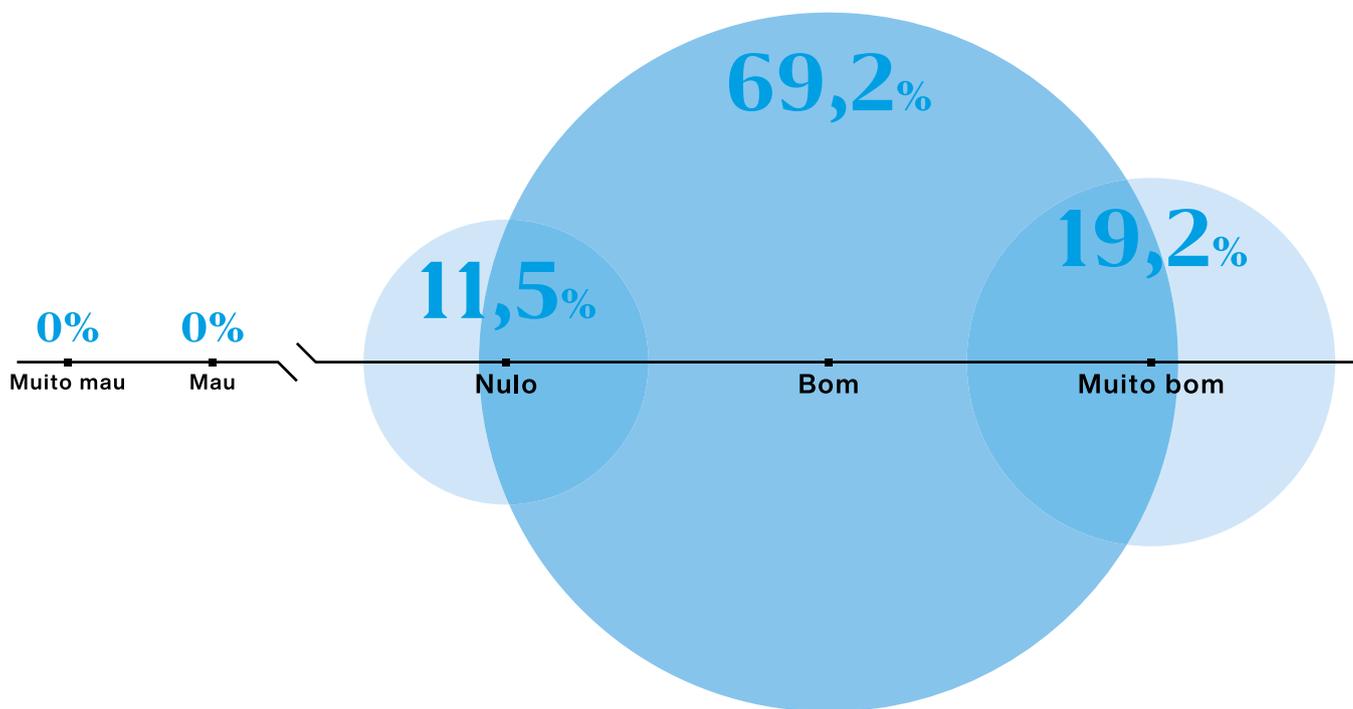


QUAL A PREVISÃO DE CRESCIMENTO DA SUA SOCIEDADE E DO SECTOR EM 2024?

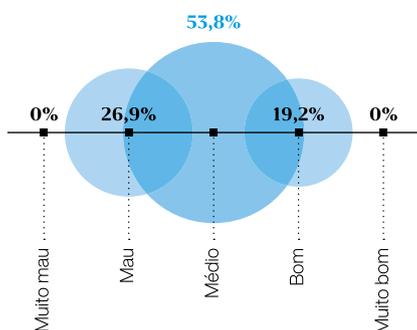
A maioria, quase 70% do(as) advogados(as) participantes no estudo do JE, através de um inquérito realizado através do Google Forms, considera que o nível de crescimento da sua sociedade e do sector da advocacia será "bom".

Metodologia

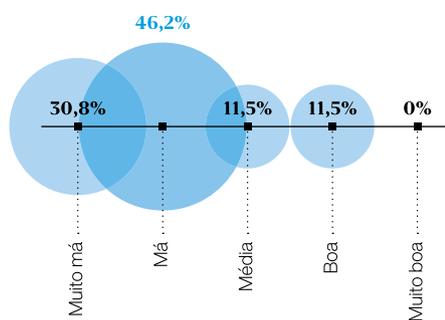
O inquérito organizado pelo Jornal Económico envolveu entrevistas online, durante o mês de novembro de 2023, a uma amostra de 30 escritórios de advogados com presença em Portugal. A percentagem que consta nos gráficos advém dessas respostas de participantes do sexo masculino e do sexo feminino, inseridos em sociedades de pequena, média e grande dimensão. As escalas vão de "Muito mau/má", "nada", "discordo em absoluto" a "Muito bom/boa", "Sim, significativamente" e "Concordo em absoluto".



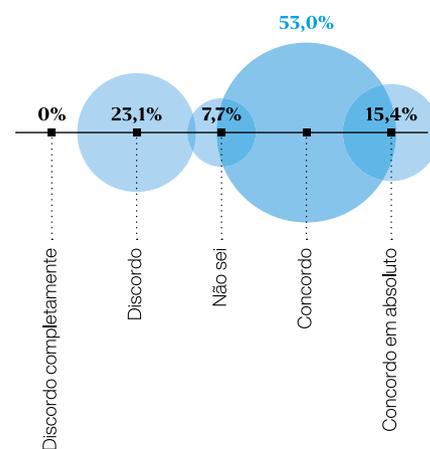
Como avalia o ambiente de negócios em Portugal atualmente?



De que forma caracterizaria a previsibilidade fiscal no país?



A crise política nacional terá impacto na economia e neste sector em 2024?



Entrevista

José Luís Moreira da Silva

Presidente da ASAP - Associação das Sociedades de Advogados de Portugal

O advogado da SRS, que foi reeleito para a liderança da ASAP, diz que a associação está a receber menos apoio do que no passado por parte da bastonária, com quem teve apenas uma reunião no último ano.

“Estamos de costas voltadas com a Ordem dos Advogados”



TEXTO

MARIANA BANDEIRA



Entrevista

O ano de 2023 foi aquilo que esperava, para a profissão e para o país?

Não. Para a profissão, tem sido muito desafiante porque, com as alterações legislativas em catadupa que se verificaram desde o início do ano, com as alterações ao regime das associações públicas profissionais, aos atos próprios de advogados, ao estatuto da Ordem dos Advogados [OA]... Tudo isto, obviamente, nos trouxe muitas dúvidas sobre o exercício da profissão, que já não é fácil. No encontro nacional da ASAP que tivemos [a 29 de setembro no CCB] esse foi um dos temas discutidos: a mistura, que nos parece um bocadinho explosiva entre as sociedades multidisciplinares e a alteração dos atos próprios, porque as sociedades multidisciplinares em si não são algo que nos pareça afetar muito. Misturar isso com uma quase eliminação total dos atos próprios dos advogados pode realmente gerar aqui algumas questões. 2023 já foi muito ativo nesta matéria. Devo dizer também que, por parte da OA, não temos tido a colaboração que tivemos no passado e que esperávamos continuar a ter. A nossa nova bastonária, desde o início, venceu de forma muito clara que tinha uma agenda que envolvia alterações profundas na forma de atuação das sociedades de advogados. Já tivemos oportunidade de nos sentarmos com a senhora bastonária e falar sobre o tema. Ela disse-nos que pretendia constituir um grupo de trabalho, que nos chamaria. Um dos objetivos do seu programa são as contribuições para a Segurança Social em vez de ser a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores [CPAS] e a concretização de contratos de trabalho para os associados.

Desde que Fernanda de Almeida Pinheiro tomou posse, em janeiro, tiveram uma reunião?

Sim.

Então, correu mal?

Não. Até correu bastante bem. A senhora bastonária é simpática e mostrou disponibilidade para fazermos parte de um grupo de trabalho a criar para essas matérias. Mas devo dizer que não tem sido como no passado, em que tivemos muita colaboração da OA. Já chegámos mesmo a sermos nós a propor um modelo de contrato de associado, que depois não foi aprovado pelo Governo. Sempre trabalhámos em conjunto, mas agora parece-nos que estamos um bocadinho de costas voltadas, o que não é o nosso desejo. Na reunião que

tivemos, recente, ficámos com a ideia de que a Ordem também não quererá isso, apesar dos discursos públicos.

Qual é o principal ponto de discórdia?

Há um afrontamento desnecessário. Da nossa parte não o faremos, mas sentimos que da parte da Ordem não temos o apoio que tivemos no passado e do qual precisamos para os desafios da advocacia e da sociedade de advogados. São muitos, até ao nível dos estágios, porque são obrigatoriamente remunerados e por um valor que não é despidendo. Neste momento, pelas contas, deve andar perto dos 1.000 euros e, com a alteração - indexada ao salário mínimo nacional - ultrapassará. Para as sociedades de advogados associadas à ASAP, não é qualquer problema, porque





pagamos até muito mais do que isso, mas temos perfeita noção de que para um advogado em prática individual é muito difícil. Significará que de todas as alterações legislativas propostas pela União Europeia e OCDE, de liberalização do sector e retirar barreiras à entrada, esta é uma clara barreira à entrada. Os estagiários estão a ter enormes dificuldades em arranjar patronos que tenham possibilidade de pagar estes valores.

Ainda é possível reverter essa medida?

Acho muito difícil. É preciso uma forma alternativa de permitir que estes estágios se façam. Na ASAP temos estado a conversar para, eventualmente, alargarmos o número de estagiários que as nossas associadas têm vindo a admitir todos os anos. Das faculdades de Direito saem uns 1.500-2.000. As associadas devem incorporar uns 500. Este é um problema e não vemos muita colaboração nesse sentido, nem no maior problema que as sociedades de advogados defrontam: o regime fiscal.

Temos uma clara iniquidade, um regime fiscal criado nos anos 80, com a reforma dos impostos de 1989 e a criação do IRC. Tem esperança de que esse “problema” fique resolvido? Já parece a história do novo aeroporto...

Tenho, mas pelos vistos já não será com este Governo [entrevista realizada pouco depois da demissão do primeiro-ministro, António Costa]. Quando tivemos a reunião e alguns colegas viram as alterações aos Estatutos da Ordem, disseram «agora é que ficou resolvido» por duas razões: a constituição das sociedades multidisciplinares, que estão fora deste regime, e a introdução no novo estatuto da referência de que as sociedades de advogados são tributadas como as sociedades comerciais. Ora, não é novidade nenhuma. Já lá estava desde 2015. Só mudou de artigo, a redação é exatamente a mesma, e foi completamente ignorado pelo Ministério das Finanças e pelo Código do IRC. Estar no Estatuto da Ordem, pelos vistos, é completamente letra morta. Não somos tributados como sociedades comerciais, mas como sociedades profissionais, o que não se aplica à nossa realidade hoje em dia. Não só está desfasado temporalmente como cria desigualdades enormes, porque se já tínhamos as sociedades estrangeiras que exercessem em Portugal, com o regime fiscal do seu país de origem, agora teremos as sociedades multidisciplinares que também não estão sujeitas.

E no Ministério da Justiça, há mais abertura para o debate do que na Ordem?

Infelizmente, a única “pessoa” que, desde que eu fui eleito [2023] para um novo mandato, não me recebeu nem me respondeu às cartas foi o Ministério da Justiça. Não se compreende. Já fui recebido por todos os presidentes dos tribunais portugueses, pela senhora bastonária, pela Assembleia da República, pelo senhor Presidente da República... A senhora ministra da Justiça ainda não respondeu à carta a pedir uma reunião. Não faço a mínima ideia qual é o entendimento, mas agora também é tarde. O nosso interesse é poder ajudar a construir um Estado de Direito e um sistema de justiça moderno e mais inclusivo.

Quais as suas previsões para a economia nacional?

2023 também tem sido uma surpresa nesse âmbito, porque começou muitíssimo forte, no primeiro trimestre. Os números estão aí há bastante, houve um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) bastante relevante, mas depois, no segundo e no terceiro trimestres, uma grande retração. Nota-se muito o que o Governo tem vindo a fazer de restrição do investimento público e que esperavam que fosse compensada pelas verbas do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência]. O atraso nos programas do PRR tem proporcionado este atraso económico, que se sentiu nas sociedades de advogados. Tivemos um primeiro trimestre muito pujante, mas depois tivemos claramente uma travagem no segundo e no terceiro trimestres. Com esta situação [Governo], até ficar resolvida, não é imediato. Até estar normalizada, vai provocar o adiar de decisões económicas das empresas e dos investidores. Parece-nos que 2023 vai terminar mal nas perspetivas de atividade económica, o que é mau para todos os portugueses e também para as sociedades.

A senhora bastonária fez declarações a dizer que estava muito admirada pela maioria ter, nas alterações que fez ao Estatuto da Ordem, retirado as sociedades de advogados de qualquer relacionamento com a OA. Pelo que está no decreto aprovado na Assembleia da República, retira-se a obrigatoriedade de inscrição das sociedades de advogados na Ordem e, por isso, é eliminada a obrigatoriedade de pagamentos de quotas para a Ordem. Eu também já tive

oportunidade de, publicamente demonstrar, alguma estranheza relativamente a isso. Não se percebe muito bem. Agora, devo lhe dizer-lhe, com toda a sinceridade, faça à atitude que estamos a ter por parte da OA, acho bem. A verdade é que não nos sentimos representados pela OA. Se a OA não nos quer acho que não faz sentido nenhum que continuemos a estar ligados à OA. Temos é de arranjar uma alternativa, a ser conversada com o próximo Governo. Eu fui 18 anos advogado em prática individual antes de me juntar aqui ao escritório.

Tenho quase os mesmos anos de advogado em prática individual do que advogado integrado em sociedade. Por isso, conheço bem os dois mundos. Se a Ordem entende que as sociedades de advogados não são o seu objeto, por isso não tem de as proteger e cooperar com elas, temos de fazer o nosso próprio do caminho. O que está lá escrito [no diploma] é que nós deixamos de estar inscritos, automaticamente, na Ordem.

Já têm data marcada para o congresso da ASAP em 2024?

Ainda não, mas antes disso ainda vamos



fazer muitas mais coisas. Será entre setembro e outubro de 2024 que faremos o nosso 13º encontro nacional e antes, ainda no primeiro trimestre, teremos um encontro na zona norte, no Porto. Estamos a preparar várias atividades, designadamente uma academia de formação para permitir realizar todo o tipo de formações, principalmente em matéria de soft skills, às nossas associadas. É uma matéria muito importante e às quais nem todas as nossas associadas têm acesso. Às vezes, as pessoas olham para a ASAP e dizem: «Isso são as grandes sociedades de advogados». Não somos. Temos tudo: as grandes com 200-300 pessoas, e também as familiares,

de marido e mulher, ou as que têm apenas meia dúzia de sócios. As sociedades médias e as mais pequenas têm, muitas vezes, muita dificuldade de aceder a estas formações, meios e tecnologias. No fundo, pedem à ASAP que possa ser um meio que democratize. Por isso, vamos começar com esta academia de formação, em soft

skills, de gestão de sociedades de advogados, de técnicas de negociação, tecnologia, recursos humanos.

Quando é que vai começar?

Estamos a preparar tudo para começar no início de 2024. Terá ligação às universidades. Vamos ter uma primeira experiência – ainda não é bem integrada na nossa academia – com AS sobre gestão de sociedades de advogados, que se irá realizar agora no final de novembro.

No plano de atividades da ASAP até 2025 consta também a criação de um Centro de Mediação e Arbitragem. Em que consiste este mecanismo?

É apenas para permitir os litígios dentro das sociedades. Não é para fora. É para permitir a resolução, de forma alternativa, de algum litígio que exista entre associadas ou entre as associadas e os sócios e os sócios das sociedades. É uma forma de resolução sem tribunal, como as arbitragens, mediações e conciliações. Seria num modelo voluntário em que os colegas que se reúnem e resolvem entre si as contendas. Até o Governo empurrou todos os contribuintes para a arbitragem fiscal, porque os tribunais fiscais não tinham capacidade. Acho que estas matérias ficam mais bem resolvidas dessa forma. O processo, infelizmente, é muito burocrático e precisava aqui de algum apoio do Ministério da Justiça para a sua concretização, coisa que não temos tido, portanto está a demorar um bocadinho mais do que o esperávamos.

O outro projeto que a associação tem, designado “Advocacia 4.0”, está relacionado com essa academia de formação?

Tem a ver com fazer chegar a todas as associadas, principalmente as pequenas e médias sociedades com menos capacidade, as novas tecnologias. No encontro tivemos um painel muitíssimo bom sobre essa matéria, a introdução da Inteligência Artificial, com um professor do Técnico, um da Católica e vários profissionais de IT





25 fps

1/50

f8

+18 dB

2800K



1080p

Camera 1

que nos explicaram o que isto é realmente, porque às vezes acha-se «ah, pega-se no ChatGPT, faz-se umas perguntas e chegam respostas». Não é bem. Como se aplica exatamente à profissão? Não é para fazer as nossas petições iniciais nem os nossos contratos, porque pode dar muita asneira. O que os professores nos disseram é que aquilo é em abstrato, vai buscar coisas e junta-as e, às vezes, quando não encontra uma resposta certa, dá uma errada. É preciso ter atenção ao que estes ChatGPTs e semelhantes realmente produzem, principalmente, quando estamos a resolver problemas concretos aos nossos clientes. É necessário conhecer que soluções existem, que não são miraculosas, mas instrumentos que nos ajudam na profissão, a dar um melhor serviço aos clientes e até a baixar os nossos custos, porque há coisas que se fazem em menos tempo.

Na SRS Legal, da qual é sócio, utilizam o ChatGPT?

Não utilizamos o ChatGPT, porque devo dizer que não é ainda funcional. Usamos instrumentos de Inteligência Artificial para, por exemplo, na due diligence, traduções... Hoje em dia, uma tradução de centenas de páginas faz-se em poucos segundos. Coitados dos tradutores...

Quería ainda perguntar-lhe sobre o nível de relação da ASAP com a CPLP, uma vez que também é um dos pontos que destacam no programa...

Estamos integrados na FALP - Federação dos Advogados de Língua Portuguesa, que é membro observador da CPLP. Tivemos até o congresso entre os dias 6 e 7 de novembro. Tentamos ter uma boa relação e estabelecer um relacionamento com os nossos congéneres. Neste momento, te-

mos dois protocolos firmados, um com a CESA [Centro de Estudos das Sociedades de Advogados] do Brasil e outro com a Associação de Advogados de Macau. Temos relacionamentos com as ordens de advogados de outros países de expressão portuguesa, mas eles não têm ainda um movimento de associações de sociedades do advogado. Muitos deles não têm ainda sequer leis de sociedades de advogados. Em termos de constituições de sociedades de advogados, estão numa fase prévia à nossa, mas estamos a acompanhar e a dar o apoio naquilo que nos pedem. Ainda no mês passado, estive com a CESA em São Paulo para vermos o que é que podemos fazer em conjunto e temos aqui algumas ideias de trabalhos. Eles são um “monstro”, têm milhares de sociedades de advogados, que representam centenas de milhares de advogados. Só em São Paulo há mais de 300 mil advogados.



LIVRARIAS ALMEDINA

O MUNDO, LIVRO A LIVRO. DESDE 1955.

ALMADA BRAGA COIMBRA LISBOA PORTO V. N. GAIA

ALMEDINA.NET

Fusões e aquisições só caíram 4% até outu

A Vieira de Almeida e a Cuatrecasas lideram o 'ranking' dos assessores jurídicos em Portugal durante os primeiros dez meses de 2023.

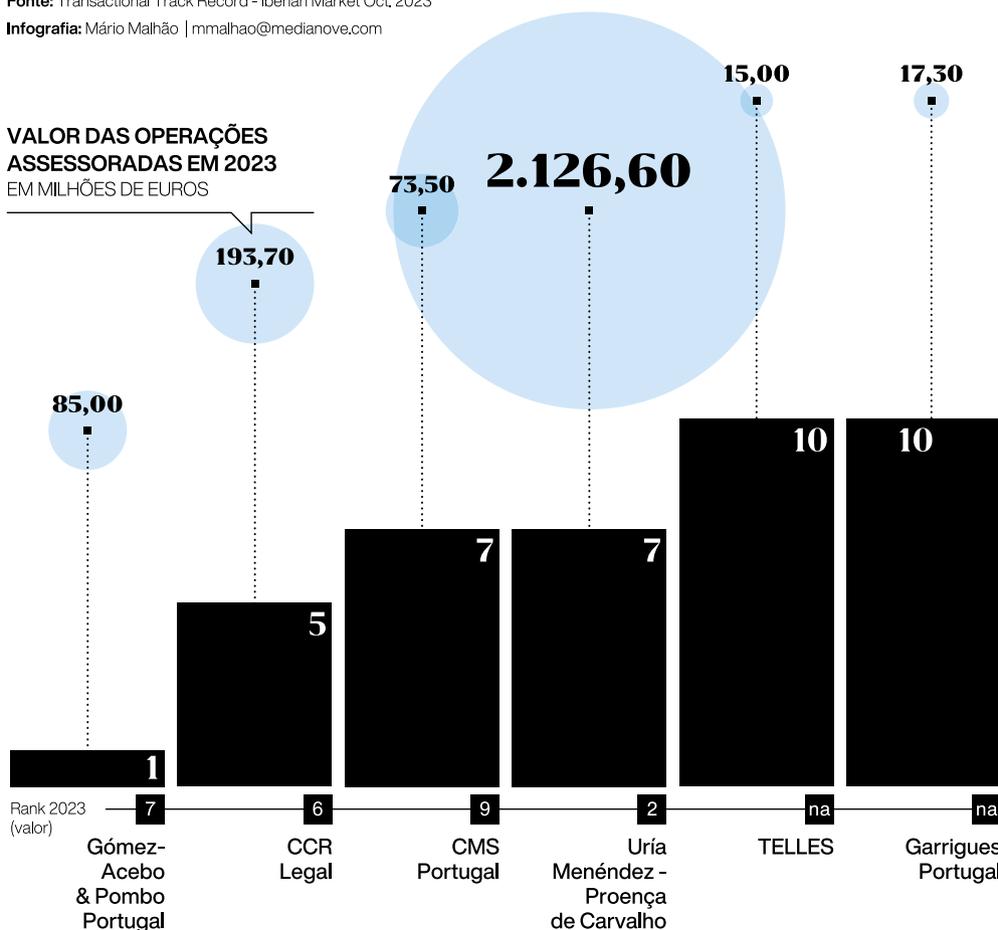
VDA E CUATRECASAS PORTUGAL LIDERAM RANKING

Vieira de Almeida (VdA) e a Cuatrecasas encabeçam a tabela das transações em valor e número, respetivamente. Seguem-se Uría e CCA. O negócio do mês de outubro foi a conclusão da aquisição do grupo hoteleiro Grande Buganvilã, que explora o Hilton Vilamoura, pela Capital Elements, subsidiária da Arrow Global, por 30 milhões de euros. A assessoria esteve a cargo da CS'Associados e da PwC Portugal (due diligence).

Fonte: Transactional Track Record - Iberian Market Oct, 2023

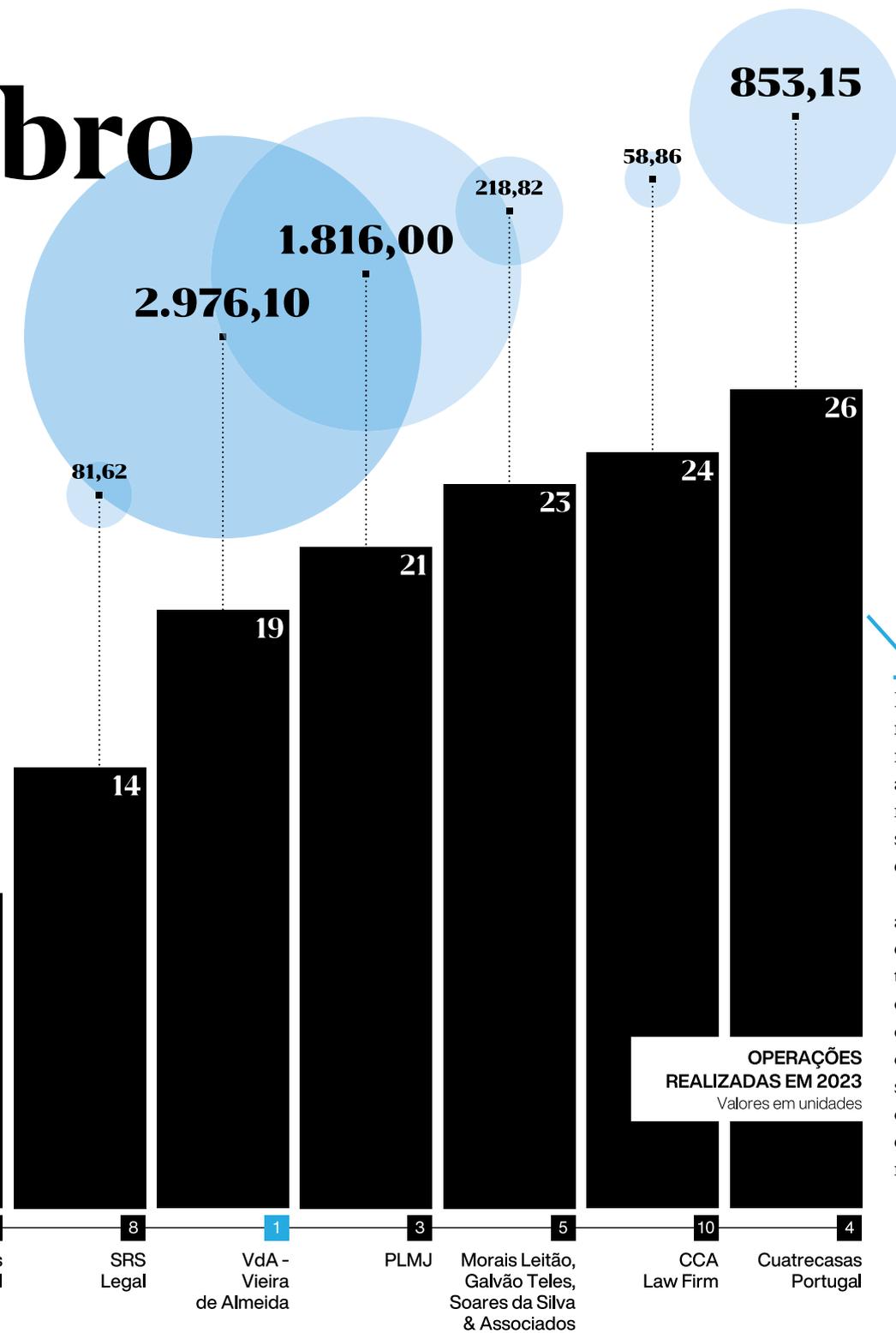
Infografia: Mário Malhão | mmalhao@medianove.com

VALOR DAS OPERAÇÕES ASSESSORADAS EM 2023 EM MILHÕES DE EUROS



TEXTO
MARIANA BANDEIRA

bro



↙ O volume e valor dos negócios em Portugal conseguiu manter-se relativamente em linha com o ano passado durante os primeiros dez meses de 2023 e os advogados consultados pelo Jornal Económico (JE) acreditam que ainda é possível haver um saldo positivo, apesar do contexto internacional e da crise política.

“Parece-nos não apenas possível, como até muito provável, que 2023 encerre como um ano muito positivo e de forte crescimento no número e no valor de operações relativamente ao ano anterior”, diz ao JE o sócio coordenador da área de Societário e M&A da Cuatrecasas, ressaltando que esta é uma opinião retirada da experiência no terreno, que pode não corresponder à realidade “científica” do mercado.

Análise

Rafael Lucas Pires refere que, pela diversidade de várias operações - em dimensão ou sector de atividade - e por alguma “combinação entre apetite-investidor” por Portugal periférico, o país “conseguiu, de alguma maneira, passar um pouco ao lado de - ou «chutar para a frente» - um momento de forte travão nas operações a que assistiriam outras economias europeias mais relevantes e mais pujantes do que a nossa”.

Em janeiro e outubro de 2023, registaram-se 503 operações de M&A (Mergers & Acquisitions) em Portugal, que movimentaram em conjunto 11 mil milhões de euros, segundo os mais recentes dados da Transactional Track Record (TTR). Houve um crescimento de 4% no número de transações, em comparação com o mesmo período do ano passado, mas uma queda de 5% no capital mobilizado. Ainda assim, menos de metade dos negócios (43%) publicaram os valores associados.

Só em outubro foram registadas 49 fusões e aquisições, entre anunciadas e concluídas, num valor total de 1,1 mil milhões de euros, de acordo com a TTR Data. O negócio do mês foi a conclusão da aquisição do grupo hoteleiro Grande Buganvília, que explora o Hilton Vilamoura – Cascatas Golf Resort & SPA e Vilamoura Garden, pela Capital Elements, subsidiária da Arrow Global, por 30 milhões de euros. A assessoria esteve a cargo da CS’Associados e da PwC Portugal (due diligence).

“Parece-me que é possível que Portugal

ainda termine este ano com saldo positivo, tanto em número, como em valor de operações de M&A”, afirma David Oliveira Festas, sócio das áreas de prática de Comercial e Societário, Fusões e Aquisições e Mercado de Capitais da CS’Associados, ao JE.

O advogado acha que este ano o mercado transaccional “ressentiu-se de vários fatores adversos”, nomeadamente o “aumento das taxas de juro, as tensões geopolíticas e os receios de recessão”. “Contudo, o impacto negativo desses fatores foi sentido sobretudo no primeiro semestre deste ano. No segundo semestre já temos vindo a assistir a uma recuperação do investimento e a maior dinâmica transaccional, nomeadamente nos setores imobiliário, da energia e das telecomunicações”, esclarece David Oliveira Festas.

Em termos de sectores de atividade económica, o imobiliário voltou a ser mais ativo nestes dez meses, com 92 transações fechadas (-13%), seguindo-se a área de Internet, Software & Serviços de Tecnologias da Informação, com 77 deals (-3%). As energias renováveis destacaram-se com 34 operações (-3%).

Tanto em private equity como em capital de risco (venture capital) houve um crescimento em número até outubro: mais 7% para 56 e mais 14% para 120 rondas de investimento (457 milhões de euros), respetivamente. No segmento de compra de ativos (asset acquisitions) foram 107 (de 1,6 mil milhões de euros), menos 2% em termos homólogos.

Porém, Rafael Lucas Pires alerta: “O próximo ano, utilizando uma linguagem que pode ser até eufemística, parece apresentar desafios e sombras mais carregadas, seja do ponto de vista da conjuntura política e económica internacional, seja do ponto de vista da própria situação política interna, que, com a aprovação do orçamento e consenso no avanço de investimentos mais estruturantes, pode não ter um impacto materialmente negativo no imediato, mas vai sempre condicionar a economia e as transações”.

Nova Versão

Software de gestão para Advogados

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

Uma solução de gestão inteligente dedicada a escritórios de advogados ou organizações com grandes volumes de processos, que permite automatizá-los e otimizá-los.

PEDIR DEMONSTRAÇÃO

comercial@bluescreen.pt
217 223 882



Gestão processual com um controlo financeiro mais eficiente!



JURÍDICO



RECUPERAÇÃO
DE CRÉDITO



MEIOS
OPERACIONAIS



RECEBIMENTOS
DESPEAS E COMISSÕES



COMPLIANCE E IT

O LMS É SIMPLES, INTUITIVO
E FÁCIL DE PERSONALIZAR.

QUERO SABER MAIS




CROWNE
PLAZA

KARIMPOI
HOTEL
CORPORATE

A nossa antevisão do ano de 2024 para as principais áreas de prática

O Jornal Económico ouviu especialistas e fontes do sector sobre o que reserva o ano de 2024 para as principais áreas de prática na advocacia de negócios, das grandes tendências macroeconómicas às alterações legislativas e regulatórias no horizonte.

Direito do ambiente

Por **André Cabrita-Mendes**

Para o próximo ano, “a grande tendência é a incorporação da taxonomia e dos relatórios de sustentabilidade nas empresas de atividades elegíveis. Do lado da energia a construção do mercado do hidrogénio e isto implica toda a cadeia: 2024 será intenso em termos de atividade e decorre da intensidade regulatória que inicia em 2024, do intensificar da transição energética e da economia circular que demandam soluções contratuais inovadoras”, segundo uma advogada da área.

A advogada destaca o “sector dos resíduos pelas imposições da construção de uma economia circular e o setor energético pela criação de condições para o mercado energético e pela reformulação do mercado europeu da energia marcarão a agenda legislativa”.

Para o próximo ano destaca que o leilão de energia eólica offshore “será o leilão de 2024 e dos anos seguintes pela intensidade de investimento que incorpora pelas exigências que coloca em toda a cadeia de abastecimento”.

Arbitragem

Por **Inês Amado**

O financiamento de litígios por terceiros (third party funding) mantém-se como um tema corrente nos corredores dos escritórios de advogados, “estimando-se que ocorra uma intensificação do recurso a este tipo de financiamento”, indica um profissional de arbitragem ao JE.

O mercado regista um “número crescente de ações populares, de valor significativo, a serem propostas no ordenamento jurídico português”, acrescenta. “Provavelmente, haverá uma diversificação das entidades que propõem estas ações e das matérias sobre as quais incidirão as ações populares”, explicou.

Espera-se o aumento dos litígios na área das novas tecnologias, a par da “consolidação da arbitragem”, explica a mesma fonte, sublinhando que os anos passados “foram positivos em termos de transações”. No sector da energia, é esperado um aumento do número de litígios nos próximos anos com o desenvolvimento da atividade, sobretudo nas energias renováveis. “Estes litígios são, normalmente, complexos (quer

Análise

do ponto de vista factual, quer no plano jurídico) e são, frequentemente, dirimidos através de arbitragem”, explica um advogado ao JE.

Passando ao incontornável tema da Inteligência Artificial, um dos advogados abordou a multiplicação de “anúncios, por parte de sociedades de advogados, sobre a implementação de ferramentas de inteligência artificial generativa na sua atividade”. “Embora transcenda o panorama da resolução de litígios, antevejo que estas ferramentas sejam igualmente utilizadas nesta área de atuação, o que comportará uma alteração significativa na prática de resolução de litígios e, possivelmente, novos desafios e necessidades de regulamentação. “O aumento progressivo” dos litígios relacionados com os direitos do consumo, “como as ações de ressarcimento de práticas restritivas da concorrência e intensificação das ações populares” foi outra das tendências levantadas por profissionais.

Convidado ao falar sobre o ano que se avizinha, um dos advogados contactados pelo JE diz que “a experiência mostra que as sociedades de advogados têm mostrado resiliência em contexto de crise”. Outro dos profissionais sublinha que “o sector da advocacia é altamente qualificado e preparado, tem grande resiliência e capacidade de adaptação às conjunturas e aos desafios que se colocam às empresas”.

Por fim, sobre os diplomas que vão marcar a área, o JE listou junto de um advogado o decreto-Lei que irá transpor a Diretiva (UE) 2020/1828 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a ações coletivas para proteção dos interesses coletivos dos consumidores, a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2023/1114 sobre os mercados de criptoativos e a proposta da Diretiva Europeia para harmonizar vários aspetos do Direito da Insolvência.

Direito de Compliance

Na rota do ‘Green Deal’

Por **Maria Teixeira Alves**

As preocupações ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) têm pautado a atuação europeia no âmbito dos deveres de reporte e compliance das entidades financeiras sujeitas a supervisão. “Nesta senda, têm os órgãos legislativos da UE procurado concretizar o ‘European Green Deal’ e destacar o mercado europeu como ‘front-runner’ em matéria de sustentabilidade, reforçando a responsabilidade ambiental e social das sociedades europeias, adotando um modelo de implementação faseada (consoante a dimensão e áreas de atuação dos participantes de mercado europeus ou com estabelecimento permanente na U.E.) de deveres de reporte, comunicação e transparência, procurando combater o Greenwashing e proteger os stakeholders”, explica ao Jornal Económico o advogado especialista em Compliance de um dos grandes escritórios de advogados de Lisboa.

A CSRD (Corporate Sustainability Reporting) entrou em vigor em janeiro de 2023, com vista a estabelecer, de forma faseada, a obrigação de reporte e comunicação em matéria de sustentabilidade de sociedades comerciais a operar na União Europeia. Assim, 2024 será o primeiro ano financeiro sujeito a reporte, a ser realizado em 2025, por parte das entidades que já se encontrassem abrangidas pelo NFRD – Non Financial Reporting Directive (ora revogado pela CSRD). O advogado explica que estavam abrangidas pelo NFDR empresas cujos valores mobiliários sejam admitidos à negociação em mercado regulamentado, instituições de crédito, empresas de seguros ou outras designadas de interesse público pelos Estados-Membros, ou entidades que excedam o número médio de 500 empregados durante o ano financeiro, ou cujo volume de negócio ou total do balanço excedam, respetivamente, os oito milhões e os quatro milhões de euros. “Não obstante já se encontrassem abrangidas à luz do regime anterior, estas





entidades terão que se adaptar às novas exigências de reporte de informação, considerando a extensão da informação agora abrangida pelo dever de reporte, adotando novos mecanismos de Compliance e recolha e tratamento de dados”, detalha o advogado. Tudo porque a CSRD veio estabelecer “novas e mais extensas obrigações de divulgação de informação em matéria de sustentabilidade, ampliando não só o escopo de matérias abrangidas pelo dever de reporte, como o âmbito subjetivo de aplicação do dever de reporte (estabelecendo-se que, até 2028, PME’s estabelecidas na União e filiais ou sucursais de sociedades de países terceiros, se considerem também abrangidas por estas obrigações de reporte)”.

O ano financeiro de 2025 será assim o primeiro sujeito a reporte (a partir 2026) para as empresas que preencham pelo menos 2 dos seguintes critérios: total de Balanço de pelo menos 20 milhões de euros, um Volume Líquido de Negócios de 40 milhões e um número médio de trabalhadores de, pelo menos, 250 durante o ano económico. Será, portanto, o ano de 2024 o último ano que estas empresas terão para preparar as suas estruturas de Compliance para o cumprimento dos deveres de reporte decorrentes da CSRD.

A transposição a nível nacional da CSRD deverá ser realizada até 6 de julho de 2024.

“De mencionar, ainda, a adoção pela Comissão Europeia e aprovação por parte do Parlamento Europeu (sujeito ainda a publicação no Jornal Oficial da União Europeia) do ESRS (European Sustainability Reporting Standards), o diploma que vem concretizar as obrigações estipuladas no CSRD dando orientação às entidades abrangidas sobre como cumprir com o dever de reporte de maneira adequada e completa.

Direito Contencioso

Greves provocam o caos nos tribunais

Por : **Bianca Marques**

A situação nos tribunais encontra-se caótica e esta é uma das principais preocupações no direito contencioso que não vê novas leis à vista a surgir.

Em termos de funcionamento dos tribunais a situação neste momento é grave e tem que ver com dois fatores essencialmente. A pandemia condicionou bastante o funcionamento dos tribunais, mas também as greves.

As greves, que começaram no final do ano passado, talvez tenham contribuído ainda mais para desorganizar o número de atos. De acordo com as estatísticas oficiais o número de atos que nos tribunais foram adiados nos primeiros dez meses do ano em vários milhões. Para recuperar este atraso levará anos.

São precisas medidas para lidar com este problema, além das sempre adiadas reformas que são precisas nalgumas leis.

É necessário que existam medidas de simplificação procedimental e o que se tem assistido é o contrário.

Por exemplo, uma alteração recente da lei aos atos procedimentais de distribuição dos processos, que foi muito falado há um ano ou dois remeteu para a distribuição eletrónica dos processos, que deixou de ser manual e passou a ser eletrónica.

Foi uma medida que surgiu no sentido de facilitar, mas não aconteceu bem assim. Está feito de tal maneira que para além de terem levado algum tempo para implementar as normas aplicadas, agora que já está implementado é um fator de atraso ainda maior

Tornou-se pior porque passou a ser obrigatório estar um juiz a assistir cada vez que é distribuído um processo.

Quanto a novas leis para contencioso, não existem leis concretas. Não há projetos que estejam em discussão pública Não há absolutamente nada o que se torna preocupante para esta área do direito.

Torna-se preocupante não existirem novas leis à vista em contencioso porque

Análise

quanto mais se atrasarem as medidas específicas que podiam e deviam ser tomadas neste momento pior será para diminuir o impacto da greve.

Exige-se medidas drásticas, urgentes, transitórias como a contratação de mais pessoal, mais magistrados, mais funcionários, organizá-los de forma diferente, torná-los mais produtivos.

Corporate, M&A e Mercado de Capitais

Por **Filipe Alves**

As áreas de Corporate, M&A, Private Equity e Mercado de Capitais deverão ter algum crescimento da atividade em 2024. Os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico consideram que os factores que vão ter impacto nos prémios de risco e condicionar o desempenho destas áreas no mercado português são sobretudo externos. A evolução do mercado transaccional português vai ser muito influenciada pela forma como o risco geopolítico evoluir e pela trajetória da inflação (e, por arrasto, das taxas de juro).

Os primeiros dizem respeito sobretudo aos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, sem esquecer outros focos de tensão entre as grandes potências, como é o caso da questão de Taiwan. São situações que podem aumentar o risco em determinadas áreas e ter um efeito em cadeia sobre o conjunto da economia. Por outro lado, a evolução da inflação e das taxas de juro terá um impacto decisivo nas expectativas dos agentes económicos, na sua liquidez e disponibilidade para investir. As expectativas, tendo em conta os últimos dados e aquilo que tem sido dito pelos responsáveis do Banco Central Europeu, apontam no sentido da descida gradual da inflação ao longo de 2024 e 2025, mantendo-se as taxas de juro no atual patamar. A confirmarem-se estas expectativas, a descida da inflação em 2024 e as perspetivas quanto a uma possível redução das taxas de 2025 em diante poderão compensar o eventual agravamento do risco geopolítico (partindo do princípio de que este, a ocorrer, não terá

impacto na taxa de inflação, por via da subida do preço do petróleo).

Em termos setoriais, áreas como a banca, a energia, as tecnológicas, o turismo, o imobiliário e o retail são vistas como tendo boas perspetivas para o próximo ano, em termos de dinamismo das fusões e aquisições e de investimentos realizados por fundos de private equity. No caso dos bancos, que em 2023 registaram lucros recorde mas que continuam a negociar abaixo do book value, haverá oportunidades a nível de M&A. No caso do Novobanco, que o Lone Star pretende colocar em bolsa, a venda será feita quando existirem condições para tal no mercado de capitais. A seu favor, o banco liderado por Mark Bourke tem o facto de apresentar o Return on Equity (ROE) mais elevado entre as cinco principais instituições em Portugal, com 22,4% a 31 de setembro.

Pela negativa, a situação política em Portugal vai levar ao adiamento ou mesmo ao cancelamento da venda da TAP, que estava prevista para 2024 e que, a concretizar-se, será a maior operação de privatização dos últimos anos em Portugal. A incerteza a nível político poderá também colocar em causa alguns investimentos em sectores de atividade onde a previsibilidade fiscal e regulatória são decisivas, até que o futuro Governo tome posse e seja aprovado um novo Orçamento do Estado para 2024, que deverá ser retificativo.

Direito Desporto

Centralização dos direitos TV a ganhar forma

Por **José Carlos Lourinho**

Sem descurar os muitos desafios que enfrenta, não só para 2024 mas para o resto da década, o direito do desporto deverá, no próximo ano, alinhar-se com aquilo que são as orientações políticas europeias nesta matéria, de acordo com especialistas consultados pelo JE. Assim, terá que ser acautelado o reforço do modelo desportivo, a consolidação da boa governação, a integridade das competições, a promoção



de um desporto seguro, inclusivo e equitativo assim como a promoção de estilos de vida ativos juntamente com a educação e as oportunidades de desenvolvimento. Estes especialistas apontam ainda que seja respeitado, a propósito da especificidade do desporto, os princípios que foram vertidos no designado “Relatório Frankowski”, que dá destaque à importância de regular aspetos tão importantes (e carentes de legislação até ao momento) como a solidariedade, igualdade de género, diversidade e direitos fundamentais, integridade dos agentes, sustentabilidade, saúde e bem-estar.

No campo do direito do desporto, nota para uma atenção especial ao direito da concorrência e a ainda a questões associa-



das à era do direito desportivo digital, com a possibilidade do mesmo ganhar uma autonomia dentro do próprio direito do desporto, tal como a concordância com a exploração comercial dos direitos audiovisuais para as competições desportivas numa base centralizada, exclusiva e territorial, de forma a garantir a equidade na repartição das receitas. Este é de resto um tema absolutamente fundamental, até porque é no final da época 2025/26 que terá que ser apresentado o modelo de negócio, por parte da empresa criada pela Liga Portugal para o efeito, referente à centralização dos direitos televisivos.

Garantem os especialistas contactos pelo

JE que a proteção dos direitos de propriedade intelectual no que diz respeito aos conteúdos desportivos, bem como a luta contra a corrupção e a promoção da ética, tornam essencial a adoção de regras estritas de supervisão financeira dos clubes desportivos e, em particular, a introdução de contas satélite no sector do desporto, permitindo que as atividades desportivas sejam avaliadas a nível nacional, de acordo com as normas uniformes, no sentido de detetar anomalias e juntar valor acrescido à economia europeia, visando o equilíbrio competitivo como finalidade.

Fontes contactadas pelo JE indicam que o combate à opacidade das transferências e a manipulação de resultados exige também outro tipo de regulação. Por fim, o com-

bate preventivo e repressivo de atividades ilegais ocorrentes no desporto, como é o caso do branqueamento de capitais.

Direito da Energia

Por **André Cabrita-Mendes**

“Acredito que as tendências nesta área estão a ser marcadas, e serão cada vez mais, pela combinação da pressão da descarbonização, targets climáticos e reporting do ESG. Todo este cenário é marcado por uma pressão por resultados e resultados que possam ser medidos e comparados. Para isso, penso que as tendências acabam por passar por medidas de tecnologias e inovação, seja para melhorar algumas das

Análise

soluções existentes ou criar novas no sentido de diversificação da matriz energética renovável e eficiência energética. Nesse contexto, sem dúvida, o desenvolvimento e amadurecimento do hidrogénio limpo e a implantação de eólicas offshore certamente estarão no pipeline, sem prejuízo da crescente potência relacionada com a energia solar. Um relatório recente da Agência Internacional de Energia (IEA) indica que os investimentos em eficiência energética e na rede aumentaram, mas ainda precisam crescer consideravelmente para que o cenário almejado da transição seja possível, o que me faz crer que talvez vejamos mais tendências também nestas áreas”, destaca a advogada.

A especialista salienta que “é importante lembrar que já existe um marco legal bem estruturado e recentemente revisto

em Portugal, muito em coerência com as diretivas europeias e o EU Green Deal. A grande novidade do ano talvez tenha sido a proposta de revisão do PNEC, que antecipa medidas e ambição energética para o cenário 2030, e que aprovado irá provocar uma alteração natural no tecido legislativo interno. Mais leis talvez não sejam a solução, e sim a facilitação institucional por meio de regulamentos de desburocratização e maior cooperação institucional intra setorial. Contudo, a avalanche legislativa acaba sendo um movimento natural das constantes alterações nas metas e objetivos de ambição relacionados com a transição energética”.

Para 2024, destaca os leilões de energia eólica offshore e de hidrogénio verde, considerando que os dois estão relacionados

com uma “diversificação de qualidade renovável da matriz energética, o que atende a pressão de descarbonização pela urgência climática inevitável mas, também, contribui para uma segurança energética e autonomia do país, que precisa de continuar a caminhar, como tem feito, para a independência energética. Não podemos é ter a ilusão de que estas são fontes de custo zero ou soluções perfeitas. Em energia, assim como acontece em outros mercados regulados e de infraestrutura, não há bolas de prata ou soluções mágicas. É preciso atentar ao trilema energético (segurança, preço, sustentabilidade) lembrando que a sustentabilidade deve exceder a uma preocupação exclusiva com as emissões de carbono e também considerar formas em geral de impacto daquela fonte no meio



ambiente em todo seu processo produtivo - desde a geração da energia até o transporte e armazenamento”.

Direito Bancário Direito Bancário com grande atividade devido às medidas para o crédito

Por **Maria Teixeira Alves**

Trata-se de uma área do direito que entre outras coisas abrange a análise e aconselhamento em matérias de regulação financeira e na implementação e desenvolvimento de atividade no setor bancário, da



intermediação financeira e dos seguros.

O que nos dizem os advogados? Que para além da aprovação das CSRD (Corporate Sustainability Reporting) e ESRS (European Sustainability Reporting Standards) com implicação direta para o setor bancário; das propostas relativas aos serviços de pagamento; e o Decreto-Lei 66/2023, de aplicação aos prestadores de serviços de financiamento colaborativo), a assessoria jurídica aos bancos está muito ligada à aplicação do um regime de fixação temporária da prestação, que é um desafio para os bancos em termos jurídicos. Trata-se do Decreto-Lei n.º 91/2023, de 11 de outubro que nasceu na senda da subida dos indexantes de referência utilizados pelos bancos relativamente à componente variável da taxa de juro, aplicáveis a contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente. “De aprovação relativamente recente, aguarda-se a reação (ou falta dela) dos consumidores na adesão a esta medida de carácter temporário de modo que se possam retirar ilações da sua eficácia”, refere o advogado especializado nesta matéria.

O mesmo advogado refere ainda a Instrução n.º 24/2023 do Banco de Portugal que procura concretizar os deveres a observar pelas instituições na divulgação ao público de informação sobre o regime de fixação temporária da prestação, e no regime de bonificação temporária de juros, previsto no Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março.

Os bancos têm ainda o dever de comunicação regular ao Banco de Portugal de informação sobre a implementação dos referidos regimes.

O direito bancário aguarda ainda a aprovação do Código da Actividade Bancária, cuja proposta foi apresentada ainda em 2021 pelo Banco de Portugal. “Ainda que não se antecipe que, face à crise política vigente, os trabalhos de aprovação deste diploma sejam aprovados num futuro próximo, mantém-se a expectativa de aprovação de um quadro normativo que, já há quase três anos, aguarda o impulso legislativo do executivo”, refere ao JE um advogado da especialidade.

É quase transversal a todas as áreas, e não é exceção no direito bancário, que irá

ser determinante o resultado das eleições de março 2024. “Esperaria que se vissem revisões sérias da política fiscal, com alívio da carga fiscal tanto para as empresas, como para os consumidores, o que poderá relançar o poder de compra e a economia”, refere ao Jornal Económico um advogado das maiores sociedades de Lisboa.

Naturalmente que em 2024 as taxas de juro irão continuar altas, embora com tendência para descerem, mas os bancos já estão a lidar com esse fenómeno e têm assumido renegociações de dívida com os seus clientes, mesmo sem esperar pelo Governo, ou indo para além das medidas decretadas pelo Governo. “Não obstante, irá certamente continuar a haver situações de incumprimento”, o que exige sempre assessoria jurídica.

Por outro lado, o crédito continuará “caro”, não só pelo efeito da subida das taxas de juro, mas também pelo efeito das medidas de implementação dos requisitos relativos ao ESG, na medida em que obrigam os bancos a incluir na valoração do risco creditício dos seus clientes”, métricas que até agora não eram exigidas, nomeadamente em matérias ambientais e sociais”, explica o mesmo advogado.

Em todas as áreas da advocacia, as greves e a pandemia trouxeram complicações, nomeadamente ao funcionamento dos tribunais. Os advogados esperam maior simplificação para 2024.

Direito Fiscal

Por **Lígia Simões**

Incerteza total. É este o quadro, acentuado pelas alterações fiscais introduzidas em 2023 e 2024 e possível recessão económica na europa, que deverá marcar a dinâmica da prática do direito fiscal no próximo ano. Escritórios consultados pelo Jornal Económico perspetivam para o próximo ano

Sobre as novas leis à vista, que vão marcar a agenda desta área, outro especialista em Direito Fiscal sinaliza o fim do Regime de Residentes Não Habituais (RNH), previsto na proposta do OE2024, e deixa o alerta: “vai travar a fundo a vinda de pessoas para Portugal”. O mesmo especia-



lista antecipa ao JE que o alargamento do regime transitório para 2024, que abre a porta para uma nova reapreciação do tema pela nova maioria Parlamentar, “deve demorar a ser implementado, sobretudo sem termos Governo até ao verão de 2024”. E frisa o que espera para o próximo ano na área de Direito Fiscal: “estima-se que fique tudo parado até ao novo OE para 2024. Depois veremos quais são os regimes que se mantêm, revogam ou se criam”.

Outra advogada destaca também a eventual revisão (ou revogação) do regime dos residentes não-habituais, com um esperado impacto negativo para toda a economia. Por outro lado, acrescenta, “atendendo à forte contestação das medidas fiscais do pacote ‘Mais Habitação’, também será expectável uma reviravolta em caso de perda da maioria parlamentar do PS”.

Do lado da fiscalidade, os especialistas não contam com redução da atividade. “Muito pelo contrário, pois é expectável haver alterações relevantes no orçamento rectificativo do verão”, defende um deles. Para 2024, conclui, é difícil fazer outras previsões, por ser imprevisível o resultado das eleições legislativas.

Outra especialista remata também o que espera para o próximo ano: “no alvor da multidisciplinidade, espera-se um reposicionamento do mercado de serviços jurídicos em torno de um maior dinamismo na oferta de produtos e um consequente aumento da concorrência, não sendo a prática de direito fiscal uma exceção. Os clientes serão sempre os beneficiados”. Outro advogado destaca, por seu turno, a “incerteza total”, sobretudo, diz, com todas as alterações fiscais introduzidas em 2023 e para 2024, em que não existem medidas que sejam no sentido do investimento. Já outra especialista considera que, “atendendo à situação vivida quer no plano político nacional, quer no contexto internacional, é expectável que 2024 seja um ano de contração do investimento direto estrangeiro e das concentrações empresariais”. Por outro lado, frisa, a manutenção da carga fiscal sobre as empresas não permitirá ao tecido empresarial a tomada de opções estratégicas num ambiente de previsibilidade, com eventual prejuízo para a contratação e manutenção de postos trabalho. “Neste



Faça como nós:
**encontre de forma
eficiente e eficaz**

JusNet a melhor solução de informação jurídica



Pesquisa
inteligente



Todo o tipo de
conteúdos



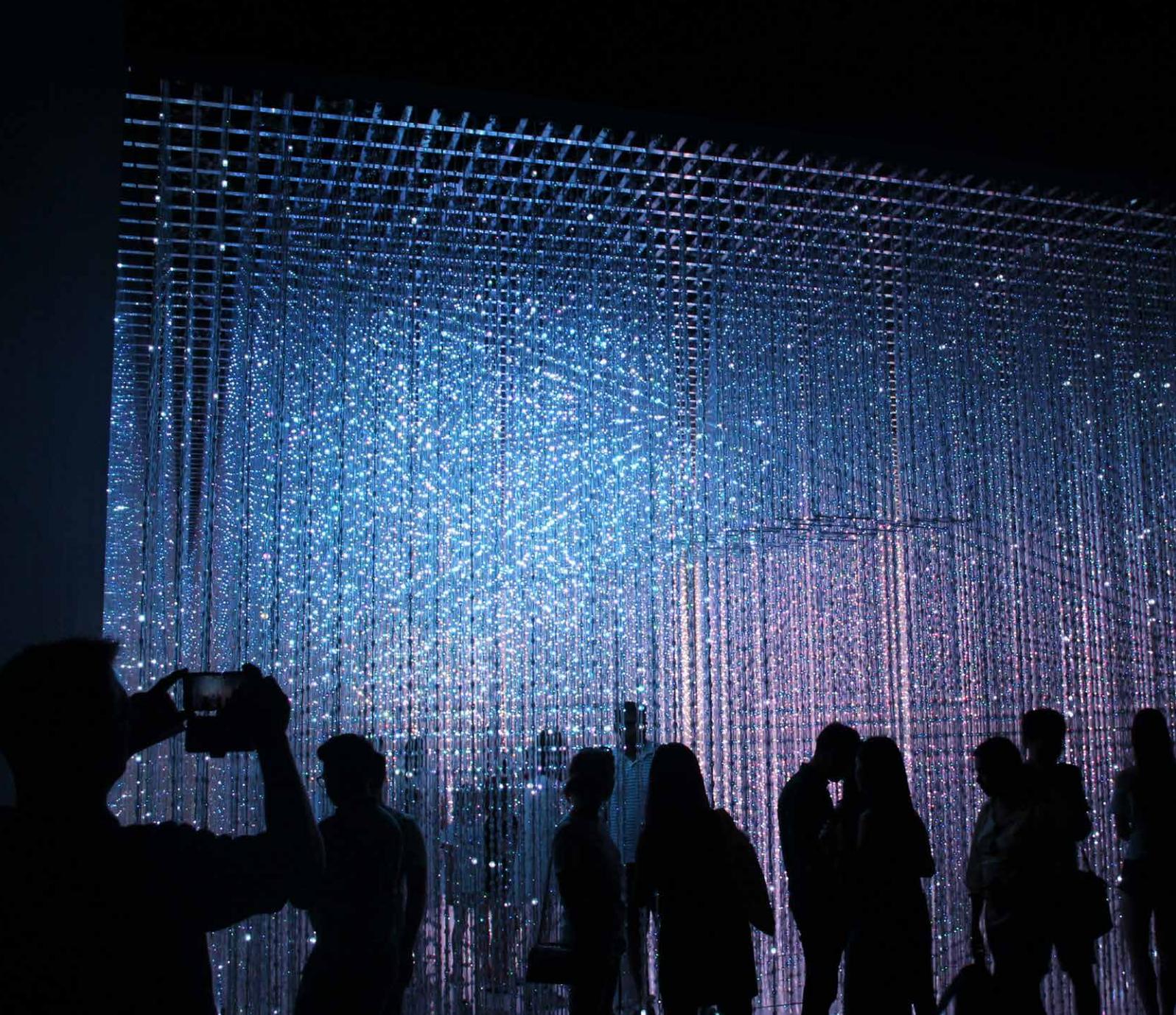
Facilidade de
consulta



Informação



Onde
quiser



tipo de cenários, é natural que a fiscalidade se centre nas reorganizações empresariais orientadas para a redução de custos e numa otimização fiscal conservadora, orientada para quick-wins”, acrescenta.

Quanto às tendências que estão a marcar as áreas de direito fiscal, os especialistas sinalizam “todas as alterações do OE para 2024, nomeadamente o fim do regime de residentes não habituais” e enfatizam que “o direito fiscal tem vindo a ser marcado por uma progressiva especialização e sofisticação quer a nível dos temas abordados, quer nos planos metodológico e argumentativo”. A este respeito, frisa uma advogada, os clientes procuram cada

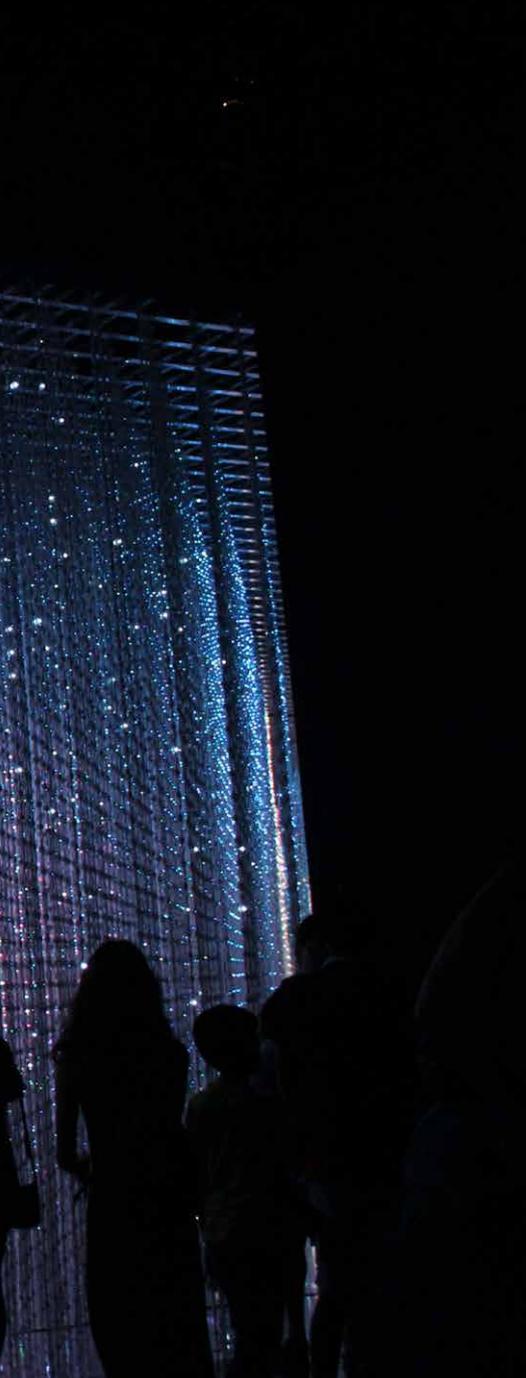
vez mais a originalidade na solução dos seus problemas, aliada à solidez técnica e à rapidez de resposta, seja na consultoria, nas transações ou no contencioso tributário. Por outro lado, conclui, “esta tendência também tem vindo a ser induzida por uma Administração Fiscal mais robusta em termos de meios técnicos, embora com uma dotação desadequada de meios humanos, sobretudo no plano da relação com o

contribuinte e da prevenção da litigância desnecessária”.

Direito Imobiliário e Urbanismo

Por **Rodolfo Alexandre Reis**

É uma tendência que ganhou maior destaque com a pandemia e que veio para ficar no mercado imobiliário: a sustentabilidade, de acordo com os especialistas preocupa cada vez mais os investidores que procuram cumprir os critérios ESG, para que possam combater a resiliência às alte-



rações climáticas. Já os sectores da hotelaria e residências de estudantes continuam a representar tendências de investimento muito significativas, que devem manter-se em 2024. Já o mercado residencial irá ver um aumento significativo no segmento built to rent, que ainda demora a concretizar-se, tendo em conta o aumento de custos de construção e as dificuldades nos procedimentos urbanísticos. A incerteza política e possível recessão vão servir de barómetro para atividade imobiliária no próximo ano, que será para os especialistas claramente marcado pelas eleições legislativas e as opções do novo Governo em

termos macroeconómicos, de política fiscal e de promoção do investimento estrangeiro. Para os especialistas será ainda mais importante passar um sinal de confiança e de estabilidade ao mercado, aos investidores, às pessoas, para que as decisões não sejam adiadas ou alteradas. Por outro lado, as tensões internacionais provocadas pelas duas guerras, aliadas a uma posição de Portugal, quer geográfica quer politicamente, fazem com que o país continue a ser uma excelente base para desenvolver uma política de atração de investimento, sendo para tal essencial garantir a funcionalidade dos serviços públicos, a estabilidade legislativa e o fomento da atração dos fatores produtivos. Em relação às leis, o pacote 'Mais Habitação' e a tendência de simplificação de procedimentos a nível urbanístico (Simplex do Urbanismo) são medidas legislativas que estão a marcar a atualidade e que segundo os especialistas vão certamente influenciar o próximo ano, sendo que os respetivos efeitos ainda não se fizeram sentir, havendo também uma expectativa sobre o próximo governo e qual será o seu posicionamento relativamente ao pacote 'Mais Habitação', que foi tão contestado pela oposição.

Direito da Concorrência e da UE

Por Inês Amado

A crise dos processos de contraordenação, o incremento de ações de private damages e o maior foco por parte da Autoridade da Concorrência e não só a Autoridade da Concorrência nacionais de outros Estados-Membros, no digital, estão, de acordo com um advogado consultado pelo Jornal Económico, na ordem do dia da área de concorrência e direito da União Europeia. O profissional fala numa autoridade da Concorrência, na última década, muito ativa, muito presente no que diz respeito ao controlo das empresas de supervisão que fazia do mercado para atingir o objetivo que estabelecido no Tratado do Conselho sobre o Funcionamento da União Europeia. "E esse controlo por parte da Autoridade da Concorrência Portuguesa

levou a que existissem um conjunto muito significativo de buscas em empresas importantes do nosso tecido empresarial e a detetarem um conjunto de supostas infrações ao direito da concorrência", explica. O mesmo advogado antevê "a destruição de todos os processos que estavam alicerçados em buscas por parte da Autoridade da Concorrência e prova recolhida nestas buscas, que é nula".

"Se nós tivermos uma Autoridade da Concorrência forte e interventiva, nós vamos ter um maior awareness por parte das empresas no cumprimento das regras de concorrência. As empresas vão concorrer pelo mérito e isso vai ser melhor para os consumidores", defende.

Também o digital surge como uma área "verdadeiramente aliciante hoje em dia", segundo o mesmo advogado. "É o que mete a Autoridade da Concorrência no mapa E é isto que é o que é, que é verdadeiramente aliciante hoje em dia, Hoje em dia é o digital. É aquilo que na verdade mete a Autoridade da Concorrência no mapa, mede a Comissão Europeia no mapa e por aí adiante. Portanto, eu também acho que vai haver uma grande tendência para focar as baterias precisamente no digital. As empresas que atuam no digital vão ser mais visadas do que as empresas convencionais. Diria eu, apesar de aqui também ter algumas dúvidas. Porque muito do digital o verdadeiramente relevante, estamos a falar de empresas com uma magnitude muitíssimo grande. E, portanto, é natural que a Comissão Europeia queira ser ela a investigar, o que pode haver também um efeito perverso, que é a Autoridade da Concorrência não quer perder recursos e tempo a investigar para depois a Comissão Europeia dizer que vai assumir estes processos. Também pode acontecer e, portanto, aqui já diria que esta última tendência é uma tendência, na minha opinião, mas um bocadinho nebulosa".

Outro dos profissionais consultados pelo JE reforça a atenção crescente ao tema do Public Enforcement. "É, sem dúvida, uma das tendências mais fortes e está a suceder com grande impulso de associações que se criaram de novo e que e que se assumem como associações de consumidores", explica.

Análise

O mesmo advogado aponta, no plano do direito da União Europeia, o Digital Markets Act, que a Comissão Europeia “está a procurar implementar, no sentido de conseguir procurar controlar um bocadinho melhor a atuação das grandes tecnológicas”, bem como o Forum ACT da Comissão Europeia.

“É um tema relevante e que também marca uma nova abordagem da Comissão Europeia a este tema do financiamento público da empresa”, sublinha.

Para o próximo ano, o advogado prevê uma diminuição de operações de concentração “à semelhança do que aconteceu com a última grande crise”, admitindo o crescimento das “operações de concentração de fundos de investimento a adquirirem empresas em dificuldades”.

“Uma das partes relevantes do direito da concorrência é precisamente operações de concentração. E as empresas vão estar mais receosas”, acrescentou.

Sobre alterações legislativas, outros dos advogados admite não esperar “alterações grandes na lei da concorrência ou num enquadramento aplicável ao direito da concorrência”, dado ter havido uma alteração no ano passado sobre a transposição da diretiva ICN.

“Houve uma alteração muito significativa dos da lei da concorrência em várias das suas disposições”, reforçou.

Propriedade Intelectual & Marcas

Por **Almerinda Romeira**

É incontornável. A inteligência artificial vai marcar a agenda dos próximos anos, 2024 incluído, na esfera do direito de autor. O ChatGP, “chatbot” online de inteligência artificial lançado há praticamente um ano, coloca na ordem do dia a necessidade de começar a aprofundar um tema de capital importância para o autor dadas as ameaças que coloca à produção de textos originais e ao aumento do risco de plágios. Neste ramo do Direito que regula a proteção das obras intelectuais, o ano de 2023 fica marcado em Portugal pela implementação da Diretiva do Mercado Único Di-

gital. Dia 19 de Junho foram, finalmente, publicados no Diário da República os dois diplomas que transpõem as diretivas europeias relativas a direitos de autor e direitos conexos. O Decreto-Lei n.º 46/2023 transpõe a Diretiva (UE) 2019/789 que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio. O Decreto-Lei n.º 47/2023 transpõe a Diretiva (UE) 2019/790 relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital.

A Lei inclui, entre outros, um novo

direito conexo na esfera dos editores de imprensa, o chamado “press right”, bem como o reforço da proteção dos autores e dos artistas no âmbito dos contratos de licenciamento ou de transmissão celebrados por eles. No essencial, diminui o poder das grandes plataformas digitais em prol da indústria cultural europeia. Criadores e autores passam a ser pagos pelo seu trabalho que venha a ser utilizado pelas plataformas online com carácter comercial. Também as empresas de media ganham a possibilidade de serem ressarcidas pela utilização de conteúdos seus por parte de “links” agregadores.

O ano de 2023 fica igualmente marcado



por um grande avanço, embora não livre de críticas de alguns sectores, na proteção dos direitos de propriedade industrial e na harmonização do sistema de patentes na União Europeia (UE), com a entrada em vigor a 1 de Junho da Patente Unitária (Unitary Patent System). O sistema não exige traduções para cada território, o que faz diminuir os custos administrativos com os pedidos de patente, entre outras coisas. Um incentivo extra para os inventores. Por agora, está disponível em 17 países, entre os quais Portugal. Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Estónia, Finlândia, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta,

Países Baixos e Suécia integram este mercado único de patentes, sendo expectável que outros estados-membros venham a aderir no futuro.

No mesmo dia entrou em vigor o Tribunal Unificado de Patentes (TUP), que contempla uma Divisão Local, localizada no Palácio da Justiça, em Lisboa. O Tribunal é o órgão competente para litígios relacionados com Patentes Unitárias. As suas decisões produzirão efeitos em todos os países incluídos no regime da Patente Unitária, o que significa que uma patente contestada no Tribunal será invalidada por inteiro, deixando de vigorar nos 17 estados-membros que integram o sistema.

A Patente Unitária e o Tribunal Unificado de Patentes são indissociáveis e representam um marco histórico no nosso sistema de proteção da propriedade industrial.

Cibersegurança e Proteção de Dados NIS sobe oficialmente para NIS2

Por **Mariana Bandeira**

A necessidade de proteger as infraestruturas críticas dos 27 países é, cada vez mais, uma prioridade para Bruxelas. Quase sete anos depois da implementação da diretiva NIS, chegará a NIS2, cujo prazo limite para transposição para a legislação nacional é o 17 de outubro de 2024. A lei é mais implacável nas coimas, que podem atingir os 10 milhões de euros - ou 2% do volume de negócios global - para determinadas empresas (designadas “entidades essenciais”) ou os 7 milhões de euros - ou 1,4% da faturação global para outras, consideradas “entidades importantes”.

Falamos de sectores como energia (eletricidade, aquecimentos urbanos, petróleo, gás ou hidrogénio), águas (residuais e potáveis) ou transportes no primeiro caso e serviços postais e de estafetas, distribuição de produtos alimentares ou fabrico de máquinas e produtos eletrónicos o segundo.

Na área da proteção de dados, além da legislação europeia que continuará a ditar a relação dos nossos dados e das grandes plataformas digitais (ver texto de TMT), destaque para a nova liderança da autoridade portuguesa, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Após mais de uma década à frente da instituição, Filipa Calvão foi substituída por Paula Meira Lourenço a meio deste ano, portanto será em 2024 que se começará a medir o pulso à nova gestão.

Do plano de atividades, aprovado no verão, consta a criação do “Portal do Encarregado de Proteção de Dados”, a promoção de mais articulação com as entidades responsáveis pelo tratamento dos

Análise

dados e os subcontratantes e a instalação de ferramentas eletrónicas que ajudem as entidades responsáveis pelo tratamento de dados (públicas e privadas), subcontratantes e encarregados, a cumprir as suas obrigações legais de forma mais intuitiva.

Um estudo recente da Nozomi e da Exclusive Networks, “Driving Cyber Resilience: The Impact of the NIS2 Directive”, concluiu que a diretiva NIS2 será um desafio substancial para as empresas, nomeadamente para as que operam em indústrias com infraestruturas críticas. Para avaliar o grau de preparação do alinhamento da segurança TO - Tecnologia Operacional e IoT (Internet das Coisas) com a NIS2, o relatório assinala que, apesar das prioridades competitivas, é necessário colocar uma tónica especial na gestão do risco além das TI - Tecnologias de Informação de modo a incluir a TO, ou seja o hardware e software que mexe com a indústria.

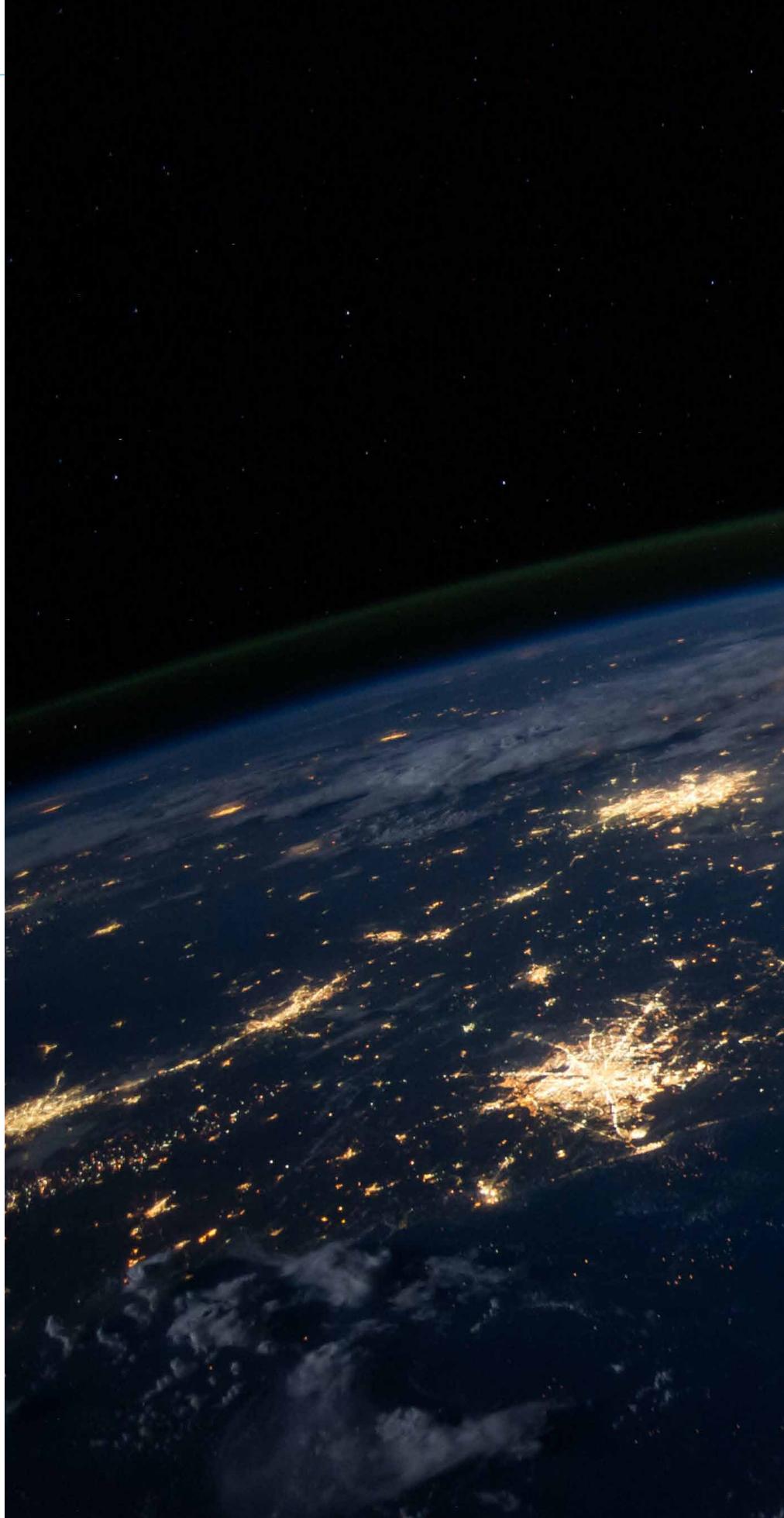
Direito Público

Por João Barros

Uma área em expansão nos últimos anos, o Direito Público tem passado cada vez mais da abordagem sobretudo ligada à constitucionalidade e contratação pública para uma área com ligações a vários sectores onde abundam os privados, numa lógica mais transaccional. Temas como proteção de dados, energia ou mobilidade e transportes acabam por estar intrinsecamente ligados ao ramo, que deverá seguir em 2024 uma lógica de business as usual apesar da incerteza política.

Os fundos europeus têm sido um tópico recorrente nas discussões políticas e económicas desde a pandemia e a necessidade de ter uma contratação pública transparente, expedita e robusta faz crescer a procura pelo ramo de Direito Público. Num contexto de elevada inflação, em que os custos dispararam em pouco tempo, deixando muitos contratos inadequados à realidade, o recurso aos advogados da área será ainda mais necessário.

Mais, a aplicação do Código dos Contratos Públicos nem sempre é a mais acertada, gerando litígios: a falta de conhecimentos da correta aplicação do Código enfraquece





as decisões tomadas pelas entidades adjudicantes, o que não só permite, como acaba por favorecer a litigância, aumentando a procura por especialistas na área.

Esta é uma das faces mais clássicas do ramo, ao reger as ligações económicas entre privados e o Estado, tal como o Direito Constitucional. Neste âmbito, e com uma probabilidade muito reduzida de haver comissões parlamentares com trabalho feito sobre a revisão constitucional até ao final do ano, o modo de operar não deve mudar no próximo ano.

Ainda assim, há uma consciencialização cada vez maior do sector para a importância do Direito Constitucional, especialmente dada a utilidade dos recursos para o Tribunal Constitucional, onde a qualidade é determinante, mas só atingível com conhecimentos técnicos bastante apurados. Numa perspetiva mais abrangente, a tendência é cada vez mais para os sectores regulados, aproximando-se a uma lógica transacionais com entidades públicas, por oposição ao típico contencioso administrativo.

Direito Penal

Corrupção em destaque em 2024

Por **Bianca Marques**

Este ano o direito penal tem ficado marcado pelos crimes informáticos. Este é um fenómeno que se tem vindo a intensificar, ou seja, a utilização do sistema bancário português como plataforma para dissipar e ocultar os proveitos de crimes informáticos como por exemplo o acesso ilegítimo e a burla informática.

Enquanto que a atividade de 2024 será similar à de 2023, os crimes de colarinho branco vão ter destaque no próximo ano. De recordar que recentemente este tipo de crime esteve em destaque e envolveu membros do Governo.

Ao nível da prevenção da corrupção, é esperado que o mecanismo nacional anti corrupção seja dotado dos meios necessários para cumprir a sua função de fiscalização das entidades públicas e privadas

Por exemplo, as entidades privadas com mais de 50 trabalhadores, estão obrigadas a preparar e a implementar um conjunto de instrumentos de compliance que visam justamente combater a corrupção .

E o mecanismo nacional anticorrupção é a entidade pública que foi criada pelo Estado para verificar. Urge não só adotar medidas preventivas que visem combater a corrupção, mas também para fiscalizar estas entidades privadas que no fundo estão cada vez mais a ser chamadas para estar na primeira linha da prevenção do fenómeno da corrupção

Portanto, espera-se que em 2024 as empresas privadas com mais de 50 trabalhadores e as entidades públicas possam ser fiscalizadas ou cumprir o regime geral da corrupção e o regime geral de proteção dos negociantes individuais

Além disso, vai haver maior aposta no rigor de alguns procedimentos quer por parte de polícias, que por parte do Ministério público. É um desafio, um desafio de controlo de qualidade da máquina judiciária e dos processos penais em concreto

Na advocacia acho que vai continuar a ser muito exigente e vai continuar a privilegiar aquilo que são no fundo os penalistas mais confiáveis, pelo menos do ponto de vista mediático. Que muitas vezes não quer dizer que seja a realidade.

O PRR possivelmente também terá um papel fundamental para o direito penal. Não se sabe o que nos vai trazer o PRR porque há de haver alguma arbitrariedade e podem surgir também daí nas instâncias de auditoria de controle de novos processos, por um lado.

Por outro lado, sobrevier uma crise, uma crise económica podemos ter recrudescimento de alguma criminalidade.

A par com isso, admite-se que possa haver a tentativa de delimitar aquilo que é o tráfico de influências e aquilo que é o lobbying legítimo, que é algo que não está suficientemente distinguido, nem na jurisprudência, nem na lei. Urge também legislar sobre o enriquecimento ilícito

Análise

Direito da Saúde e Ciências da Vida

Por Nuno Vinha

A área de prática do Direito da Saúde tem sido, até agora, coutada ‘reservada’ dos escritórios com maior capacidade financeira e mais recursos humanos. E com um escopo de ação muito específico. Mas essa tendência está a mudar.

Advogados da área ouvidos pelo JE diz que se começa a ver esta área da Saúde em escritórios mais pequenos e de média dimensão, bem como o aparecimento de boutiques só para Life Sciences. “Lá fora é isso que está a acontecer. E cá a tendência vai ser esta”, diz uma das especialistas.

E a prática está a alargar. Se até agora, estas equipas especializadas em Saúde juntavam-se aos advogados do M&A, do Direito Público, do contencioso, do fiscal ou do laboral, agora estão a identificar “nesta área de prática quais é que são os temas que tipicamente surgem” e a conseguir fazer, por si sós, esse assessoramento, garantindo que o cliente sinta que está a falar com advogados que percebem do seu sector, do seu negócio. “Acho que a tendência em termos de sector da advocacia vai muito caminhar para aí”, diz outra das fontes.

E há uma razão para essa tendência. O ano de 2024 será bastante intenso no Direito da Saúde. “Desde logo pelas actividades relacionadas com o típico M&A, que continua a mexer muito. Temos empresas que estão numa fase muito embrionária e a desenvolver moléculas, no seu estado inicial, e temos as grandes farmacêuticas a comprarem. No sector hospitalar, os grandes grupos hospitalares, incluindo em Portugal, também estão a apostar a comprar as clínicas de média dimensão. E os grandes grupos em Portugal estão a consolidar”, explica. E vai haver uma grande operação de colocação em bolsa: o IPO da Luz Saúde.

Por outro lado, a área de compliance [na Saúde] está a crescer bastante. Porquê? Porque estão a entrar no sector muitos

novos operadores, muitas delas empresas provenientes do sector tecnológico, com novos produtos, suplementos alimentares, cosméticos.

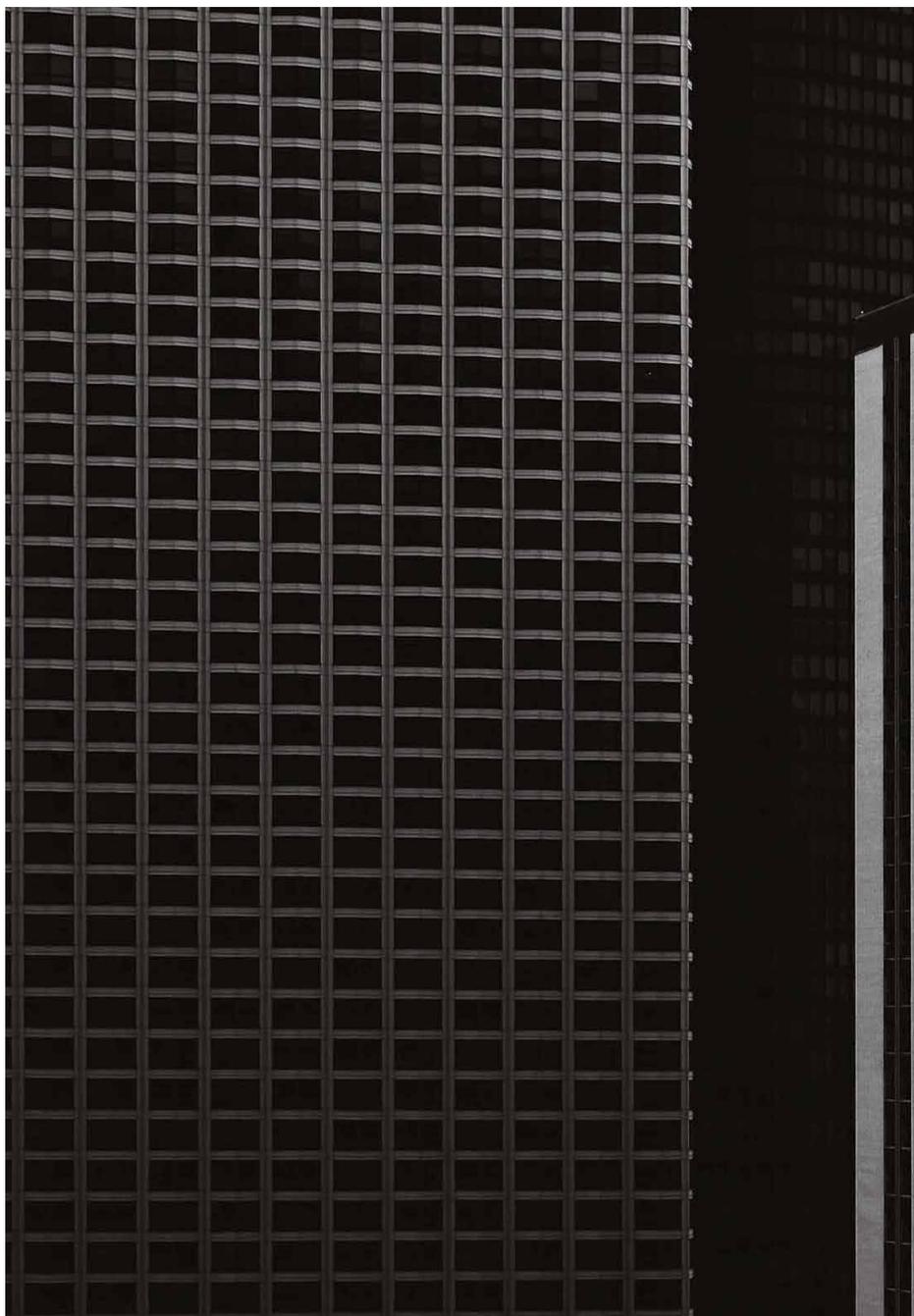
Em termos legislativos, 2024 poderá reservar algumas surpresas para a área de Direito na Saúde. Primeiro no tema do cannabis medicinal, onde já se levantou o debate da legalização para uso recreativo. No próximo ano não assistiremos a uma conclusão sobre este tema, mas seguramente começará a ser falado. E depois eventuais evoluções da Lei do Tabaco. Tudo temas que envolverão os profissionais desta área de prática.

Tecnologia, Media e Telecomunicações

“Lex terrae” para o digital na União Europeia

Por Mariana Bandeira

Marque esta data no calendário: 7 de março de 2024. E aí que tudo irá mudar para as Big Tech que operam em Portugal e nos restantes Estados-membros da União Europeia (UE), porque começa verdadeiramente o compliance com as regras. É certo que a Lei dos Mercados Digitais (DMA -



Digital Markets Act) está em vigor há um ano, mas só começa a ser verdadeiramente aplicável a partir do primeiro trimestre de 2024.

Aí, os utilizadores – todos nós – teremos mais poder de decisão de portabilidade de dados, enquanto tecnológicas como Alphabet (Google), Amazon ou Microsoft, consideradas “gatekeepers” (intermediárias de conteúdo), terão de apresentar relatórios de conformidade, ao qual se seguirá um documento-resumo elaborado pela Comissão Europeia.

Há diversas implicações, que abrangem tanto o acesso a lojas de aplicações de terceiros - por exemplo, não será preciso recorrer às típicas stores (Google Play,

App Storep...) para transferir uma aplicação para o telemóvel/computador e até os programadores que as fizeram poderão comunicar com os cidadãos fora da loja – como a meios de pagamento alternativos, em que essas multinacionais não poderão utilizar só o seu sistema de pagamentos (Google Pay, Apple Pay...) para os downloads.

O prazo limite para apresentação de recurso à designação - e a tudo o que a mesma comporta - de “gatekeeper” que estas empresas receberam terminou a 16 de novembro e a Meta, a ByteDance (Tik Tok) e a Apple entraram com processos de contestação ao facto de estarem nesta lista “negra” do DMA. Nos próximos meses é

pouco expectável que diminua a litigância, porque as mudanças são circunstanciais para estas gigantes.

E para as outras empresas? “Não envolve regras para startups e PME. Nada, niente. Apenas oportunidades”, disse recentemente Eoghan O’neill, senior policy officer da Comissão Europeia, num encontro em Lisboa onde o Jornal Económico esteve presente. “Falem com os vossos CEO, com os vossos Chief Technology Officers... Tirem proveito desta lei”, aconselhou o representante de Bruxelas a empreendedores e outros gestores do sector, caracterizando a legislação de “law of the land” – ou, em latim, *lex terrae* – para os mercados digitais da UE.



Fórum de Líderes

Líderes das sociedades e de departamentos de dezenas de escritórios com presença em Portugal partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2024, um ano que deverá ser marcado por desafios a nível macroeconómico, mas também com oportunidades de crescimento.

O que espera do mercado da advocacia para 2024?

The background of the page is a dark, deep blue space filled with a complex, abstract geometric pattern. This pattern consists of numerous interconnected cubes and lines, some of which are illuminated from within, creating a glowing effect. The overall aesthetic is futuristic and technological, with a strong sense of depth and perspective.



Fórum



Jose Luis Arnaut
Managing Partner
da CMS Rui Pena & Arnaut

Vivemos tempos de incerteza. Incerteza no que se refere à governabilidade interna, depois dos últimos acontecimentos e da convocação de eleições. Não sabemos que direção irá o país tomar depois das eleições legislativas marcadas para o dia 10 de março, e isso não é bom para a estabilidade económica e social de que o país tanto precisa. A nível internacional, com o conflito na Ucrânia e no Médio Oriente, o clima também é de incerteza. Não sabemos como estes vão evoluir, mas sentimos o seu impacto em todos os sentidos. Do ponto de vista económico, com a contração registada (1%) na zona euro no terceiro trimestre e de zero na União Europeia, e os indicadores a curto prazo a apontarem para a continuação de uma fraca dinâmica económica, não podemos dizer que este é o cenário ideal para perspetivar um novo ano. Assim, o maior desejo para 2024 é de que haja mais estabilidade a nível interno e externo. Ainda que o ano de 2023 tenha sido um ano positivo para a CMS, só com estabilidade poderemos perspetivar, de forma positiva, o ano que se avizinha.



João Miranda de Sousa
Managing partner e sócio responsável pelos
escritórios da Garrigues em Portugal

2024 será certamente um ano desafiante, até pela entrada de novos players no mercado jurídico português, mas estamos preparados e plenamente motivados para enfrentar com êxito esse desafio. Do pon-

to de vista do mercado jurídico, é previsível que áreas como as do direito tributário, laboral, financeiro e a área do digital tenham uma atividade intensa e estamos a postos para nos adaptarmos naturalmente a essa realidade. Apesar da incerteza da conjuntura nacional e internacional, olhamos para o próximo ano com a convicção de que estaremos à altura do desafio e com a confiança que nos dá o facto de estarmos numa firma internacional com os atributos, a solidez e o histórico de autossuperação da Garrigues. Acreditamos no talento, na capacidade e na ambição dos nossos sócios e das nossas equipas e na nossa capacidade coletiva para expandir a nossa presença no top of mind dos clientes. A firme aposta do escritório nas ferramentas de trabalho digital e nas novas tecnologias, a par do processo natural de renovação geracional e de rejuvenescimento progressivo do colégio de sócios, vai ajudar-nos a alcançar esse objetivo. Estamos convictos de que, por todas estas razões, em 2024 seremos capazes de iniciar um novo ciclo de crescimento, sustentado e sustentável, em linha com a ambição de fazer mais e melhor que caracteriza a estratégia global da Garrigues. Na minha área em particular, focada nos direitos de propriedade intelectual, tenho a modesta esperança de que em 2024 possa ser uma realidade a disponibilização online para acesso e consulta pública das decisões proferidas pelo tribunal de propriedade intelectual, bem como das decisões da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça a elas aferentes. Seria uma boa notícia se do conjunto de iniciativas que já estão em curso para a transformação digital da Justiça e dos Tribunais, pudesse surgir este primeiro passo que tornaria, seguramente, mais transparentes e acessíveis determinados outputs judiciais e permitiria um maior escrutínio.



Manuel Magalhães
Managing partner
da Sérvulo

Num quadro macroeconómico e geopolítico de grande instabilidade, o ano de 2024 será, certamente, um ano muito desafiante para as sociedades de advogados.

Dado o expectável abrandamento do crescimento económico, é previsível que ocorra uma diminuição do volume de trabalho na vertente transaccional e um reforço da procura nas áreas de reestruturações, insolvências e contencioso, sendo, também, provável que se assista a um acréscimo do trabalho nas áreas de propriedade intelectual e tecnologias de informação, associado ao aconselhamento jurídico na proteção de criações intelectuais com recuso a inteligência artificial.

No plano da crescente globalização da economia, com clientes e transações cada vez mais complexas, exigentes e sofisticadas, as relações e parcerias internacionais e a capacidade de as sociedades de advogados assessorarem estas transações com a qualidade e a rapidez, são, e serão cada vez mais, no futuro, fatores críticos de sucesso. As sociedades de advogados são hoje em dia organizações muito mais complexas do que eram no passado e o tema da multidisciplinidade vai certamente continuar a marcar o setor em 2024.

Outro dos desafios que continuará a marcar a agenda do mercado da advocacia é a aposta nas novas tecnologias e na digitalização. Duas questões incontornáveis neste domínio serão seguramente a da inteligência artificial e a da cibersegurança. Num mundo crescentemente digitalizado é esperado dos advogados um domínio crescente das ferramentas informáticas e das novas tecnologias que potencie a rapidez, a qualidade e a segurança do seu trabalho. Por último, mas não menos importante, perspetiva-se para os próximos anos, que a agenda do setor seja marcada pelo aprofundamento das preocupações com

os temas de ESG, responsabilidade social e familiar, igualdade e inclusão, bem como os temas relacionados com a saúde mental.



Nuno Galvão Teles
Managing partner da Morais Leitão

Não sendo especialmente vocacionado para a futurologia ou para os balanços e resoluções bem-intencionadas dos finais de ano, só posso alterar ligeiramente a pergunta, perguntando-me o que não se alterará no mercado da advocacia em 2024, à semelhança dos últimos anos. Entre mudanças endógenas, com a transformação regulatória da organização do próprio setor pela completa abertura a novos players, e mudanças exógenas, como o avanço tecnológico, as modificações na exigência dos clientes e a própria reconfiguração global dos serviços jurídicos, há pouco que se mantenha igual. O mercado jurídico português insere-se num setor altamente competitivo e complexo, e encontra-se, ele próprio, num momento de redefinição.

Os desafios são muitos. Olhando para a natureza dos serviços jurídicos, vemos crescerem novos temas ligados ao digital mas não só, exigindo conhecimento muito especializado. Dos já comuns temas tech (financeiros, contratuais, cibersegurança, etc.) à litigância ligada aos princípios ESG, com “novas” formas como as ações coletivas ou à crescente gestão do risco, que afeta as empresas de maneira transversal, são várias as novas áreas de prática. A própria prestação desses serviços tem vindo a mudar, por pressão do cliente, pelo desenvolvimento galopante da tecnologia e pela gestão do setor, que se encontra a renovar os modelos de sustentabilidade financeira e rentabilidade. Não tenho grandes dúvidas de que, daqui a precisamente um ano, estaremos em condições de olhar para um setor português da advocacia reforçado, com marcas profundas de inovação e adaptação.



Pedro Rebelo de Sousa
Managing partner
da SRS Legal

“Em 2024, espero que não nos limitemos a enfrentar os muito difíceis desafios do contexto social, político e económico, nacional e internacional. Espero, sobretudo, que possamos contribuir para uma sociedade mais positiva, mais estável, mais exigente consigo mesma. Que consigamos ajudar a liderar a mudança, consolidando a nossa posição como uma referência inovadora e confiável no cenário jurídico global.

Para isso, gostaria de contar com uma Justiça mais célere, transparente e eficiente, com um país mais capaz de reter e fomentar tudo o que de positivo tem, mitigando muito do negativo. De assegurar alguma estabilidade governativa e legislativa, de continuar a atrair investimento, de recompensar a iniciativa privada. E, no ano das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, promover a inclusão e as reformas estruturais que adiadas estão há décadas! Assim, e só assim, se cumprirá Abril.

A SRS Legal, consciente dessa dinâmica, ambiciona estar na linha da frente da transformação no setor. Antecipamos um ambiente moldado por mudanças regulatórias, onde a adaptação tecnológica se torna imperativa. Na vanguarda dessas mudanças, estamos a investir significativamente em tecnologias inovadoras para aprimorar a nossa eficiência operacional e oferecer soluções jurídicas que transcendam as expectativas dos nossos clientes.

A internacionalização continuará a ser uma prioridade estratégica no mercado da advocacia, pelo que promover parcerias globais é essencial. No nosso caso, onde quer que os clientes estejam, a SRS estará lá, na palma da sua mão. Prevemos que a agilidade será um diferencial competitivo, razão pela qual estamos a estruturar a SRS, dotando-a de ferramentas e equipas que lhe permitam para responder cada vez melhor às mudanças no ambiente de

negócios e nas expectativas dos clientes. À medida que nos aproximamos de 2024, vislumbramos um cenário na advocacia permeado por desafios, que consideramos também oportunidades singulares. Comprometemo-nos a manter uma abordagem centrada na excelência, ajustando continuamente os nossos serviços para atender às exigências do mercado.”



José Mota Soares
Managing Partner Andersen Portugal

Acreditamos que o ano de 2024 continuará a ser um ano de consolidação e crescimento no mercado da advocacia e no setor dos serviços de consultoria.

Assim, a incorporação de outras firmas e advogados, que partilhem os nossos valores e possuam também a ambição de crescimento, constitui um dos pilares do nosso objetivo estratégico para o próximo ano. Pretendemos reforçar os diversos departamentos da firma, oferecendo, cada vez mais, um serviço de assessoria jurídica global e de excelência.

Já nos estamos a preparar para a entrada em vigor do novo regime jurídico de constituição e funcionamento das sociedades multidisciplinares, tendo ainda em conta a sua adequação à alteração ao estatuto da ordem dos advogados.

Tendo em consideração que numa grande maioria de países onde a Andersen Global opera já são permitidas as sociedades disciplinares, cremos estar muito bem preparados para assimilar esta nova realidade, assegurando a prevenção dos conflitos de interesses, cumprimento das normas deontológicas da advocacia e garantindo as incompatibilidades entre determinadas atividades.

A evolução do mercado económico ibérico e o contínuo desafio da globalização, reforçam o compromisso da Andersen em garantir que os nossos clientes recebem o melhor nível de serviço em todas as localizações onde necessitam ou venham a precisar dos nossos serviços.

Fórum



Fernando Antas da Cunha
Managing partner
da Antas da Cunha Ecija

Embora acredite que o mercado em 2023 não tenha crescido tanto como em 2022, a perceção que tenho é que, genericamente, foi um bom ano para o setor da advocacia. No nosso caso em concreto, registámos um crescimento acentuado em praticamente todas as áreas.

Agora, com a aproximação do novo ano, com tantas variáveis que não controlamos, como sendo, as guerras na Ucrânia e agora, a de Israel, com um abrandamento anunciado em quase todas as geografias e, finalmente, mas não menos relevante, com um governo demissionário com reformas legislativas anunciadas que não podem ser apelidadas de outra forma que não sejam “trágicas”, é difícil mantermos uma tônica otimista. Ainda assim, o facto de já ter vivido diversas crises e contextos verdadeiramente adversos, leva-me a acreditar que seremos resilientes e que, pelo menos, não vamos registar decréscimos significativos. Por parte dos nossos clientes, sentimos uma maior cautela na hora de decidirem se avançam, ou não, para determinados projetos ou transações. Ainda assim, a solicitação de trabalho corrente nas diversas áreas continua a um bom ritmo.

Também acredito que, com exceção de um ou outro player que possa surgir no mercado, vai manter-se a tendência de concentração de firmas. Do nosso lado, temos algumas integrações que podem vir a ocorrer num futuro próximo e, embora com muita cautela, estamos em processos de recrutamento para reforço de alguns dos nossos departamentos.



Nuno Sá Carvalho
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

Antevemos um 2024 cheio de desafios para os vários sectores da economia nacional e por conseguinte também para o mercado da advocacia. Em Portugal, a demissão do primeiro-ministro, a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições para 10 de março trará instabilidade política, com possíveis consequências no campo económico e do investimento. Nesta conjuntura, antecipamos que a discussão política nos próximos meses se foque nos temas da necessidade de regulamentação da transparência e conflitos de interesses e na regulamentação do lobbying.

A par disto, o cenário internacional também se mostra cheio de focos de instabilidade: assistimos a um ambiente muito instável, com a guerra na Ucrânia e com o agravamento do conflito armado no Médio Oriente. Na Alemanha, o abrandamento da economia também traz preocupações adicionais e nos EUA teremos as eleições presidenciais, num ambiente que continua a ser muito dividido.

Tendo em conta os dados que possuímos atualmente, contamos que Portugal continue a assistir à entrada de fundos europeus por via do PRR, o que deverá levar a um maior investimento público, e que se mantenha o interesse de fundos de investidores internacionais em Portugal pelo menos em setores como a energia, nomeadamente renováveis e no âmbito da descarbonização da economia, infraestruturas e turismo.

Quanto à Cuatrecasas, o nosso excelente desempenho nos anos mais recentes, em particular este ano, bem como a entrada de novas equipas, permite-nos enfrentar 2024 com confiança. Seguiremos numa trajetória de crescimento sustentado, investindo fortemente em talento, em inovação e na formação contínua de advogados e colaboradores, tudo isto alicerçado em tecnologia de ponta, tendo em vista uma maior eficiência e a excelência dos serviços a prestar pela Cuatrecasas.



Marcos Sousa Monteiro
Managing partner
da Linklaters em Lisboa

Linklaters: A nível internacional: considerando o impacto que o aumento da internacionalização dos escritórios americanos em anos recentes trouxe ao mercado da advocacia mundial, será interessante perceber se 2024 continuará a registar a mesma estratégia ou se surgirão sinais de evolução no paradigma do modelo de negócio dos escritórios americanos nos mercados fora dos EUA.

Será ainda com alguma expectativa que poderemos analisar os primeiros efeitos e resultados de fusões transatlânticas entretanto ocorridas. 2024 é aguardado como ano de transição até ao eventual regresso, em 2025, de maior normalidade nas taxas de juro e em outros fatores catalisadores do dinamismo do mercado. Será por isso um ano de alguns ajustamentos e de muitas oportunidades.

A nível nacional: a atividade da advocacia eminentemente transacional será marcada pelas eleições legislativas no final do 1.º trimestre, que terão ainda impacto relevante no calendário de algumas das maiores transações e projetos já anunciados. Mesmo que o ano comece com alguma incerteza que eleições antecipadas sempre implicam, estão reunidas as condições para que a partir do 2.º trimestre se registre um reforço da confiança dos investidores estrangeiros o que pode potenciar que Portugal acompanhe em 2024 a evolução e o eventual crescimento dos volumes transacionais dos mercados internacionais.

Tanto a nível nacional como internacional, 2024 será ainda marcado pela forte aceleração dos efeitos que a transição tecnológica traz à advocacia. Em particular, a capacidade de progressão de cada escritório e a utilização eficaz de ferramentas tecnológicas pelas equipas no dia-a-dia terá efeitos reais em todo o ciclo de trabalho dos escritórios portugueses, desde a capacidade de angariação de clientes até à geração de resultados.



Bruno Ferreira
Managing partner
da PLMJ

Pelo contexto político atual, 2024 vai arrançar tímido, à espera do novo Governo, com impactos noutros catalisadores da economia nacional, como é o PRR. Por outro lado, a contrabalançar no prato da balança pró atividade económica, teremos muito provavelmente um alívio da política de juros, que favorecerá a tomada de risco dos investidores e o arranque de novos projetos.

Portugal é e irá manter-se um mercado bastante atrativo e estamos particularmente otimistas quanto aos setores do Turismo, Energias Renováveis e Tecnologia – áreas que têm dado saltos muito significativos de crescimento e que beneficiarão certamente da acumulação de capital do lado dos investidores, que têm preferido parqueá-lo em instrumentos sem risco, a aguardar um contexto de risco mais favorável.

Existe ainda um conjunto de grandes projetos nacionais que estavam previstos e que agora aguardarão decisão do próximo Governo e, neste sentido, com grande probabilidade, só no segundo semestre do ano é que farão mexer o país.

Na esfera empresarial, não podemos desconsiderar os desafios regulatórios a nível de políticas de sustentabilidade organizacional. Portugal continua a estar abaixo daquilo que seriam os níveis desejáveis na adoção das políticas ESG, pelo que o horizonte é vasto e ainda pouco explorado, sobretudo quando o lado do enforcement se tem vindo a robustecer substancialmente.

Olhando para os desafios da atividade, a transformação digital tem vindo a intensificar-se e o nosso setor e a PLMJ irão continuar a acompanhar este movimento com todas as exigências e desafios regulatórios que, em geral já temos vindo a antecipar.

Se por um lado, o grande avanço desta área apresenta grandes desafios e riscos relativos à inteligência artificial, à segurança

da informação e privacidade, também tem tudo a beneficiar com o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial generativa na prestação de serviços jurídicos, em benefício da oferta de valor ao cliente.

A adoção deste tipo de ferramentas pode, numa escala aumentada, vir a transformar a composição das equipas jurídicas e, a longo prazo, a forma como os grandes escritórios operam e retêm talento. Num próximo ano, iremos começar a sentir os efeitos da integração destas ferramentas no dia-a-dia das nossas equipas.



Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados

O sector da advocacia terá de se adaptar a uma nova realidade, que é disruptiva e terá o primeiro conjunto de regras harmonizadas à escala europeia. Este é, por exemplo, o caso da inteligência artificial e do AI Act, a proposta de regulamento da Comissão de 21 de abril de 2021, cuja negociação poderá conhecer um desfecho até ao final do ano, segundo as opiniões mais otimistas.

A Inteligência Artificial poderá ser um poderoso instrumento para a reforma da justiça portuguesa, garantindo uma resposta ágil, eficiente e segura.

A utilização desta ferramenta, mais do que uma esperança, poderá assumir uma relevância importante na forma como os serviços jurídicos são prestados, permitindo uma aceleração de procedimentos, uma maior recolha e análise de dados, garantindo assim uma redução no desenvolvimento de tarefas rotineiras por parte dos advogados.

Apostando nestas tecnologias digitais, a forma de trabalho também mudará, contribuindo para uma mudança de paradigma na gestão de recursos humanos, da condução de processos e do acesso ao conhecimento, podendo mesmo alterar a definição estratégia dos escritórios e sociedades de advogados.

No entanto, é importante estarmos atentos aos riscos inerentes da utilização deste tipo de tecnologia. Se olharmos para o último discurso sobre o Estado da União Europeia, Ursula Von der Leyen refere que: «A atenuação do risco de extinção devido à IA deve ser uma prioridade mundial, juntamente com outros riscos para a sociedade, como as pandemias e a guerra nuclear.»

Estas preocupações com o lado menos positivo da inteligência artificial também se estendem ao setor da advocacia. É importante evitar um processo de mecanização e despersonalização dos serviços jurídicos e da Justiça, reforçando que a Inteligência Artificial deve ser utilizada ao serviço dos seres humanos, de forma a defender os seus direitos fundamentais, únicos e singulares. Para isso, torna-se necessário definir uma regulamentação forte e assente em princípios éticos sólidos que reforcem este princípio.



Jaime Carvalho Esteves
Sócio-fundador da J+Legal

Para 2024 contamos continuar o crescimento da J+Legal em todos os seus indicadores, ainda que fatores exógenos possam vir a provocar ligeiras alterações ao perfil da nossa prática. Assim, as várias áreas estão preparadas para um período de grande turbulência em Portugal e de recessão nos nossos principais parceiros e, por isso, com menos IDE, menor apetência pelo imobiliário, menor dinamismo nas fusões e aquisições e muito maior foco nos NPLs e noutros ativos problemáticos, assim como na reestruturação de dívida e insolvência.

Áreas de prática com maior dinamismo (M&A e Imobiliário) deverão sentir uma alteração do tipo de intervenção (menos focada em aquisições de sociedades e novos projetos) e a prática deverá estar mais centrada em contencioso, reestruturação de dívida e insolvência, bem como no laboral.

Do lado da fiscalidade não contamos com

Fórum

redução da atividade, muito pelo contrário, pois é expectável haverem alterações relevantes no orçamento rectificativo do verão. Ainda ponto de vista legislativo, as nossas previsões do ano passado concretizaram-se: assistimos a uma “redução dos âmbitos do Golden Visa, do RNH e do SIFIDE” e a maior rigidez “da legislação laboral e do arrendamento”. Mas para 2024 é difícil fazer outras previsões, por ser imprevisível o resultado das eleições legislativas. Se os fatores externos negativos (guerra e recessão, a par de inflação e da insustentabilidade das finanças públicas, pelo menos, de Itália ou França, com conseqüente pressão nas taxas de juro), então, toda a legislação bancária e financeira será extraordinariamente relevante, com prováveis alterações no sentido de proteger as famílias, e mesmo as empresas, mais vulneráveis.



Rita Maltez
Sócia da Pares Advogados

“Introdução: O ano de 2024 promete trazer desafios e oportunidades significativas para o mercado da advocacia em Portugal. Diversos fatores, como mudanças legislativas, avanços tecnológicos e desenvolvimentos econômicos, moldarão o cenário jurídico, influenciando a forma como os advogados conduzem seus negócios e atendem aos clientes.

(...)

Conclusão: O mercado da advocacia em Portugal em 2024 está destinado a evoluir em resposta a uma série de fatores, desde a tecnologia até as mudanças nas leis e expectativas éticas. Os advogados que conseguirem se adaptar a essas mudanças e antecipar as necessidades dos clientes estarão bem posicionados para prosperar em um ambiente jurídico dinâmico.”

O que antecede, como espero que os leitores tenham adivinhado, não é da minha autoria, mas sim do ChatGPT, num bom exemplo “inteligência” e “modernidade”.

O texto oferecido pelo nosso “irmão eletrônico” pode depois ser adornado ao gosto do co-autor humano, podendo até usar uma nota pessoal resultante das suas reflexões estavais ou da imaginação do estagiário a quem subcontratou a escrita.

Na seqüência desta nota tenho a certeza de que a minha pontuação geral estará no mais baixo nível de sempre. Mais uma vitória das máquinas sobre as mulheres.

Na Pares Advogados, pretendemos continuar o exercício da nossa profissão por seres humanos, independentes e livres. Focados no desenvolvimento sustentado do nosso escritório, atentos às evoluções do mercado mas, acima de tudo, tentando responder com qualidade e rigor às necessidades dos nossos clientes, seja no desenvolvimentos dos seus investimentos nas mais diversas áreas e vertentes, desde o imobiliário e turismo, à saúde, às novas tecnologias, à actividade financeira nas mais distintas áreas, à actividade editorial, à publicidade e à propriedade intelectual, entre outros, seja no contencioso ou no aconselhamento fiscal. O investimento estrangeiro tem sido um motor importante do nosso escritório e contamos que assim continue a ser. A consolidação da nossa clientela, com um reconhecimento cada vez maior e mais sólido das nossas equipas é prova da bondade na nossa aposta e que resulta não só da qualidade dos serviços mas também da cultura interna que gera equipas coesas em que a partilha de conhecimento e a entreajudas são vetores maiores. Se o ChatGPT sobre a Pares fosse verdadeiramente inteligente era isto que diria.



Joana Lobato Heitor
Sócia
da MFA Legal

O próximo ano trará desafios acrescidos para o setor jurídico, com um contexto desfavorável fruto da desaceleração económica na Zona Euro e potenciais focos de

instabilidade com novas eleições legislativas a paralisação legislativa do País durante vários meses do ano.

Por outro lado, o setor da advocacia encontra-se num período de profunda transmutação, com desafios acrescidos para os modelos de negócios das grandes sociedades presentes no mercado face ao crescente desenvolvimento das sociedades multidisciplinares, a necessidade de fortes investimentos em tecnologia e a necessidade de estabelecer redes globais para acesso às maiores transações. A pressão sobre a rentabilidade e performance dos sócios será certamente acrescida e poderá trazer novas mudanças no mercado. De igual modo, salientar a entrada de um novo player ibérico, com abertura anunciada para 2024. Na MFA acreditamos que 2024, e os próximos anos trarão mudanças profundas no mercado da advocacia em Portugal, seja por via de processos de consolidação, seja através de criação de projetos diferenciados e com forte especialização, como é o caso do nosso escritório.

A incorporação de tecnologia nos processos de produção e ferramentas de gestão continuará a marcar a agenda, com forte pressão sobre a eficiência, rentabilidade e capacidade de trazer valor para os clientes. Modelos de remuneração, senioridade das equipas e perfil das equipas terão de ser revisitados.

De igual modo, a gestão das equipas e retenção de talento perfila-se como um desafio adicional, não podendo ser ignorados os temas de saúde mental. É todo o modelo organizacional e de negócio da advocacia que está a ser revisitado e sujeito a novos e amplos desafios.

Para a MFA Legal será o ano de afirmação no mercado. Estaremos integralmente focados na implementação do nosso modelo de negócio, na certificação de procedimentos e na incorporação de tecnologia. De igual modo, iremos formalizar as diversas parcerias para a criação dos nossos serviços de gestão integrada de risco, com uma proposta diferenciada na gestão de crises, programas de compliance e prevenção. De igual modo, estaremos atentos a oportunidades de reforço das nossas equipas e consolidação em definitivo do nosso posicionamento e marca no mercado. Um ano cheio de desafios para um escritório que

se pretende distinguir pela proximidade, senioridade da equipa e oferta de serviços interdisciplinar.



Mónica Moreira

Managing Partner da CTSU (Deloitte Legal)

O ano de 2024 trará seguramente desafios relevantes, num ambiente que é de imprevisibilidade. Para além dos desafios que já conhecíamos, relacionados, entre outros aspetos, com o fraco crescimento económico da zona euro, as taxas de juro elevadas e a guerra na Ucrânia, acrescem agora a guerra no Médio Oriente e, em Portugal, um possível cenário de instabilidade governativa.

O referido contexto reflete-se, naturalmente, no mercado da advocacia que, em qualquer caso, tem a capacidade de servir os clientes nos diferentes ciclos e de acordo com as necessidades de cada momento. Poderemos assim assistir ao abrandamento de certas áreas e ao desenvolvimento de outras, como a experiência ao longo dos anos tem demonstrado.

No que respeita ao M&A, o ambiente económico e os custos de financiamento apontam para algum abrandamento e adiamento de decisões de investimento, que poderão refletir-se na redução do número e volume de transações. Não obstante, antecipam-se já algumas operações relevantes e de grande valor e continuamos a assistir a movimentações nos setores das energias renováveis, das tecnologias e também no setor industrial. Portugal continua a apresentar boas oportunidades para os fundos e investidores com disponibilidade de liquidez.

O setor imobiliário poderá sofrer um abrandamento, em linha com o que já está a acontecer noutros países, agravado por alterações legislativas que afetarão a atratividade do mercado português e a confiança dos investidores estrangeiros.

As preocupações com o ESG e com as áreas de Compliance e Regulatório continuarão a desenvolver-se e, por outro lado,

as reestruturações, as áreas de laboral e de contencioso tenderão provavelmente a crescer.

O mercado da advocacia manter-se-á ativo e competitivo, com a entrada de novos players e com a entrada em vigor do novo pacote legislativo que viabilizará a multidisciplinariedade. Esta é uma evolução importante, já esperada há bastante tempo, que trará novas formas de prestação de serviços aos clientes, agregando diferentes competências e proporcionando uma visão integrada dos seus assuntos, com valor acrescentado.

Por último, há que referir o desenvolvimento acelerado da Inteligência Artificial generativa, que representa seguramente um dos maiores desafios e oportunidades no futuro da prestação de serviços jurídicos, marcando a transformação da forma de relacionamento entre os advogados e as empresas e o perfil do advogado do futuro.

Por tudo isto, é fundamental a aposta contínua na inovação, a capacidade de antecipar questões, e o foco permanente na exigência, na qualidade, na proximidade com o cliente e no conhecimento profundo do seu negócio.



João Costa Quinta

Cocoordenador de Corporate e coordenador de Propriedade Intelectual e Tecnologia da DLA Piper ABBC

2023 foi um ano de incerteza, marcado por um contexto geopolítico, económico e social muito difícil. A guerra na Ucrânia, a recente guerra no Médio Oriente, o aumento da inflação e das taxas de juro, os fenómenos migratórios que se observam em várias regiões do globo, são fatores que irão certamente continuar a marcar o ano de 2024. É natural, e há evidentes sinais disso, que as empresas continuem a suportar um aumento dos custos de produção e que, por causa disso, se foquem na necessidade de assegurar a sustentabilidade do seu ne-

gócio. Mas também me parece que existe suficiente liquidez disponível no mercado para a realização de novos investimentos nos vários setores da atividade económica, com particular enfoque em empresas socialmente responsáveis e sustentáveis. Assistimos hoje, porventura, a uma fase que o “valuation gap” será o principal entrave à realização de muitas transações, mas é expectável que em 2024, mesmo num cenário de incerteza, a atividade de M&A retome um ritmo mais acelerado.

Independentemente disso, a advocacia já demonstrou, ao longo dos anos, ter a capacidade de se adaptar constantemente às necessidades dos seus clientes, acompanhando as suas necessidades tanto em ciclos de elevado investimento, como em ciclos de recessão económica. Uma dessas necessidades é o alcance global. A advocacia do futuro tem de conseguir acompanhar os clientes em todos os setores da atividade, em todas as áreas jurídicas, em qualquer parte do mundo. Nunca como hoje foi tão importante compreender o negócio dos clientes e desenhar, proactivamente, as soluções ideais para superarem os desafios que têm pela frente, com êxito. Finalmente, mas não por último, saber atrair e reter os melhores profissionais, dando-lhes adequadas condições de crescimento profissional, como temos feito até hoje na DLA Piper, será também em 2024 um fator-chave para o contínuo crescimento da nossa sociedade, em especial no segmento em que nos posicionamos enquanto verdadeiros parceiros de negócio dos nossos clientes.



José Calejo Guerra

Managing partner da CCSL

No que à advocacia de negócios em Portugal respeita, o próximo ano será claramente marcado pelas eleições legislativas e pelas opções do novo Governo em termos macroeconómicos, de política fiscal e de promoção do investimento estrangeiro. Tendo em conta

Fórum

o atual clima de instabilidade política nacional é ainda mais importante passar um sinal de confiança e de estabilidade ao mercado, aos investidores, às pessoas, para que as decisões não sejam adiadas ou alteradas.

Tendo em conta as tensões regionais internacionais, com potencial de escalada, a posição de Portugal, quer geográfica quer politicamente, continua a ser privilegiada e uma excelente base para desenvolver uma política de atração de investimento, sendo para tal essencial garantir a funcionalidade dos serviços públicos, a estabilidade legislativa e o fomento da atração dos fatores produtivos. Assim, 2024 será um ano de alguma expectativa sobre qual será o rumo do novo Governo quer nos grandes projetos nacionais em curso quer na colocação de Portugal como destino preferencial de investimento.

No plano nacional espera-se um ano com um nível interessante de transações entre entidades do tecido empresarial português (quer tradicionais quer start-ups) em função das necessidades de investimento dos fundos levantados nos últimos anos (fundos de capital de risco em geral, SIFIDE, golden visa, etc), mas também algum foco nas operações de reestruturação e recuperação por força das dificuldades sentidas nos últimos anos por via do aumento dos preços da energia e das taxas de juro.

Quanto ao investimento estrangeiro, os recentes casos e as dúvidas sobre o enquadramento do novo Governo poderão levar a uma contração ou política de “wait and see”. Já no que respeita à prática jurídica da CCSL esperamos um ano focado nas áreas transacionais, com um desenvolvimento cada vez mais relevante dos temas ESG e um foco interno na otimização de procedimentos alavancada no uso de tecnologia e no desenvolvimento da equipa atual.



David Oliveira Festas
Sócio da CSAssociados

O mercado da advocacia está fortemente ligado à economia e tudo indica que 2024 será um ano de grande incerteza. Alguns fatores estruturais permitem que olhemos para 2024 com razoável otimismo: por um lado, continua a haver bastante capital disponível – há muitos fundos soberanos e de private equity com recursos avultados para investir; por outro lado, assistimos a uma estabilização de variáveis que têm tido impacto negativo na economia, em particular os altos níveis de inflação e elevados custos de financiamento. Ainda assim, o próximo ano apresenta riscos e desafios. Apesar de alguma estabilização das taxas de juros, o custo de capital continua alto e os conflitos geopolíticos têm vindo a escalar e a diversificar-se, o que agrava o clima de incerteza. O mercado da advocacia tem crescido, mas os dados disponíveis sugerem que o crescimento tem vindo a desacelerar nos últimos anos, fruto do contexto geopolítico adverso e ainda do rescaldo da pandemia. É possível que essa tendência se mantenha. É ainda de esperar que se assista, em 2024, à consolidação do recurso a tecnologias sofisticadas de apoio ao exercício da advocacia, nomeadamente no domínio da inteligência artificial generativa.



João Caiado Guerreiro
Sócio da Caiado
Guerreiro

Penso que 2024 é um ano difícil de projetar: será eleito um novo Governo que tomará posse na melhor das hipóteses em abril.

A guerra na Ucrânia que está para durar, o conflito Israel/Hamas na faixa de Gaza, e a estagnação económica na Zona Euro, são outros fatores imprevisíveis. A isto junta-se a inflação que se espera de 2.9% no próximo ano, as taxas de juro bastante elevadas, e todas as crises pelas quais estamos a passar em diversas áreas – saúde, educação, habitação. Tudo reunido é uma tempestade quase perfeita para as pessoas e empresas. Apesar de tudo isto, estou otimista de que Portugal pode voltar a crescer.

Historicamente, as sociedades de advogados, em geral, demonstraram uma grande e surpreendente capacidade de se adaptar, de gerar negócio, com uma estoica superação em contextos mais difíceis. O passado mostrou-nos que com investimento estruturado em pessoas e na tecnologia, podemos manter os níveis de negócio e, com algumas novas ideias e projetos mais disruptivos, até aumentar.

Para isso, temos de fazer um importante ajuste na forma de pensar dos advogados, analisar de forma estruturada o que sempre fizemos bem e o que temos de incrementar. Uma atitude pró-ativa é essencial. Tanto como é fundamental aconselhar da melhor forma os nossos clientes e ajudá-los, dessa forma, a acrescentar valor.



Nuno Fonseca Alves
Sócio fundador
da NFS Advogados

A prática da advocacia vê-se deparada com uma série de desafios no ano que se aproxima.

O primeiro relacionado com as alterações decorrentes da entrada em vigor da lei que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais sujeitas a associações públicas. As previsíveis alterações ao Estatuto da Ordem dos Advogados, com as sociedades multidisciplinares, a recomposição dos órgãos estatutários da Ordem ou mesmo

a reconfiguração da formação de jovens advogados, bem como as alterações ao regime dos atos próprios do advogado, acarretarão mudanças significativas. O alcance destas mudanças só se conseguirá apurar na prática e com o decorrer do tempo, avaliando-se então a reação do mercado de advocacia e dos respetivos profissionais.

A nível legislativo o novo ano inicia com os primeiros resultados da entrada em vigor do pacote legislativo Mais Habitação, que reordenou as regras no arrendamento, no alojamento local, nos despejos e a nível fiscal. Tem sido necessário um enorme esforço de adequação de todos os agentes económicos ao novo enquadramento legal, e a esse esforço não será alheia a intervenção das sociedades de advogados.

Uma área de atuação à qual a NFS Advogados dedica especial atenção, a Imigração, tem estado no meio de um enorme turbilhão de alterações, que se deverá prolongar no novo ano. Com a criação e entrada em funções da nova AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), a divisão das competências do extinto SEF, a modificação do regime dos ARI (Autorização de Residência para Investimento) e o regime transitório para residentes não habituais, nota-se uma indefinição em quem procura entrar em Portugal para trabalhar ou investir, que se deverá manter no novo ano, mais a mais tendo em conta o ciclo político que se aproxima.

Como sempre, a NFS Advogados mantém-se atenta e preparada, com uma equipa em crescimento, motivada e dinâmica, apostada em responder com o nosso habitual padrão de rigor e profissionalismo.



Miguel Miranda

Managing partner da PRA – Raposo,
Sá Miranda & Associados

A minha expectativa é que o mercado de advocacia em Portugal se mantenha bastante ativo e competitivo, em 2024. São vários

os desafios que vêm transversalmente a ocupar as decisões estratégicas dos escritórios e sociedades de advogados e que continuarão a ser os focos centrais da sua atenção. Destacaria dois.

No entanto, sem querer parecer catastrófico, diria que a advocacia poderá estar perante um autêntico desafio existencialista que, a muito curto prazo, poderá questionar a própria relevância da profissão na forma como a concebemos à data de hoje.

Refiro-me ao desafio que decorre do advento da Inteligência Artificial e a adaptação dos agentes económicos, em geral, e dos advogados, em particular, a um modo mais rápido e eficiente de compilar e analisar informação, de executar relatórios e tarefas jurídicas.

No curto prazo, tal poderá significar um aumento da capacidade produtiva das sociedades de advogados com menos recursos humanos associados, o que poderá conduzir a formas mais inovadoras de construção do pricing, à deslocalização dos serviços de advocacia de áreas mais standard para áreas mais diferenciadas, em função dos níveis de complexidade e até ao próprio redimensionamento das equipas. A médio prazo, tal poderá relevar-se progressivamente redutor da margem de criatividade e de valorização associada à profissão.

Por outro lado, já é uma realidade – e essa realidade será, em 2024, porventura mais ostensiva – o surgimento das sociedades multidisciplinares, o que criará players adicionais de mercado – pelo menos de forma mais assumida – e também transformações em algumas sociedades de advogados pela oferta de leque de serviços que até aí não ofereciam, de um modo mais integrado do que até aqui – e com natural impacto no mercado, num movimento que será verdadeiramente disruptor na tradição da advocacia nacional.

No que respeita à PRA, temos a expectativa de uma expansão e consolidação da nossa estrutura nacional de escritórios, do aprofundamento da nossa rede internacional de parcerias e ampliar o volume de negócios da sociedade pelo menos ao mesmo ritmo a que temos vindo a fazer nos últimos anos.



Hugo Marques dos Santos

Advogado sénior da MG Advogados

Um dos sentimentos que mais se insinua nos dias que correm é o da ansiedade provocada pela percepção que se tem de um mundo, que vive (sobrevive) entre o caos e a catástrofe. Contudo, talvez uma das marcas mais interessantes do passado recente consista no moderado impacto quotidiano, que têm tido ocorrências muito importantes: o ser humano é capaz de se adaptar às novas realidades e de normalizar o “anormal”.

Identicamente, parece-nos que o mercado da advocacia tem essa vantagem sobre muitos outros mercados: é bastante resistente às crises. As áreas de actividade contrabalançam-se. Enquanto umas florescem, outras definham, existindo neste movimento algum equilíbrio.

Infelizmente, a nível nacional, julgamos que no próximo ano se continuará a acentuar um sentimento de descrença e desconfiança na justiça e nos tribunais. Convicção essa que será ainda mais vincada nos actores estrangeiros a operar em Portugal. Este sentimento traz consigo consequências muito nefastas, e é agravado pela percepção de que os serviços públicos, em geral, se caracterizam por uma morosidade e burocracia excessivas (em especial desde o Covid). Esta tendência afastará a população do recurso aos meios judiciais sempre que possível e, especialmente quando existam os meios para tal, levará as partes à procura de meios alternativos (como sejam, por exemplo, os tribunais arbitrais).

Acreditamos igualmente que no próximo ano se começarão a tornar mais evidentes algumas das mudanças que a transformação tecnológica, em especial a inteligência artificial, começa a impor, e às quais o mercado da advocacia não será imune.

Haverá cada vez mais um automatizar de tarefas jurídicas de menor complexidade e que dependam em grande medida de

Fórum

minutas e/ou que se apoiem em práticas repetitivas, tornando-as, tendencialmente, obsoletas. Acreditamos que o próximo ano será marcado por um ganhar de confiança progressivo do mercado nas ferramentas que a IA lhes proporcionará, e pela percepção de alguns dos riscos que essa mesma confiança (cega) trará consigo. Inclusivamente, parece-nos, algumas dessas ferramentas serão utilizadas por particulares para evitarem o recurso aos advogados, com diferentes graus de sucesso, e novos desafios à actividade jurídica.



Félix Bernardo
Managing partner
da Caldeira Pires

Na nossa opinião, o panorama da advocacia para o ano de 2024 será marcado por uma dinâmica influenciada por várias tendências. Já não há como ignorar a transformação digital que se vive no mercado jurídico, que cada vez mais carece de uma modernização e adaptação aos novos tempos. A contínua ascensão da Legal Tech, com a incorporação crescente de inteligência artificial, redefine a prestação dos serviços jurídicos. O desafio passa por abraçar e incorporar essas inovações de maneira eficaz para manter a competitividade, enquanto se garante a segurança dos dados partilhados.

No entanto, naturalmente que esta realidade ainda não está ao alcance de todos os escritórios, em especial, os de pequena/média dimensão ou até mesmo os advogados em prática individual. Contudo, já existe um conjunto de ferramentas quer na perspectiva de optimização de processos internos, quer na perspectiva do cliente que permitem uma maior rentabilidade e uma redução de custos, possibilitando, naturalmente, criar valor para o cliente. Ora, o desafio aqui passa por começar a usar no dia-a-dia estas ferramentas, para que todo o mercado jurídico se adapte a estas novas realidades que são as realidades dos nossos clientes.

Por outro lado, a flexibilidade no ambiente de trabalho, acentuada pela transição para modelos híbridos, os quais acreditamos que se manterão como uma tendência, trazem também consigo alguns desafios. O principal desafio é sem dúvida a gestão de recursos humanos e a manutenção de um equilíbrio entre um ambiente saudável e um ambiente competitivo e eficiente. Além disso, surge o desafio de captar e reter recursos humanos tornando-se uma prioridade estratégica.

O ano de 2024 apresentará oportunidades e desafios significativos para o mercado jurídico, sendo que a inovação tecnológica e a integração de novos modelos de trabalho serão, na nossa opinião, dois dos grandes pilares para este novo ano.



João Quintela Cavaleiro
Sócio da Cavaleiro
& Associados

Instabilidade será a palavra de ordem, sabendo que aos Advogados lhes é exigido uma tremenda capacidade de adaptação e resiliência. A Cavaleiro & Associados está centrada no Norte e Centro de País, no apoio a estruturas exportadoras ou a entidades internacionais que encontram no País refúgio para as suas actividades, mais dependentes do contexto macro-económico internacional e não somente nacional. 2023 manteve o interesse pelas empresas Portuguesas por investidores estrangeiros, tendo-se confirmado a tendência forte em termos de transações de M&A com a venda de participações nacionais a investidores/fundos internacionais. No sector imobiliário manter-se-á o ajuste, sendo evidente a travagem nos novos empreendimentos e na procura, tendo em conta o cenário de taxas de juros elevadas nos financiamentos externos o que impacta na tipologia de trabalho jurídico – mais de reformulação de operações bancárias de apoio aos projectos-. Direito laboral e a reestruturação empresarial – de extrema intensidade em 2023- manterão forte tendência

de procura. Private Clients and Wealth notar-se- a alteração do perfil de investimento do imobiliário para outra tipologia de activos. Os ciclos de crise adensam as preocupações na afectação dos activos dos Clientes a outra tipologia de investimentos e a reorganizar os seus Family Offices. A par deste contexto, os planos de sucessão familiar manter-se-ão na linha central de algumas lideranças empresariais. O contencioso manterá a posição de reforço, quer pela situação atual de risco de incumprimento, quer pelo contexto de crispação geral que se sente. No sector público/projectos na área energia - central para o nosso escritório- é expectável que 2024 continue a ser um ano de crescimento atenta a necessidade desenvolver soluções energéticas alternativas tais como, projetos de hidrogénio, biocombustíveis, projectos híbridos conjugados com solar. Nas questões de contratação pública e incentivos públicos antevê-se que estas áreas mantenham intensidade pela expectável intervenção pública que o Governo e Instituições europeias estão a tentar introduzir na economia.



José Luis Cruz Vilaça
Sócio administrador
da Cruz Vilaça Advogados

O ano de 2024 será marcado, em Portugal, por duas eleições gerais, legislativas e europeias (as primeiras antecipadas e inesperadas). No que respeita às eleições legislativas, a demissão do primeiro-ministro teve como consequência imediata o adiamento de importantes projetos para a economia nacional, como por exemplo, o lançamento dos procedimentos concursais para desenvolvimento de energia eólica offshore ou a reprivatização da TAP.

No plano internacional, mantém-se o contexto de incerteza causado pela guerra na Ucrânia e pelo conflito Israel / Hamas, que acarreta, necessariamente, consequências para a economia europeia.

Tudo isto influencia também o clima do in-

vestimento estrangeiro em Portugal, bem como o lançamento de grandes infraestruturas de carácter público.

Apesar do contexto de incerteza, é meu entendimento que o mercado da advocacia se manterá dinâmico e competitivo, pois os investidores continuarão a procurar aconselhamento jurídico.

Em resumo: o ano que se avizinha apresenta novos e grandes desafios. É importante saber transformá-los em oportunidades. Isto é aplicável a grandes, médias e pequenas sociedades de advogados, generalistas ou especializadas.



Nuno Cerejeira Namora

Sócio fundador
da Cerejeira Namora, Marinho Falcão

Com 2024 à porta, é crucial antecipar as tendências que vão moldar o sector dos serviços jurídicos em Portugal. A advocacia, intrinsecamente ligada à evolução da sociedade, enfrenta desafios e oportunidades únicas. Destaco três macro-tendências: a digitalização e a integração da Inteligência Artificial; as alterações regulatórias e Estatutárias previstas para o sector; e a Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

A digitalização, impulsionada por avanços tecnológicos, já revolucionou a prática jurídica na última década. A velocidade galopante da inovação tecnológica não tende a abrandar, muito pelo contrário. Nesse sentido, temos de estar preparados para saber aproveitar e integrar as mais recentes oportunidades da Inteligência Artificial em prol da nossa organização e, acima de tudo, da qualidade e velocidade de entrega ao Cliente. Naturalmente que sempre cientes dos riscos, o passo tem de ser certo e garantir os princípios deontológicos de base que nos regem. Com cada vez mais capacidades e informação disponível, bem como capacidades tecnológicas do seu tratamento em velocidades ímpares, temos de ser capazes de nos tornar em “super-

-profissionais” no plano técnico e reforçar as capacidades humanas que a IA nunca irá substituir.

No âmbito regulatório, prevêem-se tempos de mudança legislativa, exigindo especialização para enfrentar a incerteza em constante evolução. A multidisciplinariedade pode e deve ser endereçada como “o desafio” para as organizações no sector dos serviços jurídicos profissionais. Já muitas linhas correram sobre o tema nos últimos anos mas, definitivamente, 2024 será o ano em que as alterações verão “a luz do dia”.

Quanto à Sustentabilidade e Responsabilidade Social, participamos ativamente em projetos estratégicos nestas áreas. O tema ESG (Environmental, Social & Governance) está em destaque, exigindo ação corporativa alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Ao mesmo passo, o impacto que podemos ter na plano da Responsabilidade Social merece especial destaque num período político e social de instabilidade. O apoio e desenvolvimento de projetos de Pro Bono a nível nacional, visando combater o problema sistémico do acesso ao direito em Portugal marcarão também o ano vindouro.

Embora haja mais temas a explorar, como flexibilidade no trabalho ou a globalização, julgo que em 2024, Portugal poderá vir a enfrentar os principais desafios (e a criar as principais oportunidades) nas questões da adoção tecnológica, adaptação às mudanças regulatórias e na promoção de negócios sustentáveis. Que venha 2024, estamos preparados.



Paula Gomes Freire

Managing partner
da VdA

Vivemos tempos desafiantes e transformadores, marcados por um ambiente de incerteza e de enorme oportunidade.

2024, ensombrado pelos acontecimentos perturbadores de 7 de outubro e 7 de no-

vembro de 2023, não será diferente.

À guerra na Ucrânia veio juntar-se o conflito no Médio Oriente e ao contexto de adversidade económica que marcou Portugal em 2023 junta-se agora um cenário de incerteza política.

Apesar de tudo é de esperar que, em 2024, o mercado da advocacia, que tem dado provas de enorme resiliência, se mantenha bastante competitivo e dinâmico até porque, mais do que da saúde da economia, vive essencialmente da atividade económica. E, na verdade, está tudo a acontecer:

- a transição energética e a transição digital, aceleradas pela emergência da IA Generativa, ditam um imperativo transformacional dos modelos de negócio de todos os Clientes em todos os setores e, como tal, abrem a porta a atividade de M&A e a interessantes necessidades de financiamento e de captação de investimento;

- ainda que muito do investimento em Portugal dependa de iniciativa pública e que até ao final do primeiro trimestre não tenhamos um novo governo em funções (o que naturalmente poderá impactar a concretização e o calendário de algumas grandes transações), a verdade é que a localização estratégica de Portugal e a manutenção de um ambiente favorável e de confiança para que muito contribui a subida de rating do país anunciada em novembro de 2023 fazem prever que, em 2024 e apesar da incerteza política, Portugal se mantenha como um destino atrativo para investimentos internacionais;

- os imperativos da Agenda 2030 e a imposição de métricas ESG constituem oportunidades muito interessantes com impacto direto nas matérias de Ambiente, Agro, Business Human Rights e Governance.

Naturalmente que a própria profissão não é imune a este choque transformacional, muito amplificado em 2023 pelos desenvolvimentos em matéria de IA Generativa.

Em 2024 será urgente repensar o perfil do advogado do futuro, o modelo de relação com os clientes, as políticas de pricing e o próprio modelo de negócio em que assenta o exercício da advocacia. Parte do que fazemos passará a estar disponível em novos canais de oferta de produtos e serviços e o verdadeiro elemento diferenciador será sempre o capital humano. Como tal, em

Fórum

2024, será crítico continuar a endereçar os desafios relacionados com a captura e retenção de talento.

Uma nota final para assinalar que 2024 será também o ano em que a multidisciplinaridade se tornará uma realidade. Será muito interessante observar como se posicionarão os vários intervenientes no nosso mercado.



Ricardo Couto
Sócio coordenador
na Eversheds Sutherland

Como sempre, o mercado da advocacia reflecte a dinâmica política, social e económica de cada momento. Assim sendo, o ano de 2024 será essencialmente de continuidade, marcado naturalmente pelos principais eixos de mudança que têm vindo a consolidar-se num passado recente e que, tudo indica, farão parte do nosso futuro próximo.

De entre os factores de mudança mais críticos para o próximo ano, identificamos o desenvolvimento da inteligência artificial e da tecnologia de registo distribuído (mais conhecida por DLT ou blockchain), na área da tecnologia; a absorção das novas gerações de profissionais e a competição pelo talento, quanto a recursos humanos, e a adaptação ao novo regime da multidisciplinaridade, no que respeita ao enquadramento jurídico da actividade. Nos sectores mais regulados, entre os quais o financeiro será dos mais críticos, há também que contar com a crescente exigência regulamentar, onde o ESG assume uma relevância particular.

Dito isto, importa reconhecer que as tendências de mudança terão um impacto diferente em cada segmento do mercado da advocacia.

O segmento mais tradicional não deverá conhecer grandes sobressaltos, podendo eventualmente contar com um acréscimo de litigiosidade no sector imobiliário, em resultado das últimas alterações legislativas nesta área. Por outro lado, também o regime da multidisciplinaridade poderá trazer algu-

mas oportunidades de mudança para as sociedades de menor dimensão ou mesmo para os advogados em prática isolada.

No segmento da assessoria às empresas e entidades com uma presença mais forte e dinâmica no mercado, tendencialmente ocupada pelas sociedades de advogados de maior dimensão, todos os referidos factores de mudança assumem uma importância mais crítica. E a forma como cada sociedade se está a preparar para lidar com estas mudanças contribuirá para clarificar as vantagens competitivas de cada uma num mercado cada vez mais exigente e em que a entrada recente de novos players vai trazer ainda mais concorrência.



João André Antunes
Managing partner
da Pinto Ribeiro Advogados

É impossível ensaiar uma reflexão sobre o futuro próximo da advocacia sem ter presente aquilo que tem sido a espuma das últimas semanas, senão mesmo dos últimos meses, e as consequências que daí decorrem para os diversos atores sociais. A novelização progressiva da vida política está a ultrapassar, de forma cada vez mais ostensiva, as barreiras naturais em que normalmente se erige e se esfuma, golpeando severamente a estabilidade das relações jurídicas, sejam elas de natureza comercial, civil ou administrativa.

Independentemente das posições pessoais de cada, não considero defesa ou justificação para a forma como se oblitera regimes legais estabelecidos com base nos quais as pessoas e os operadores económicos planeiam a sua vida e dirigem os seus negócios. Pensemos em temas tão diversos como a imigração, as medidas mais polémicas no campo da habitação (desde logo as alterações estabelecidas para o regime do alojamento local), o regime fiscal da residência não habitual ou até mesmo a lei do tabaco, para elencar apenas alguns dos casos mais

badalados. Em qualquer um destes temas, as alterações, já realizadas ou iminentes, não assentam em estudos sustentados, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista jurídico, bastando um powerpoint de ideologia barata exibido em prime-time para causar um verdadeiro ataque de nervos a todos aqueles, nacionais ou estrangeiros, que em Portugal investiram convencidos que o nosso Estado de Direito também é um Estado sério.

A advocacia, e os advogados que a exercem, não são personagens neutras nesta trama. Caber-nos-á, por defeito, a tarefa de nos insurgirmos contra os desmandos levianos dos tempos em que vivemos e de encontrar alternativas para as barreiras erigidas. Considero, por isso, que o ano de 2024 será decisiva e transversalmente influenciado pela procura de tutela jurídica por quem, em boa-fé, fixou a sua posição na segurança de uma lei ou regulação vigente, entretanto abalroada pela propaganda do momento.

A advocacia deve funcionar, antes de mais, como um instrumento ao serviço da liberdade pessoal e económica de cada um. É por isso que a sua mais-valia se afere, muitas vezes, não apenas pelo que se ganha, mas sobretudo pelo que não se perde.



Francisco Espregueira Mendes
Sócio na Telles

Com todas as convulsões que estão a ocorrer em Portugal e no mundo, parece-me impensável achar-se que as mesmas não terão impactos nefastos na economia portuguesa e, conseqüentemente, no mercado da advocacia. A situação económica do País e a prestação de serviços jurídicos estão intimamente ligadas. O Banco de Portugal já reviu a previsão do crescimento económico da economia portuguesa para 2024 em baixa, esperando agora um crescimento de apenas 1,5%, depois de em junho ter apontado para 2,4%.

Se é certo que áreas como o Contencioso, a Insolvência ou o Laboral podem beneficiar em situações de maior instabilidade económica, a verdade é que, ao contrário do que muitas vezes é dito, a advocacia não vive bem em períodos de crise ou de reduzido crescimento económico, nomeadamente em áreas como Corporate, M&A, Private Equity, Imobiliário ou Concorrência, as quais, como é sabido, têm um impacto determinante no mercado da prestação de serviços jurídicos.

Os últimos anos têm também sido caracterizados por um grande investimento direto estrangeiro (IDE) no nosso país, sendo Portugal o sexto principal destino de IDE na Europa, situação que temo se venha a alterar, com toda a instabilidade política e legislativa que se vive no nosso país, de que o previsto termo do regime de Residente Não Habitual (“RNH”), a partir de 2024, é disso exemplo. Todos sabemos que o investimento estrangeiro não convive bem com a imprevisibilidade e a instabilidade legislativa que Portugal teima em manter, sendo que uma eventual redução do IDE terá efeitos negativos imediatos no mercado da prestação de serviços jurídicos.

Em conclusão, se 2023 está a ser um ano positivo, é extremamente difícil prever como será 2024, tendo todos esperança que, apesar de alguns indicadores menos positivos, os fundos do PRR possam ser bem executados e dar uma “lufada de ar fresco” na atividade económica, permitindo manter a nossa economia numa rota de crescimento, o que serão obviamente boas notícias para o mercado da advocacia.



Nelson Raposo Bernardo
Managing partner
da Raposo Bernardo & Associados

Os sinais de incerteza e de instabilidade são evidentes, múltiplos e marcantes, tanto em Portugal, como na Europa e no mundo. Pela primeira vez em várias gerações

temos uma guerra na Europa, sentem-se os efeitos de uma inflação que persiste e vai deixando as suas marcas, para além de ser notória a instabilidade política a nível interno. Mas ao mesmo tempo, nos últimos anos, Portugal conquistou uma posição de destaque no radar dos investidores internacionais, e a preferência para alguns dos seus investimentos, o que – acredito – se irá manter, independentemente da existência de alguma instabilidade legislativa.

Apesar de todos os sinais recomendarem muita prudência, arrisco em prever que 2024 será um ano positivo para o mercado da advocacia. A especialização das sociedades de advogados permite que estas beneficiem de todos os ciclos: se umas áreas de prática permitem a obtenção de melhores resultados em ciclos de crescimento, outras áreas garantem a estabilidade ou mesmo incrementos de atividade e volume de negócios em ciclos de retração económica ou de crise.

De resto, as sociedades de advogados estão hoje mais bem preparadas do que alguma vez estiveram para enfrentar tempos de incerteza e mesmo os efeitos de eventos extremos: num arco temporal de cerca de dez anos robusteceram-se de maneira significativa e criaram uma cultura de resiliência, ultrapassando e crescendo ao lado das repercussões de uma crise financeira mundial, a que seguiu uma intervenção do FMI em Portugal, depois ainda o impacto de uma pandemia.

Tudo visto e somado, creio que, no próximo ano, os negócios, projetos e transações não serão significativamente afetados em relação ao cenário que vivemos no ano que agora termina. Estou mesmo seguro de que, a maturidade atingida pelo mercado da advocacia em Portugal, permitirá que cada sociedade de advogados saiba encontrar a via mais segura para, num contexto de eventual adversidade, explorar o que a diferencia e com isso rentabilizar a sua intervenção e posição no mercado.

Ainda que o contexto do mercado possa não ser muito propício a movimentações societárias significativas, admito que se possa assistir a algumas fusões ou integrações de sociedades de advogados, seja por fenómenos de concentração, seja na decorrência de mudanças geracionais. Do

mesmo modo, considerando o interesse que vem sendo manifestado por algumas sociedades internacionais em relação ao mercado português, admito também como expectável que tal possa acontecer ao longo do próximo ano.



Salvador Ulrich
Managing partner da RPSU

A prestação de serviços de advocacia continua subordinada a princípios éticos e deontológicos próprios, que a excluem de qualquer mercado.

Esta especificidade é refletida, designadamente, na relação com os Clientes, nas relações entre Colegas e nas relações com os Tribunais e demais operadores judiciários. É certo que muita da oferta de serviços jurídicos é assegurada por advogados, mas a advocacia, enquanto actividade profissional, é muito mais abrangente que isso.

Faz mais sentido, assim, falarmos em mercado de prestação de serviços jurídicos.

Com a redução do tempo de estágio, o aparecimento das sociedades multidisciplinares, e de novas ferramentas tecnológicas, é natural que a oferta de serviços jurídicos venha aumentar. Por outro lado, o contexto social e económico cada vez mais complexo faz nascer novas realidades, novas relações e novos litígios a prevenir.

Há, em todo o caso, várias advocacias, com ofertas e necessidades totalmente distintas entre si. O exercício numa empresa de centenas de colaboradores é totalmente distinto do exercício em prática isolada. São realidades incomparáveis. Os perfis típicos dos Clientes são diferentes, as necessidades são diferentes, as ofertas são diferentes e até o tempo (e a sua contagem) é diferente. É natural que o exercício em prática isolada, bem como os escritórios de dimensão reduzida, cuja actividade esteja muito dependente da prática de serviços jurídicos “tout court”, venha a ser mais pressionado. Por outro lado,

Fórum

com estruturas mais leves, são aqueles que terão maior facilidade de adaptação. Nós somos os nossos Clientes. O desafio é estar à altura das exigências nos vão lançando, sem prejuízo da proximidade que, na nossa advocacia, continuamos a considerar o essencial.



Filipe Mayer
Sócio
da CCA Law Firm

2024 será (mais) um ano de desafios para a advocacia. Desafios específicos desta profissão e outros comuns a todos os outros setores da economia. Desde logo, para quem exerce em regime de sociedade, a multidisciplinariedade será uma realidade, trazendo não só uma competitividade maior a um setor já muito competitivo, mas também desafiando esta profissão milenar a abraçar novas oportunidades. Também a já anunciada vinda de novos players internacionais para o mercado legal português irá acentuar, ainda mais, a concorrência neste mercado.

Os desafios comuns que todos enfrentamos estão relacionados, como não poderia deixar de ser, com o novo ciclo político que irá iniciar-se. Esta instabilidade gera, como é evidente, alguma pressão na profissão, não só em termos de preço, mas também nos resultados exigidos pelos clientes. O fator diferenciador nunca deixará de ser a qualidade, resultado que só pode ser alcançado com uma aposta clara em tecnologia aliada à contratação e retenção de profissionais de excelência, que continua a ser absolutamente essencial e nunca será substituído pelo investimento tecnológico. Continuará a ser crítico, para qualquer escritório de advogados, uma aposta forte nos seus recursos humanos, que os ajudarão a encontrar soluções de valor acrescentado para os clientes, e procurando garantir condições para que todos estejam realizados a exercer a profissão.

Pretende-se capacitar cada vez mais as equipas, tendo a tecnologia um papel facilitador no compromisso entre um maior e melhor life-work balance. Contudo, é preciso também capacitar as pessoas através de melhores condições físicas de trabalho, programas internos que se foquem no bem-estar físico e mental, com vista a conseguir um ambiente de trabalho saudável, e políticas internas que facilitem esta dinâmica. Por outro lado, a sustentabilidade é outro dos princípios que, juntamente com a consciência ambiental e a responsabilidade social, na estrutura das sociedades, tem um papel diferenciador junto dos vários stakeholders, sendo um tema cada vez mais proeminente.

Penso que quem estiver a preparar o ano de 2024 e seguintes com estas preocupações, enfrentará mais um ano desafiante com sucesso. Tem sido esse o caminho que temos procurado fazer na CCA.



José Costa Pinto
sócio
da Costa Pinto Advogados

Sempre que fazemos este exercício de projetar o “próximo ano” temos a tendência de nos focar, em primeiro lugar, nos pontos de turbulência. Dos efeitos dos juros altos, aos angustiantes conflitos bélicos que assolam o mundo, passando pela crise política e queda do governo e terminando nos desafios da captação e gestão de talento, há sempre “motivos” para um olhar retraído e inseguro sobre o futuro. A verdade, porém, é que a advocacia deve em primeiro lugar olhar para a solidez do seu percurso e pela forma como se tem sabido adaptar às mudanças e aos novos desafios.

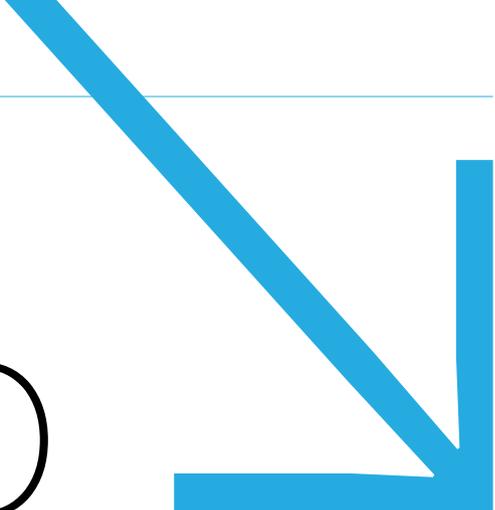
Assim, e sem prejuízo de todas as referidas circunstâncias, na minha perspetiva, 2024 será um ano de desenvolvimento e de crescimento, face a 2023 e 2022. Acredito que a confiança gerada pela forma como foram ultrapassados os desafios que há

um ano todos identificavam como potencialmente causadoras de um mau ano será a pedra de toque para um excelente 2024, com mais atividade económica e mais transações, sobretudo a partir do segundo trimestre (pós-eleições).

No que respeita especificamente ao setor das fusões e aquisições, o aumento dos custos regulatórios e o ajustamento provocado pela subida dos juros continuarão a ser motor de concentrações e de reorganizações empresariais. Seguramente que os advogados desempenharão um papel essencial nestas transações para, com a sua experiência e competência, assegurarem a segurança jurídica das mesmas.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a importância dos advogados, para além de se dedicarem ao sucesso da sua atividade, o que é necessário, legítimo e essencial, dedicarem igualmente uma parte do seu tempo à função social inerente à nossa profissão. Preocupa-nos de sobremaneira a recente consagração das sociedades multidisciplinares em Portugal (ainda sujeita a regulamentação, é certo). Trata-se de um exercício de mera desregulação pensado para uma realidade económica e empresarial onde podemos ver muitas virtudes (que não negamos), mas que se aplicará a todo um universo onde os cidadãos ficarão francamente desprotegidos na proteção dos seus direitos, liberdades e garantias. O tempo jamais volta para trás, não se pede isso, antes se exige ponderação e cautela, pois uma lei deve sempre pensar no “todo” e não apenas numa “parte”. Estejamos atentos, mas sobretudo atuantes, pois temos igualmente uma função social que não podemos descurar.

Diretório



Nas páginas que se seguem, conheça as principais sociedades de advogados que operam em Portugal, com apresentações institucionais que são da responsabilidade de cada escritório. O diretório inclui ainda uma listagem não-exaustiva das sociedades de advogados portuguesas, com os respetivos dados de contacto.

alínea a)



**Abecasis, Moura Marques
& Associados**

Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 3

Nº total de Advogados: 11

Nº de Advogados Estagiários: 3

Nº de outros Colaboradores: 4

SÓCIOS

- » Paulo de Moura Marques
- » José Filipe Abecasis
- » Diogo Pereira da Costa

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Público
- » Águas e Saneamento
- » Arbitragem
- » Clientes Privados
- » Contencioso
- » Contratação Pública
- » Energia e Recursos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Infraestruturas e Projectos
- » Insolvências e Recuperações
- » Investimento Internacional
- » Ordenamento do território
- » Saúde
- » Segurança Social
- » Transportes
- » Urbanismo e Turismo

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

AAMM-Sociedade de Advogados assegura aconselhamento jurídico especializado, sendo reconhecida pela excelência, rigor e proximidade dos serviços prestados ao Cliente e atuando essencialmente na área de Direito Público e Administrativo.

Os advogados que integram a reputada equipa de Direito Público contam com uma ampla experiência e conhecimento profundo em matérias relacionadas com contratação pública (particularmente em empreitadas e concessões), contencioso administrativo e arbitragem, ordenamento do território, possuindo um elevado grau de especialização em importantes sectores de actuação como a Saúde, Turismo, Imobiliário, Aviação, Construção e Obras Públicas, Aeronáutica, Urbanismo, Águas e Saneamento.

AAMM Sociedade de Advogados assegura ainda um acompanhamento jurídico eficiente

em questões relacionadas com Investimento Internacional, Fiscal, Infraestruturas e Ordenamento do Território.

A AAMM Sociedade de Advogados dispõe de serviços especializados e adaptados às circunstâncias actuais do mercado global, propondo as melhores soluções e estratégias para o presente e futuro.

Os clientes são o foco, e a AAMM pretende prestar os melhores serviços nas jurisdições onde os seus clientes desenvolvam a sua actividade, pelo que mantém parcerias com sociedades de advogados internacionais de referência.

O trabalho dos advogados de AAMM tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional facto que constitui motivo de grande orgulho uma vez que reflete a opinião dos nossos clientes.

O QUE NOS DISTINGUE:

- » Advogados, parceiros de confiança do cliente;
- » Proximidade, dedicação e eficiência;
- » Inovação: apresentação de serviços personalizados focados no detalhe (sector de actividade e tipo de cliente);
- » Compromisso com a excelência e especialização;
- » Visão;
- » Rápida capacidade de resposta;
- » Antecipação de problemas, gestão do risco;
- » Ligações de confiança com sociedades de advogados internacionais de referência.

www.aamm.pt



Lisboa: (+351) 211 940 538 | Avenida da Liberdade, nº. 190, 1.º B 1250-147 Lisboa | geral@aamm.pt



Ano Fundação: 2004

SÓCIOS

- » Alexandra Bessone Cardoso
- » Letícia Antunes Duarte

N.º Total de Sócios e Advogados: 16

N.º Total de Advogados Estagiários: 7

N.º Total de Técnicos de Apoio Legal: 4

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso e Arbitragem
- » Consumo
- » Seguros
- » Privacidade e Proteção de Dados
- » Recuperação de Crédito
- » Direito Laboral
- » Propriedade Intelectual
- » M&A, Societário e Comercial
- » Insolvências e Reestruturações
- » Família
- » Sucessões
- » Bancário, Financeiro e Mercado de
- » Capitais
- » Imobiliário
- » Contratos Internacionais e Comerciais
- » Estrangeiros
- »

Alexandra Bessone Cardoso & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Com quase duas décadas de existência, a ABCLEGAL mantém o seu DNA aliado às novas exigências do mercado da advocacia e do mundo empresarial, adaptando-se e evoluindo através da constante procura pelas melhores soluções para os seus Clientes e, ao nível interno, privilegiando o ambiente de trabalho e criando mecanismos que promovam o bem-estar dos seus colaboradores.

A ABC LEGAL é composta por equipas altamente especializadas e com forte reconhecimento por parte dos clientes nas áreas do Direito Bancário e Financeiro, do Direito dos Seguros, do Direito Societário e Compliance, do Direito do Trabalho, do Direito Privado e dos clientes particulares, do Contencioso e da Privacidade e Proteção de Dados, estando habilitada e apta a aconselhar todo o tipo de Clientes sobre todos os aspetos legais através da sua sólida equipa de profissionais.

Na ABC LEGAL cada departamento responsável por determinada área de prática interage com os demais estando a ABC LEGAL estruturada por áreas tendencialmente especializadas, cada uma abrangendo especificidades próprias do Direito, apesar de, no

seu todo, a ABC LEGAL funcionar como uma entidade única. O resultado desta simbiose permite responder de uma forma global às necessidades dos Clientes. Para além da sua sede em Lisboa e um escritório na zona Oeste de Portugal, a ABC LEGAL assegura um alcance internacional na prestação de serviços jurídicos através da sua consistente rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados e escritórios estrangeiros, estando presente em mais de 40 jurisdições diferentes através da sua posição enquanto membro único português da International Law Firms da qual Alexandra Bessone Cardoso, sócia-fundadora da ABC LEGAL, é Presidente. Dotada de um forte código de conduta e de regras apertadas de governação e combate à corrupção, a ABC LEGAL rege-se por uma filosofia assente em valores éticos e corporativos, como a transparência, compromisso e excelência, que tem permitido continuar a estabelecer e a fomentar relações de confiança ao longo dos vários anos com os Clientes, proporcionando um diálogo aberto e gerador de confiança, aliado a critérios de rigor e profissionalismo.

www.abclegal.com.pt

Lisboa: (+351) 213 584 480 Fax (+351) 213 584 489 | Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, 19 B-C 1070-072 Lisboa | abclegal@abclegal.com.pt
Torres Vedras: (+351) 261 936 016 | Largo Irmã Benedita de Vale Jordão, nº 1, loja A, Silveira, 2560-526 Torres Vedras



ANTAS DA CUNHA ECIJA

SÓCIOS

- » Fernando Antas da Cunha
- » Pedro da Quitéria Faria
- » João Carlos Teixeira
- » Henrique Moser
- » Joana Cunha d'Almeida
- » João de Moraes Vaz
- » Nuno da Silva Vieira
- » Amílcar Silva
- » Alexandra Mota Gomes
- » Odete Sousa Pereira
- » Ana Bastos
- » Paulo Morgado
- » Ricardo Cardoso
- » Jane Kirkby
- » Raquel Ribeiro Correia

OF COUNSEL

- » Cláudia Leonardo
- » Gerardo Galeote Quecedo
- » Artur Filipe Silva
- » Luís Branco Lopes
- » Pedro Archer Cameira
- » Tatiana Cardoso
- » Filipa Conde Lencastre
- » Raquel Beleza
- » Ana Raquel Conceição
- » Ana Catarina Silva
- » Carolina Meireles
- » Lídia Neves
- » Miguel Ramos Ascensão
- » Tiago Cochhofel de Azevedo

- » N.º Associados: 61
- » N.º Solicitadores: 1
- » N.º Advogados Estagiários: 16

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso e Arbitragem
- » Criminal, Contraordenacional e Compliance
- » Desporto, Moda e Entretenimento
- » Direito Comercial e Societário
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário e Urbanismo
- » Direito Público
- » Direito Da Saúde e Ciências da Vida
- » Direito Do Trabalho e da Segurança Social
- » Fintech & Regulação Financeira
- » Private Clients
- » TMT - Tecnologia, Media e Telecomunicações (Privacy & Cybersecurity, Intellectual Property, Digital Economy, Technology Transactions)
- » Imigração & Cidadania
- » French Desk
- » German Desk

<https://adcecija.pt/>

Antas da Cunha ECIJA

ANTAS DA CUNHA ECIJA é uma sociedade de advogados internacional, full service, com um foco no Direito Digital.

Através de uma estratégia de internacionalização e inovação, a ANTAS DA CUNHA ECIJA tem assumido um compromisso de rigor e excelência, adaptando-se à dinâmica evolutiva do mercado.

Focados na superação das expectativas dos resultados, prestamos os nossos serviços de acordo com as necessidades exclusivas dos nossos clientes.

Hoje, somos mais de 150 profissionais em Portugal, com equipas diversificadas e multidisciplinares, presentes em Lisboa, Porto e Braga. Globalmente, a expansão exponencial da ECIJA culminou na duplicação do volume de negócio, resultando em mais de 1 000 profissionais, disseminados por 35 escritórios, em 17 jurisdições.

A aliança estratégica, estabelecida com a Sociedade anglo-alemã Taylor Wessing, reforçou expressivamente o alcance global da ANTAS DA CUNHA ECIJA; através desta parceria, colaboram cerca de 3 000 profissionais, por 62 escritórios, em mais de 30 países.

O desempenho consistente da ANTAS DA CUNHA ECIJA concedeu à atribuição de “Most Innovative Law Firm in Continental

Europe” pelo conceituado Financial Times, em 2022. Já The Legal 500 reconheceu, em Portugal, as Áreas de Direito Fiscal e de Direito Criminal, Contraordenacional e Compliance, como Top Tier, enquanto Chambers and Partners tem vindo a distinguir, desde 2020, a Área de Direito do Trabalho e da Segurança Social.

Um projeto ímpar e revolucionário, o curso da ANTAS DA CUNHA ECIJA é continuamente marcado pela evolução e um compromisso: proximidade, inovação e excelência.

ESCRITÓRIOS IBÉRICOS

- » Lisboa
- » Porto
- » Braga
- » Madrid
- » Barcelona
- » Canárias
- » Pamplona
- » Valência
- » Saragoça
- » Sevilha
- » Vitória

ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

- » Argentina
- » Brasil
- » Chile
- » Colômbia
- » Costa Rica
- » El Salvador
- » Equador
- » Guatemala
- » Honduras
- » México
- » Nicarágua
- » Panamá
- » Porto Rico
- » República Dominicana
- » Uruguai



Número de Sócios: 28

Número Total de advogados: 111

Nº Consultores: 7

Nº de Advogados Estagiários: 19

Nº de Colaboradores: 47

SÓCIOS

- » Alberto Galhardo Simões
- » António Payan Martins
- » Bernardo Cunha Ferreira
- » Fernando Cruz Trinca
- » Francisco Xavier de Almeida
- » Gonçalo Guerra Tavares
- » Gonçalo Madeira
- » João Caldeira
- » João Leitão Figueiredo
- » João Paulo Gomes
- » João Pinheiro da Silva
- » José Luís Arnaut
- » Luís Abreu Coutinho
- » Luís Romão
- » Manuel Cassiano Neves
- » Margarida Vila Franca
- » Miguel Esperança Pina
- » Mónica Carneiro Pacheco
- » Nuno Pena
- » Nuno Santos
- » Nuno Mansilha
- » Patrick Dewerbe
- » Rita Gouveia
- » Sara de Almeida Barroso
- » Sofia Mateus
- » Susana Afonso
- » Tiago Graça
- » Tiago Valente de Oliveira

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Bancário & Financeiro
- » Concorrência & UE
- » Corporate M&A
- » Direito Comercial
- » Direito do Trabalho & Fundos de Pensões
- » Direito Fiscal
- » Direito Público
- » Energia & Alterações Climáticas
- » imobiliário & Urbanismo
- » Propriedade Intelectual
- » Resolução de Litígios

SECTORES DE ATIVIDADE

- » Consumer Products
- » Insolvência & Reestruturações
- » Mercado de Capitais
- » Private Equity
- » Projetos & Infraestruturas
- » Saúde & Ciências da Vida
- » Seguros
- » TMC - Tecnologia, Media & Comunicações
- » Turismo & Lazer

CMS Rui Pena & Arnaut

Com uma história que remonta a 2012, a CMS Rui Pena & Arnaut faz parte da organização europeia de sociedades de advogados, a CMS, líder mundial que integra o ranking das Top 10 Global Law Firm.

Com presença em mais de 70 escritórios e 40 jurisdições e mais de 5000 advogados em todo o mundo, a CMS Rui Pena & Arnaut oferece um profundo entendimento do mercado local com uma perspetiva global.

Os nossos clientes beneficiam da experiência e know-how jurídico em diversos sectores de indústria, bem como de uma cobertura internacional, única em Portugal, que nos permite prestar um serviço verdadeiramente global e com rápida capacidade de resposta. Dispomos de uma equipa multidisciplinar de advogados especializados e empenhados

no desenvolvimento de estratégias jurídicas inovadoras, práticas e eficientes, adaptadas às realidades dos nossos clientes, que assentam num capital de conhecimento adquirido ao longo de 20 anos.

Os elevados padrões de exigência do mundo digital e do mundo físico estão a transformar os mercados e a impulsionar novos modelos de negócio. Na CMS, estamos na vanguarda da inovação tecnológica do sector jurídico, antecipando as tendências do mercado de maneira a desenvolver soluções pioneiras, rápidas e eficientes perante os constantes desafios.

Apostamos numa equipa diversificada com o intuito de contribuir para enriquecer e inovar o serviço prestado, captando e retendo o melhor talento nacional e internacional.



CTSU

Sociedade de Advogados, SP, RL, SA

A CTSU, a Deloitte Legal practice em Portugal, é constituída por um conjunto de advogados com experiência e competências especializadas em diversas áreas do Direito, abrangendo vários sectores de atividade, a nível nacional e internacional, apostando em desafios e soluções globais.

Aliamos o conhecimento multidisciplinar especializado e a experiência desenvolvida em todas as áreas jurídicas, com o conhecimento específico de indústria.

Somos uma Sociedade de Advogados que oferece soluções jurídicas inovadoras e integradas, utilizando ferramentas de tecnologia e automação associadas à prestação de serviços jurídicos que, aliadas ao conhecimento do negócio, acrescentam valor aos projetos dos Clientes.

O que nos diferencia?

Where legal meets business. Este é o nosso lema.

Os advogados da CTSU desenvolvem soluções empresariais que transcendem as fronteiras tradicionais do Direito. Com o uso de tecnologias avançadas, oferecemos respostas ágeis e estratégias inovadoras para lidar com as questões jurídicas mais complexas.

Integramos Legal Tech na nossa prática, para acrescentar valor aos projetos e negócios dos nossos clientes.

Em articulação com os mais de 75 escritórios da Deloitte Legal no mundo inteiro, asseguramos aos nossos clientes uma assessoria jurídica completa e global, com competência, qualidade e experiência que nos permitem desenvolver soluções para clientes globais ou em transações multi-jurisdicionais.

CTSU

Sociedade de Advogados

A Deloitte Legal practice

N. de sócios: 11

Nº total de Advogados: 60

Nº de consultores: 1

N. advogados estagiários: 10

SÓCIOS

- » Mónica Moreira
- » Sofia Barros Carvalhosa
- » Susana Soutelinho
- » Pedro Ulrich
- » Pedro Montenegro Martins
- » Jorge Costa Martins
- » Rita Ferreira dos Santos
- » Jacinto Bettencourt
- » Miguel Koch Rua
- » Joana Pereira Dias
- » Miguel Cordeiro

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Fusões e Aquisições
- » Societário
- » Comercial
- » Imobiliário
- » Turismo e Construção
- » Bancário e Financeiro
- » Mercado de Capitais
- » Laboral e Segurança Social
- » Energia
- » Projetos de Infraestruturas
- » Contratação Pública e Direito Público
- » Concorrência
- » Contratos Internacionais
- » Farmacêutico
- » Contencioso e Arbitragem
- » IP, Digital, Privacidade e TM

OUTROS ESCRITÓRIOS

PARCERIAS

- » Deloitte Legal, rede com mais de 2500 advogados e com presença em 75 países.

ANGOLA

- » Carlos Alberto de Freitas
Escritório de Advogados

www.cts.pt

Lisboa: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 7º andar, 1070-100 Lisboa | T. 219 245 010 | geral@cts.pt

Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61-13º, Esc. 1309, 4150-146 Porto

FT INNOVATIVE LAWYERS
EUROPE
2023 WINNER



CUATRECASAS

NO MUNDO

N.º de sócios: 286

N.º total de advogados: + de 1.000

EM PORTUGAL

N.º de sócios: 37

N.º total de advogados: 220

N.º de outros colaboradores: 70

SÓCIOS

- | | |
|---|-------------------------------|
| » Maria João Ricou –
Senior Partner | » Luís Soares de Sousa |
| » Luís Miguel Cortes
Martins – Senior
Partner | » Manuel Requicha
Ferreira |
| » Nuno Sá Carvalho –
Managing Partner | » Maria Raquel Moreira |
| » Alexandra M. Martins | » Marisa Mirador |
| » António Gaspar
Schwalbach | » Martim Anahory |
| » Diana Simão
Lourenço | » Miguel de Almada |
| » Diogo Ortigão Ramos | » Miguel Pena Machete |
| » Duarte Abecasis | » Mariana Norton
dos Reis |
| » Francisco Santos
Costa | » Paulo Costa Martins |
| » Frederico
Bettencourt Ferreira | » Pedro Marques Bom |
| » Gonçalo Bastos Lopes | » Pedro Vidal Matos |
| » Hugo Nunes | » Rafael Lucas Pires |
| » Inês Pinheiro | » Rui Vaz Pereira |
| » Joana Mota
Agostinho | » Samantha Cyrne |
| » João Mattamouros
Resende | » Sara Quaresma |
| » Lourenço Vilhena
de Freitas | » Serena Cabrita Neto |
| | » Sofia Gomes da Costa |
| | » Sónia Queiróz Vaz |
| | » Susana Estêvão
Gonçalves |
| | » Vasco Bivar
de Azevedo |
| | » Vasco Moura Ramos |

Cuatrecasas

Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados,
Sociedade de Advogados, SP, RL

Gostamos do direito. Gostamos das pessoas. Ouvimos os nossos clientes, resolvemos os seus problemas e proporcionamos-lhes soluções honestas. A nossa maior satisfação consiste na confiança que depositam em nós para participar na construção do seu futuro. Os nossos pilares são:

OS NOSSOS CLIENTES - Partilhamos os objetivos, os êxitos e os desafios dos nossos clientes. A nossa missão consiste em acompanhá-los e ajudá-los em cada etapa e aspeto particular do seu negócio, oferecendo-lhes soluções adaptadas através da nossa rede internacional, especializada por áreas e interrelacionada.

ESTADO DE DIREITO - A nossa assessoria mostra a indiscutível vocação de serviço ao cliente e à sociedade que a nossa profissão envolve. A integridade e a transparência guiam-nos e permitem contribuir para a con-

secução e preservação do Estado de Direito e do acesso à justiça.

AS NOSSAS PESSOAS - Nos nossos 27 escritórios, mais de 1800 profissionais trabalham como uma única equipa, em constante colaboração, partilhando desafios e esforçando-se por superar sempre as expectativas dos clientes.

ESG - Integramos critérios ambientais, sociais e de bom governo na prestação dos nossos serviços e na nossa gestão interna. A nossa gestão em termos de sustentabilidade é avaliada externamente e tem certificação Ouro da EcoVadis 2022.

A MAIS RECENTE TECNOLOGIA - Inovamos em tudo o que fazemos. Através da nossa Área de Conhecimento e Inovação integramos na assessoria jurídica os mais avançados processos e recursos tecnológicos.

ÁREAS DE PRÁTICA

- | | |
|---------------------------------------|--|
| » Arbitragem
Internacional | » Preços de
Transferência e Tax
Governance |
| » Bancário & Financeiro | » Private Client &
Wealth Management |
| » Comercial, Societário
e M&A | » Private Equity |
| » Concorrência | » Propriedade
Intelectual, Industrial
e Segredos |
| » Contencioso
Tributário | » Proteção de Dados
Público |
| » Desporto e
Entretenimento | » Reestruturações,
Insolvências e Special
Situations |
| » Empresa e Direitos
Humanos | » Resolução de Litígios |
| » Energia e
Infraestruturas | » Serviços Financeiros
e Seguros |
| » Farmacêutico e
Ciências da Saúde | » Tecnologias e Meios
Digitais (TMT) |
| » Fundos | » Tributação
Empresarial |
| » Governo Corporativo
e Compliance | » Tributação Financeira |
| » Imobiliário e
Urbanismo | » Tributação Indireta |
| » Laboral | » Venture Capital |
| » Mercado de Capitais | |
| » Penal | |

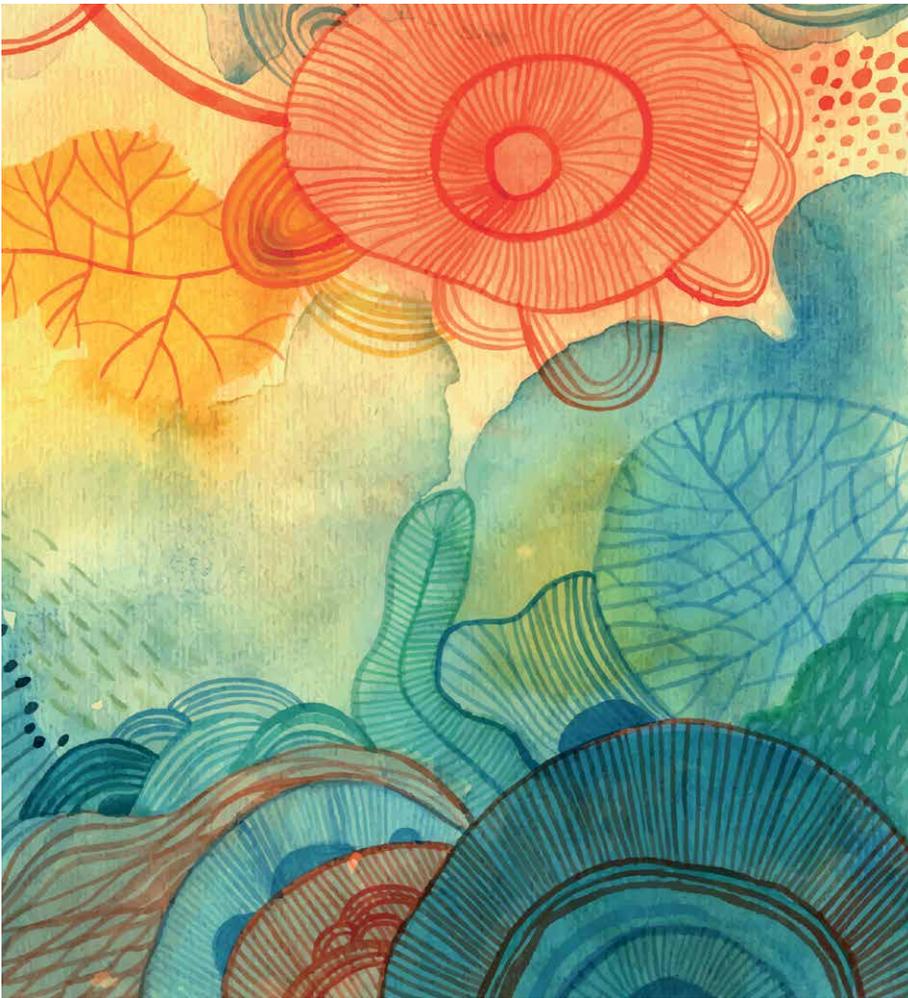
www.cuatrecasas.com

Lisboa: (+351) 213 553 800 | Av. Fontes Pereira de Melo, 6, 1050-121 Lisboa | cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com

Porto: (+351) 226 166 920 | Av. da Boavista, 3265 – 5.1 4100-137 Porto | cuatrecasasporto@cuatrecasas.com

Espanha (13): Madrid, Barcelona, Alicante, Bilbao, Girona, Málaga, Palma de Maiorca, San Sebastián, Saragoça, Sevilha, Valência, Vigo e Vitoria-Gasteiz.

Internacionais (12): Bogotá, Bruxelas, Casablanca, Cidade do México, Lima, Londres, Luanda, Maputo, Nova Iorque, Pequim, Santiago do Chile e Xangai.



DOWER

LAW FIRM

ESTRUTURA

Número de Sócios: 4
 Número Total de advogados: 33
 Consultores: 5
 Nº de Advogados Estagiários: 11
 Nº de Colaboradores: 40

SÓCIOS

- » Eduardo Castro Marques
- » Pedro Neves de Sousa
- » Miguel Cunha Machado
- » Nuno Sá Costa

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Ambiente e Energia
- » Civil
- » Contencioso e Arbitragem
- » Corporate
- » Família e Sucessões
- » Fiscal
- » Imigração e Nacionalidade
- » Imobiliário
- » Laboral
- » Público
- » Penal e Contraordenações
- » Privacidade e Tecnologia
- » Propriedade Intelectual
- » Recuperação de Crédito

DOWER LAW FIRM

Somos uma Sociedade de Advogados que pretende que os seus profissionais se sintam realizados, tanto profissional como pessoalmente. Procuramos quem pretenda cumprir, em conjunto com a Dower, a sua carreira, os seus sonhos e os seus desejos.

Estimulamos um ambiente fértil para criatividade e desenvolvimento do pensamento científico, crítico e jurídico. Pretendemos ser uma incubadora de inovação e de talento, nunca ignorando o equilíbrio pessoal e psíquico, procurando ativamente encontrar ferramentas para que os nossos profissionais possam conciliar esta realidade com a sua vida pessoal e profissional.

Na Dower almejamos semear o conhecimento. Não só dos profissionais que trabalham connosco e dos nossos clientes, mas também da sociedade e da comunidade em que nos inserimos, com a qual nos comprometemos.

Na nossa estratégia, valorizamos dois eixos fundamentais: o Profissional de Futuro e o Cliente de Futuro.

Queremos ser vetores de mudança e despertar consciências. Somos impulsionados pelos objetivos que estabelecemos.

Seed Your Future.

www.dower.pt

Lisboa: (+351) 223 166 418 | Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, Torre 2, Piso 10, Sala 9, 1070-102 Lisboa
Porto: (+351) 223 166 418 | R. de Antero de Quental 969-823, Porto
Funchal: (+351) 223 166 418 | Rua 31 de Janeiro 71-78, 9050-016 Funchal



EVERSHEDS SUTHERLAND

Nº de Sócios: 22
 Nº total de Advogados: 59
 Nº Total de Estagiários: 20
 Nº total de Colaboradores: 109
 Nº de Of Counsel: 3

SÓCIOS

- » Miguel Castelo Branco
- » Paula Teixeira da Cruz
- » Gonçalo da Cunha
- » Rodrigo Almeida Dias
- » Diogo Bernardo Monteiro
- » Pedro Guimarães
- » Miguel Lorena Brito
- » João Robles
- » João Couceiro
- » Inês Albuquerque e Castro
- » Margarida Roda Santos
- » Rodrigo Barbosa Souto
- » João Osório de Castro
- » Gonçalo Mexia
- » Bruno Arez Martins
- » Sofia Ferreira Enriquez
- » Luís Falcão Ramos
- » António Cid
- » Dirce Rente
- » Fábio de Jesus Loureiro
- » João Rocha de Almeida
- » Ricardo Couto

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Societário e Comercial
- » Direito Público, Administrativo e do Ambiente
- » Direitos Reais, Imobiliário e Construção
- » Contencioso & Arbitragem
- » Direito Penal, Contraordenacional e Compliance
- » Direito Fiscal
- » Direito Laboral e da Segurança Social
- » Direito Bancário e Mercado de Capitais
- » Energia e Recursos Naturais
- » Life Sciences
- » Propriedade Intelectual
- » Direito da Concorrência e da União Europeia
- » Direito dos Seguros
- » Direito dos Transportes
- » Angola Desk
- » Moçambique Desk

www.eversheds-sutherland.pt

Eversheds Sutherland

A Eversheds Sutherland é uma das top 10 sociedades de advogados globais. Conta com mais de 3.000 advogados em cerca de 70 escritórios localizados em mais de 30 países na Europa, África, Ásia, Estados Unidos e Médio Oriente. Tem também alianças formalizadas em África, América Latina e no Pacífico Asiático, contando com mais de 200 sociedades de advogados integradas na rede Eversheds Sutherland.

Em Portugal, a Eversheds Sutherland tem escritórios em Lisboa, Porto e Faro e está também presente em Angola e Moçambique, através das parcerias com a Eversheds Sutherland EVC e com a Eversheds Sutherland AG, respetivamente.

A Eversheds Sutherland presta, assim, serviços jurídicos por todo o mundo e tem capa-

cidade para dar uma resposta abrangente às necessidades dos clientes em múltiplas jurisdições, criando grupos dinâmicos e multidisciplinares a nível global. A Eversheds Sutherland apoia clientes nacionais e internacionais, desde individuais ou pequenas e médias empresas a grandes multinacionais, representando 129 das Fortune 200, 77 das Fortune 100, 68 das FSTE 100 e 40 das Fortune 50.

A Eversheds Sutherland valoriza as características únicas dos seus clientes e empenha-se em conhecer os negócios, o setor e os mercados em que estes operam. A Eversheds Sutherland alia a este conhecimento dedicado a experiência e o know-how acumulados e diferenciados das suas equipas, garantindo que as pessoas certas estão nos lugares certos e, a final, a excelência e eficácia dos serviços que presta.

Lisboa: +351 213 587 500 | Av. da Liberdade, 249, 1.º, 1250-143 Lisboa | geral@eversheds-sutherland.net

Porto: +351 228 346 740 | Av. da Boavista, 3265 – 2.8, 4100-137 Porto | porto@eversheds-sutherland.net

Faro: +351 289 096 278 | Av. 5 de Outubro, 14, 4.º, 8000-076 Faro | algarve@eversheds-sutherland.net

Luanda: +244 937 406 057 | Edifício Kaluanda, Rua José da Silva Lameira, Piso 2, Escritório 2001, Luanda, Angola | angola@eversheds-sutherland.net

Maputo: +258 21 359 520 | Av. Vladimir Lenine, 174, 1.º, Edifício Millennium Park, Maputo, Moçambique | mozambique@eversheds-sutherland.net

GA_P

Gómez-Acebo & Pombo

"Gómez-Acebo & Pombo has a fully committed team who are able to understand the different angles of our challenges"

CHAMBERS & PARTNERS EUROPE 2023

NOMINATED FOR BEST IBERIAN FIRM
THE LAWYER
CHAMBERS & PARTNERS EUROPE AWARDS
EXPANSIÓN
2022/2023

BEST FIRM IN SUSTAINABILITY
EXPANSIÓN 2022

NOMINATED FOR BEST M&A LEGAL
ADVISOR IN SPAIN
MERGERMARKET 2022/2023

BEST FIRM IN RESTRUCTURING IN SPAIN
EL CONFIDENCIAL 2023



WWW.GA-P.COM | @GOMEZACEBOPOMBO

Gómez-Acebo & Pombo

A Gómez-Acebo & Pombo (GA_P) é uma sociedade ibérica e independente, que soluciona os desafios jurídicos das empresas desde 1971, tendo-se consolidado como referência a nível internacional em todos os setores de atividade. Atualmente contamos com escritórios nas principais cidades espanholas, em Lisboa, em Bruxelas, em Londres e em Nova Iorque, a partir dos quais prestamos assessoria jurídica em direito espanhol, português e da União Europeia. Estamos presentes em Portugal desde 2010, oferecendo aos nossos clientes uma solução ibérica integrada que vá ao encontro das necessidades dos investidores portugueses e internacionais que veem a Península Ibérica como uma unidade de negócio única.

Em Lisboa, a GA_P dispõe de uma sólida equipa de profissionais locais, com vasta experiência internacional e capacidade para oferecer ao cliente uma assessoria jurídica

especializada e integrada em diversas áreas. A multidisciplinaridade do Escritório, juntamente com a qualidade e experiência da nossa equipa, coloca-nos numa posição privilegiada para fornecer as soluções mais procuradas no atual contexto empresarial.

Entendemos a advocacia empresarial de uma forma diferente, na qual o critério e a inovação se unem para tornar possíveis os objetivos dos nossos clientes.

Nº de Sócios: 6

(66 a nível internacional)

Nº total de Advogados: 22

(222 a nível internacional)

Nº de Advogados Estagiários: 5

(21 a nível internacional)

Nº de outros Colaboradores: 11

(159 a nível internacional)

GA_P

Gómez-Acebo & Pombo

SÓCIOS

- » Mafalda Barreto
- » Mário Marques Mendes
- » Miguel Castro Pereira
- » Miguel de Avillez Pereira
- » Nuno de Oliveira Garcia
- » Ricardo Campos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Regulatório
- » Arbitragem
- » Bancário e Financeiro
- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Contencioso Penal
- » Direito da Concorrência e da União Europeia
- » Direito do Trabalho
- » Energia
- » Fiscal
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias da
- » Informação
- » Seguros

www.ga-p.com

Lisboa: (+351) 213 408 600 | Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º 1050-083 Lisboa | advogados.lisboa@ga-p.com

Barcelona | Bilbao | Bruxelas | Lisboa | Londres | Madrid | Nova Iorque | Valência | Vigo



pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

A pbbr é uma sociedade de advogados com projeção nacional e internacional, com capacidade full service, que presta assessoria jurídica assente em critérios de exigência, rigor e qualidade, com uma equipa versátil e flexível, muito disponível para os Clientes, numa lógica de serviço personalizado e focado nas efetivas necessidades e interesses destes, privilegiando o trabalho em equipa e a formação contínua dos seus profissionais.

A pbbr concentra a sua atividade nas áreas do direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, capital de risco, propriedade intelectual e industrial, direito imobiliário, construção e urbanismo, direito do trabalho, segurança social e employee benefits, tecnologias de informação, telecomunicações e media, saúde, farmacêutico e life sciences, publicidade e marketing, direito bancário, financeiro e mercado de capitais, público, ambiente, energia e recursos naturais, direito público, direito da concorrência e do consumo, direito fiscal, contencioso e arbitragens.

Parte relevante do trabalho da pbbr é de referência internacional, mantendo a sociedade uma sólida rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados estrangeiras, na Europa, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Índia, Japão, Singapura e China.

A pbbr é o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados Meritas, integrada por membros com vocação full service.

A pbbr é também o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados lus Laboris, mantendo uma parceria exclusiva para Portugal com a sociedade de advogados espanhola Sagardoy Abogados.

A Techlawyers by pbbr é a marca para as áreas de Tecnologia, Media e Telecoms (TMT) da pbbr.

Nº de Sócios: 14

Nº total de Advogados: 36

Nº de Advogados Estagiários: 4

Nº de Consultores: 2

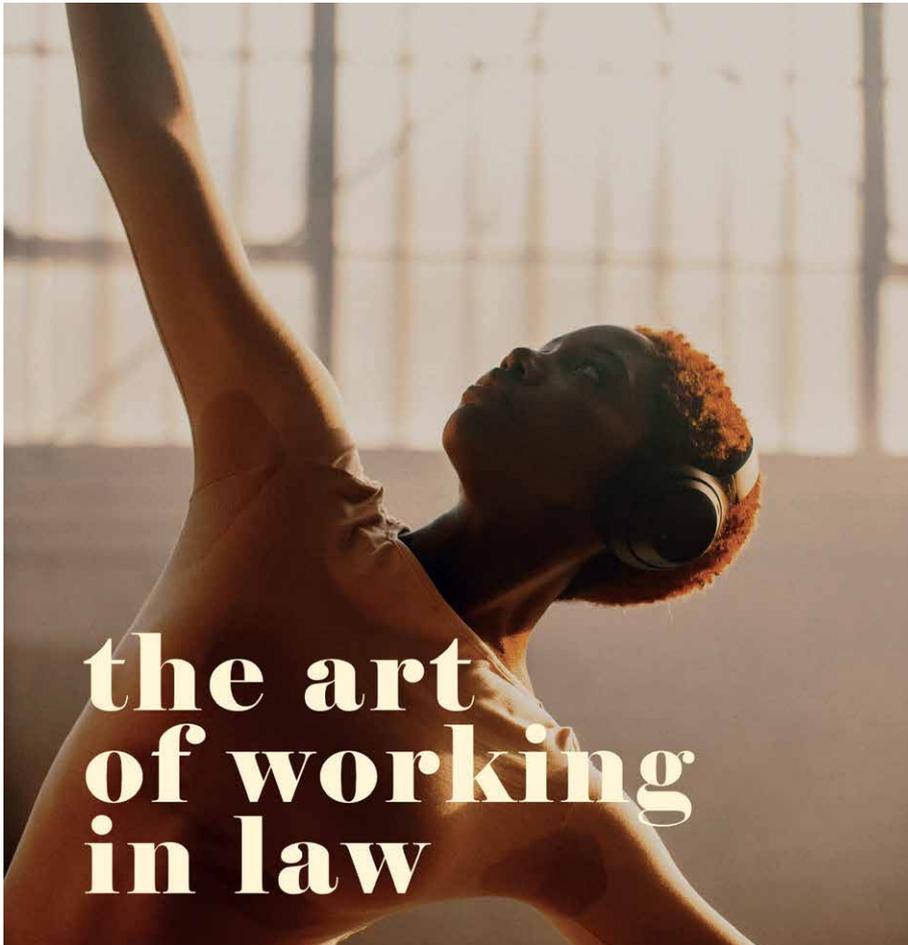
Nº de outros Colaboradores: 9

SÓCIOS

- » Alexandre Jardim
- » Pedro Pinto
- » Inês Reis
- » Teresa Freire
- » Carina Branco
- » Sofia de Sales Sousinha
- » Rita Roque de Pinho
- » Bruno Soeiro Barbosa
- » Tânia Ferreira Osório
- » Marco Pereira Cardoso
- » Inês Oom de Sacadura
- » Inês Carrilho
- » Gonçalo Mendes Martins
- » Mário Silva Costa

www.pbbr.pt

Lisboa: (+351) 213 264 747 | Avenida da Liberdade, 110-6, 1250-146 Lisboa | geral@pbbr.pt



RAPOSO BERNARDO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito Societário
- » Fusões e Aquisições
- » Mercado de Capitais
- » Corporate Finance
- » Project Finance
- » Private Equity
- » Startups
- » Direito dos Seguros
- » Direito Farmacêutico
- » Arbitragem e Contencioso
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso Tributário
- » Direito do Trabalho
- » Direito da Concorrência e Europeu
- » Direito dos Contratos
- » Direito do Consumo
- » Direito Administrativo
- » Privacidade e Dados Pessoais
- » Direitos de Autor e Conexos
- » Direito da Energia
- » Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Direito Marítimo, Transportes e Logística
- » Direito Aéreo
- » Direito do Desporto
- » Reestruturação de Empresas

Raposo Bernardo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Raposo Bernardo é uma full service law firm reconhecida pela sua capacidade de aliar a solidez da tradição da advocacia à mais moderna e avançada tecnologia, com o propósito de proporcionar o maior benefício aos nossos Clientes.

Entendemos que para disponibilizarmos um apoio jurídico do mais elevado nível é fundamental que as nossas equipas de advogados, para além de elevadas competências técnicas, tenham um profundo conhecimento da atividade e dos projetos dos nossos Clientes, bem como uma apurada sensibilidade para o seu modo específico de fazer negócios.

A cultura de colaboração que existe entre todos os membros das nossas equipas é a mesma cultura de colaboração que mantemos com os nossos Clientes. Esse espírito de colaboração e de proximidade permite criar relações fortes e de confiança, e com isso al-

cançar os melhores resultados.

Mantemos uma permanente e intensa atividade de formação e reciclagem interna, essencial para que as nossas equipas estejam sempre na vanguarda do que de mais avançado e sofisticado se vai fazendo no mercado jurídico internacional.

Com total independência mantemos relações com sociedades de advogados em todo o mundo, estando inteiramente abertos a desenvolver trabalho em parceria, sempre em benefício dos projetos dos nossos Clientes.

Passados mais de 25 anos renovamos o nosso compromisso em aliar experiência e tradição com inovação, modernidade e sofisticação, através de um aconselhamento pragmático e que acrescente valor aos nossos Clientes, mantendo sempre a mesma capacidade de resposta rápida e rigorosa e uma cultura de total disponibilidade e colaboração.

Prémios & Reconhecimentos 2023

- THE LEGAL 500 EMEA - Ranked firm in Portugal for Banking & finance; Capital markets; Commercial, Corporate and M&A; Dispute resolution; EU and competition; Employment; Energy and natural resources; Insolvency and restructuring; Intellectual property; Projects and project finance; Public law; Real estate and construction; Tax; TMT; Transport.
- THE LEGAL 500 EMEA: Top Tier firm in Angola | Tier 2 firm in Mozambique.
- THE LEGAL 500 GREEN GUIDE: Portugal, Angola and Mozambique.
- CHAMBERS & PARTNERS GLOBAL - Leading firm for Cape Verde | Leading firm for Portugal international firms: Corporate and M&A; Projects.
- IFLR1000 - Recommended in Portugal for Banking; Capital markets: Debt; Capital markets: Equity; M&A; Project development; Project finance; Restructuring and insolvency.
- IFLR1000 - Top tier firm in Cape Verde for Financial and corporate; Recommended firm in Angola for Financial and corporate; Project development; Recommended firm in Mozambique for Financial and corporate; Project development.
- LEADERS LEAGUE - Highly recommended firm in Portugal for Banking & Finance; Corporate and M&A; Data Protection & Cybersecurity; Africa Desk - Law firm - Mapping
- Recommended firm in Portugal for Civil and commercial litigation; International arbitration; Labor Law; Private Equity; Real estate.



rbms RODRIGUES BASTOS, MAGALHÃES E SILVA & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP,RL

CRIAMOS CONHECIMENTO CONSIGO

CREATING KNOWLEDGE TOGETHER

LISBOA | PORTO | FARO

rbms

ESTRUTURA

- » **Nº de Sócios:** 12
- » **Nº total de Advogados:** 36
- » **Nº de Advogados Estagiários:** 6
- » **Nº de Consultores:** 5
- » **Nº de outros Colaboradores:** 6

SÓCIOS

- » Tiago Rodrigues Bastos
- » Manuel Magalhães e Silva
- » José Ricardo Gonçalves
- » Gonçalo Areia
- » Madalena Januário
- » Patrícia Meneses Leirião
- » Eloísa Ribeiro Santos
- » João Gaspar Simões
- » Jorge Bastos Leitão
- » Filipa Elias
- » Susana Esteves Pires
- » Rosalie Oliveira Santos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo
- » Aeronáutico
- » Arbitragem e Mediação
- » Comercial e Societário
- » Contencioso Administrativo, Fiscal e Laboral
- » Contraordenacional
- » Contratação Pública
- » Desporto
- » Expropriações
- » Farmacêutico
- » Fiscal
- » Fusões e Aquisições
- » Imobiliário
- » Insolvências
- » Penal
- » Penal Económico
- » Proteção de Dados
- » Recuperação internacional de ativos
- » Trabalho e Segurança Social
- » Urbanismo

RBMS – Sociedade de Advogados

A Rodrigues Bastos, Magalhães e Silva & Associados (RBMS) é uma sociedade liderada por profissionais de renome com 20 anos de experiência consolidada em atuação conjunta e que se afirma no presente pelas suas modernas metodologias de proximidade e envolvimento com os seus clientes e parceiros.

Temos uma forma pragmática de estar no mercado, um posicionamento que justifica o reforço sistemático da nossa ambição e capacidade de resposta, que conjuga a solidez estrutural e de conhecimento, com uma cultura de versatilidade, inovação e de adaptação aos novos desafios da sociedade e do direito ao nível nacional e internacional.

Somos uma equipa de aproximadamente 40 colaboradores, distribuídos pelos escritórios de Lisboa, Porto e Faro, e integramos a Legal Netlink Alliance e a Ecovis, duas redes internacionais, disponibilizando aos nossos clientes assistência jurídica de qualidade e confiança em praticamente todo o mundo.

Possuímos ainda um Desk alemão e um Desk francês onde prestamos assessoria jurídica em língua alemã e francesa às empresas portuguesas com atividade no mercado alemão e francês e às empresas francesas e alemãs presentes ou interessadas no mercado português.

www.rbms.pt

Lisboa: Avenida Duque de Ávila, nº 66 - 5º andar 1069-075 Lisboa | Telef. 210 131 660 | rbms@rbms.pt

Porto: Rua Caldas Xavier, nº 38 - 4º Dto., 4150-162 Porto | Telef. 220 188 759 | rbms@rbms.pt

Faro: Avenida 5 de Outubro, nº 82-A, 8000-075 Faro / Telef. 289 898 010 | rbms@rbms.pt



Sérvulo

Solutions Driven by knowledge

Knowledge. O modo como perspetivamos o futuro: inovação sustentada no conhecimento e soluções únicas para todos os desafios do Direito.

www.servulo.com

Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 34

Nº de Of Counsel: 5

Nº Total de Advogados: 54

Nº de Consultores: 10

Nº Total de Advogados Estagiários: 19

Nº de Administrativos: 31

SÓCIOS

- » José Manuel Sérvulo Correia
- » Alberto Saavedra
- » Ana Luísa Guimarães
- » Ana Moutinho Nascimento
- » Ana Rita Paíno
- » António Cadilha
- » António Teles
- » Cláudia Amorim
- » Duarte Rodrigues Silva
- » Eduardo Gonçalves Rodrigues
- » Francisca Mendes da Costa
- » Francisco Barona
- » Francisco Boavida Salavessa
- » Henrique Rodrigues da Silva
- » Inês Palma Ramalho
- » João Amaral e Almeida
- » João Carmona Dias
- » João Saúde
- » José Lobo Moutinho
- » Mafalda Ferreira Santos
- » Manuel Magalhães
- » Mariana Costa Pinto
- » Mark Kirkby
- » Miguel Gorjão-Henriques
- » Miguel Santos Almeida
- » Paulo Câmara
- » Pedro Fernández Sánchez
- » Pedro Silveira Borges
- » Rita Canas da Silva
- » Rui Medeiros
- » Sofia Carreiro
- » Sofia Thibaut Trocado
- » Teresa Pala Schwalbach
- » Verónica Fernández

Sérvulo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A SÉRVULO é uma sociedade de advogados full-service, com mais de vinte anos de existência, que atua em todas as áreas de prática e nos setores mais relevantes da economia. Reconhecida pela qualidade dos seus serviços jurídicos, a SÉRVULO conta com uma equipa multidisciplinar extremamente competente, motivada por um único propósito: transformar a investigação académica e o conhecimento acumulado na conceção de soluções jurídicas robustas, prestando um serviço efetivamente criador de valor para os seus clientes.

A Sérvulo no Mundo

A SÉRVULO assegura um alcance global na prestação dos seus serviços jurídicos através da SÉRVULO LATITUDE, uma rede de parcerias bilaterais que inclui escritórios de advogados proeminentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e de outras jurisdições estratégicas, tais como o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau ou Timor-Leste; das três redes internacionais de sociedades de advogados a que pertence - Legalink, Cathay e Roxin Alliance; e dos seus Desks, destinados a prestar um serviço personalizado a clientes provenientes de determinados países.

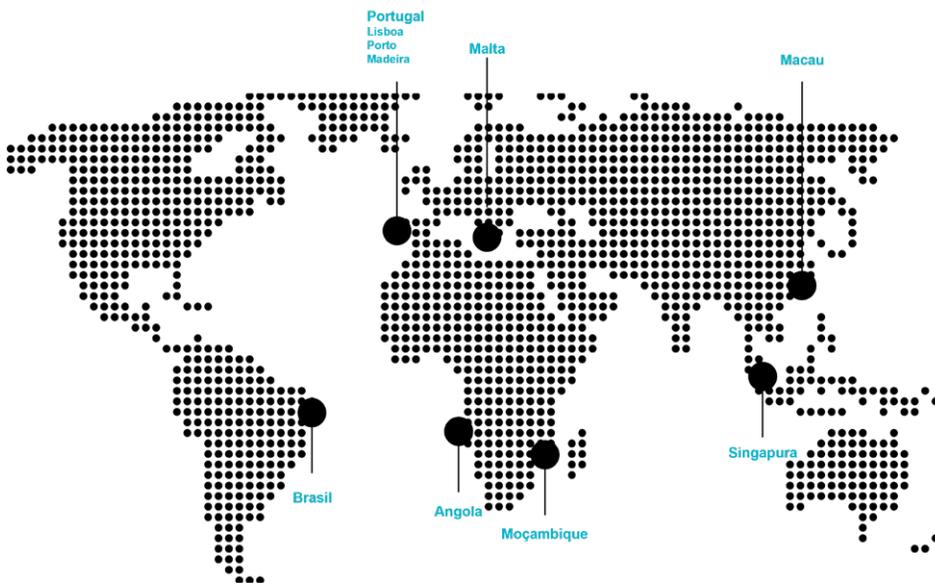
ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Desporto
- » Europeu e Concorrência
- » Financeiro e Governance
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo e Urbanismo
- » Laboral
- » Life Sciences
- » Penal, Contraordenações e Compliance
- » Privacidade e Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Público
- » Reestruturação e Insolvência
- » TMT

SETORES

- » Águas e Recursos Naturais
- » Ambiente
- » Artes
- » Aviação e Aeronáutica
- » Banca
- » Capital de Risco
- » Comércio, Produção e Distribuição
- » Desporto
- » Energia
- » Imobiliário e Turismo
- » Indústria
- » Infraestruturas
- » Investimento Estrangeiro
- » Luxury
- » Média e Telecomunicações
- » Mercado de Capitais
- » Saúde e Indústria Farmacêutica
- » Setor Automóvel
- » Seguros
- » Tecnologias da Informação e Outsourcing
- » Transportes

www.servulo.com



Nº de Sócios: 32
 Nº Total de Advogados: 120
 Nº Total de Advogados Estagiários: 14
 Nº de Consultores: 17
 Nº de outros Colaboradores: 45

SÓCIOS

- » Pedro Rebelo de Sousa
- » José Carlos Soares Machado
- » William Smithson
- » Octávio Castelo Paulo
- » César Sá Esteves
- » José Luís Moreira da Silva
- » José Jácome
- » Alexandra Valente
- » Gonçalo Anastácio
- » Nuno Miguel Prata
- » Gustavo Ordonhas Oliveira
- » Paulo Bandeira
- » Mariana Caldeira de Sarávia
- » Neuzza Pereira de Campos
- » Ana Luísa Beirão
- » Raquel Cuba Martins
- » Alexandre Roque
- » Ana Menéres
- » Carla Neves Matias
- » Carlos Costa Pina
- » Cláudia Varela
- » João Santos Carvalho
- » Leonor Francisco
- » Luís Neto Galvão
- » Mafalda Alves
- » Maria José de Tavares
- » Maria de Lancastre Valente
- » Maria Paula Milheirão
- » Natália Garcia Alves
- » Nuno Calaim Lourenço
- » Regina Santos Pereira
- » Sara Estima Martins

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo e Contratação Pública
- » Bancário e Financeiro
- » Compliance
- » Concorrência e União Europeia
- » Fiscal
- » Imigração, Golden Visa e Nacionalidade
- » Imobiliário
- » Laboral
- » Life Sciences & Healthcare
- » Private Equity & Venture Capital
- » Propriedade Intelectual
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » Resolução de Litígios
- » Seguros e Pensões
- » Societário, Comercial e M&A
- » Startups
- » Tecnologia, Média e Telecomunicações
- » Transportes e Marítimo

www.srslegal.pt

SRS Legal

Sociedade Rebelo de Sousa Advogados, SP, RL

Com 30 anos comemorados em 2022, a SRS Advogados deu lugar à SRS Legal, que adotou também o mote: About Law. Around People. Porque as nossas pessoas, de dentro da sociedade, fazem de nós o que somos. E porque as pessoas de fora desafiam-nos a sermos cada vez melhores.

Adotámos como valores a Agilidade – nos nossos processos, na nossa forma de estar, na forma como nos juntamos perante causas relevantes. Recrutamos os melhores profissionais em todas as áreas, valorizando skills, tecnologia e know-how, para termos cada vez maior capacidade de resposta aos desafios diários; Empatia – mesmo num mundo cada vez mais tecnológico, são as conexões humanas que conseguem superar os desafios mais difíceis. Não temos receio de ser diferentes, de ser próximos, dentro e fora de portas. Inovação – porque não temos medo de enfrentar desafios e de dar um passo ambicioso, quando necessário. Procuramos incessantemente soluções para os melhores resultados dos nossos Clientes; Sustentabilidade - porque damos importância aos critérios ESG e estamos

a transformar a nossa Sociedade perante os desafios do futuro. Algumas das nossas prioridades são a diversidade no local de trabalho e a relação com as comunidades que nos rodeiam.

Em constante evolução, queremos chegar mais longe. Acreditamos no valor do trabalho em equipa. Seja através da nossa rede global ou em cada um dos escritórios, a colaboração e a partilha são uma prática corrente do dia-a-dia da SRS, para servir os clientes de forma ágil, empática e inovadora. Prestamos assessoria full-service a clientes nacionais e internacionais em todas as áreas de negócio. Temos uma excelente rede de escritórios, estendendo no espaço geográfico aquilo que é o essencial dos nossos valores e do nosso serviço, com 12 parceiros a nível global, para que o mundo dos negócios dos nossos Clientes não tenha fronteiras.

A SRS Legal tem sido distinguida, ao longo dos anos, pelos principais diretórios e prémios internacionais da área jurídica (Chambers & Partners, Client Choice, Iberian Lawyer, IFLR, Legal 500, The Lawyer, Who's Who Legal, entre outros).



VdA
**Challenged
 by the future**



Vieira de Almeida

& Associados - Sociedade de Advogados SP RL

Reconhecida ao longo de mais de quatro décadas como referência de excelência na advocacia, a Vieira de Almeida destaca-se pela solidez técnica e carácter inovador dos seus serviços.

Uma organização vibrante e inquieta, inovadora, que se afirma nas aspirações de um coletivo que quer ser parte ativa da solução para os desafios sociais e ambientais que enfrentamos enquanto Sociedade, mobilizando pelo exemplo de respeito, justiça e humanidade.

Os elevados padrões éticos e de rigor profissional de uma equipa de 550 pessoas, aliados a uma forte cultura de valores, são um legado sobre o qual construímos o nosso futuro. A VdA Legal Partners reflete a nossa presença internacional e o forte compromisso com os nossos clientes no acompanhamento dos seus assuntos a nível global. Com um profundo conhecimento dos mercados locais, a par de uma prática jurídica fortemente especializada, orientamo-nos por um princípio de equilíbrio entre a indústria em questão e a natureza da transação em concreto.

VdA LEGAL PARTNERS

ANGOLA – CABO VERDE – GUINÉ EQUATORIAL – MOÇAMBIQUE – PORTUGAL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – TIMOR-LESTE



**O Jornal
Económico**

Atualize os seus dados
para a próxima edição



Envie os seus dados para:

Telef: 217 655 300

E-mail: comercial@medianove.com

alínea b)



A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados

Sociedade de Advogados, RL

A ABPA é uma sociedade de advogados sustentada em dois pilares essenciais: a já longa experiência de trabalho conjunto dos seus sócios e o saber, a ousadia e a capacidade de inovar de advogados mais novos que aceitaram partilhar este constante e renovado desafio que é o exercício da advocacia e da assessoria legal.

A experiência, o saber e a capacidade de inovar juntam-se para uma advocacia com rigor, pragmatismo e competência.

A ABPA tem um escritório associado no Porto, e é o membro português do International Business Law Consortium constituído por escritórios independentes com presença em mais de cem países, uma vez que pretendemos estar onde estão os nossos clientes e queremos fazer

parte de solução eficaz, rigorosa e rápida dos seus problemas, somos seus parceiros, queremos actuar de forma preventiva através de um acompanhamento efectivo e presencial dos nossos clientes.

Na ABPA gostamos do que fazemos, e só fazemos advocacia.

Competência, Qualidade, Rigor, Excelência, Disponibilidade e Compromisso, na ABPA não são só palavras.

SÓCIOS

- » António Borges Pires:
- » Henrique dos Santos Pereira
- » Marco Pires Pereira

Lisboa: (+351) 212 454 262 | (+351) 212 454 284 | Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 5.º | Piso, 511 1070-274 Lisboa | geral@abpa.pt | www.abpa.pt



Quem disse que uma sociedade de advogados não pode ser inovadora? Na Abreu olhamos o mundo numa perspetiva diferente.

Abreu:
advogados

Abreu Advogados

A Abreu Advogados é uma das maiores sociedades de advogados nacionais e conta com um crescimento ímpar nos últimos anos, sendo considerada pelo Financial Times a sociedade de advogados portuguesa mais inovadora a atuar na Europa. Fundada em 1993, conta hoje com mais de 350 colaboradores e distingue-se pelo seu rigor e qualidade técnica, estando preparada para prestar assessoria em qualquer área do direito. Com escritórios em Lisboa, no Porto e no Funchal, os seus advogados e equipas de gestão adotam uma abordagem centrada nos clientes, que beneficiam de soluções estratégicas, focadas em cada setor e indústria, criando valor substancial para as organizações através de uma visão de futuro e adotando um compromisso ambiental, social e de governance (ESG). A Abreu Advogados está preparada para acompanhar a crescente complexidade das exigências do mundo empresarial,

encontrando oportunidades nos desafios atuais de uma sociedade globalizada e digital. A Abreu Advogados é hoje uma referência na prática jurídica em Portugal, nas suas múltiplas vertentes e com um percurso pioneiro em temas como a inovação tecnológica, igualdade de género, diversidade e a sustentabilidade, reforçados por uma cultura de transparência. A sua experiência internacional é também um reflexo do perfil internacional dos seus Clientes e, ao longo dos anos, a Abreu Advogados desenvolveu estreitas relações com parceiros internacionais de excelência, mantendo uma presença relevante nos países de língua portuguesa, através da colaboração com parceiros locais como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e Timor-Leste.

www.abreuadvogados.com

Lisboa: (+351) 217 231 800 | Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa | lisboa@abreuadvogados.com

Porto: (+351) 226 056 400 (+351) 226 001 816 | Rua S. João de Brito, 605 E - 4º 4100-455 Porto | porto@abreuadvogados.com

Em parceria: Angola | Brasil | Cabo Verde | China | Guiné-Bissau | Moçambique

Joint office: Madeira | Timor-Leste



BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL

Conhecimento jurídico com valor

A BAS foi constituída em 2010 por profissionais que asseguram uma assessoria qualificada, aportando conhecimento jurídico com valor. O nível de serviços jurídicos que a sociedade oferece aos seus clientes permite incrementar a capacidade de resposta nacional e internacional. O reconhecimento interpar nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Administrativo e do Direito da Saúde é evidenciado nos rankings internacionais como a Chambers, os Labour Awards da Iberian Lawyer, os Leaders League Awards e os Best Lawyers®.

A BAS aposta em áreas estratégicas como o Direito Comercial, o Direito Societário e M&A, o Direito Civil, o Direito da Saúde, o Direito Administrativo e a Contratação Pública, bem como na diversificação das suas áreas de atuação.

Além de escritórios em Lisboa e no Porto, a BAS marca a sua presença internacional através das parcerias e associados em Espanha, Angola, Brasil e Moçambique.

VALORES ESTRUTURANTES

- » Elevados padrões de ética e rigor
- » Excelência técnica e experiência
- » Soluções jurídicas com valor
- » Senioridade
- » Flexibilidade e diversificação

Ano Fundação 2010

SÓCIOS

- » Cláudia Monge
- » Dália Cardadeiro
- » Marco Aurélio Constantino
- » Marco Real Martins
- » Miguel Salvador
- » Nuno Miguel Vieira
- » Pedro Madeira de Brito
- » Sérgio Alves Ribeiro
- » Tânia Silva

Número total de sócios e advogados: 25

Nº Total de Advogados Estagiários: 8

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assessoria em todas áreas de atividade, com especial enfoque no apoio jurídico nas áreas de:

- » Direito da Saúde e Ciências da Vida
- » Direito Laboral, Segurança Social e Emprego Público
- » Direito Administrativo e Contratação Pública
- » Contencioso Civil e Laboral
- » Contencioso Administrativo
- » Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito do Ambiente;
- » Direito Societário, Comercial e M&A
- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito da Concorrência
- » Direito Penal
- » Direito Civil
- » Direito Fiscal
- » Direito do Desporto
- » Imobiliário
- » Imigração e Investimento Estrangeiro
- » Insolvência
- » Resolução Alternativa de Litígios (Arbitragem e Mediação)

CLAREIRA

A clear view of the law creates a vision of the future

A Luiz Gomes & Associados agora é CLAREIRA Legal. CLAREIRA é o símbolo do nosso processo interno de renovação, do individual para o valor da equipa. CLAREIRA é um lugar de experiência e de tranquilidade para os que procuram uma assessoria jurídica focada, simplificada e eficaz. CLAREIRA simboliza também a sustentabilidade e um futuro no qual a lei se reafirme como clara, protetora do Estado de direito e dos direitos fundamentais. A CLAREIRA está agora integrada na IR Global, com exclusividade na jurisdição portuguesa para as áreas de Banking & Finance e de Tax Law. Através desta prestigiada rede internacional de advogados e outros assessores, a CLAREIRA está em contacto permanente com profissionais de mais de 165 jurisdições, em mais de 60 áreas de atividade, beneficiando de um enriquecedor intercâmbio de conhecimentos e experiências e da possibilidade de assessorar clientes em quaisquer operações internacionais multidisciplinares ou que envolvam temas de direito estrangeiro.

Ano da fundação: 2017
n.º total de advogados: 16
Estagiários: 2

Sócios

- » André Luiz Gomes
- » Florbela Pires
- » Gonçalo Afonso Proença
- » Joana Araújo
- » Marta Pinto de Silva
- » Vera Figueiredo

Áreas de prática

Administrativo, em particular, Contratação Pública e Direito do Jogo, Aviação e Handling, Contencioso Empresarial e Societário, Corporate Governance, Direito da Energia, Financeiro & Mercado de Capitais, Fiscal, Grandes Operações Internacionais e multidisciplinares, Imobiliário, M&A, Private Equity, Proteção de Dados e Reestruturações Empresariais.



Lisboa: (+351) 211 554 330 | Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela, Edifício 1, 4.º 1250-137 Lisboa | www.bas.pt | <https://www.linkedin.com/company/bas-sociedade-de-advogados/> | **Porto:** (+351) 220 118 647 | (+351) 224 064 415 | Edifício Scala Rua de Vilar, n.235, 2. DTO 4050-626 Porto | geralporto@bas.pt

Contactos: (+351) 213 400 800 | Rua dos Remolares 14, 2º 1200-371 Lisboa | geral@clareira.com | www.clareira.com e irglobal.com

Pares Advogados

Fundada em 2011, a PARES ADVOGADOS dispõe de uma equipa experiente, versátil e coesa, focada no estabelecimento de relações de longo prazo com os seus clientes. O seu principal objetivo passa por proteger os interesses, defender os direitos e prestar auxílio no planeamento e estruturação dos negócios dos seus Clientes, sempre com integral respeito pelas regras que regem o exercício da profissão. Desde o início que a PARES ADVOGADOS aconselha empresas, particulares, entidades públicas e privadas, oriundos das mais diversas jurisdições. O rigor técnico e a transparência são os pilares em que assenta o exercício da advocacia pela PARES ADVOGADOS, nas mais variadas áreas do direito em que trabalha, o que faz dela uma sociedade full service

A aposta da PARES ADVOGADOS na prestação de assessoria jurídica à comunidade francófona, tem-se revelado um sucesso. Atualmente, o Departamento Francófono possui uma vasta e sólida carteira de clientes franceses que aconselha em todas as áreas do Direito.

www.paresadvogados.com/pt/

Contactos: (+351) 210 936 404 | F: (+351) 210 937 407

Rua Alexandre Herculano, n.º23 – 2.º | 1250-008 Lisboa | geral@paresadvogados.com
<https://www.linkedin.com/company/pares-advogados/?viewAsMember=true>

ESTRUTURA

- » Sócios: 10
- » Associados Coordenadores: 9
- » Advogados: 21
- » Advogados Estagiários: 6

NOME DOS RESPONSÁVEIS

- » António Juzarte Rolo
- » Carlos Amaro
- » João de Freitas e Costa
- » João Malhadas Teixeira
- » Luís de Gouveia Fernandes
- » Myriam Ouaki
- » Pedro Carreira Albano
- » Rita Maltez
- » Sandra Severino
- » Sónia Afonso Vasques

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Comercial e Societário
- » Corporate Governance
- » Direito Bancário e Financeiro
- » Capital de Risco
- » Fusões e Aquisições
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Insolvência e Recuperação de Empresas
- » Ordenamento do Território e Urbanismo
- » Direito do trabalho e Segurança Social
- » Proteção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito Penal e Contra-Ordenacional



LEKTOU
ADVOGADOS 律師事務所

Rato & Cortés

Rato & Cortés, Sociedade de Advogados, SP, RL | Lektou é uma sociedade de advogados fundada em 2017, com sede em Lisboa, que tem a sua origem no escritório Rato, Ling, Lei & Cortés – Advogados | Lektou estabelecido na Região Administrativa Especial de Macau desde 1985.

Com mais de 35 anos de prática jurídica em Macau, o sólido perfil académico conjugado com a longa experiência e a plena integração de toda a equipa é a garantia da qualidade dos serviços que presta. A equipa é constituída por profissionais qualificados capazes de prestar um amplo leque de serviços jurídicos.

A sociedade conta com Advogados experientes de Macau, Portugal, Brasil, Cabo Verde, República Popular da China, Timor Leste e Nova Iorque (Estados Unidos da América) que prestam serviços jurídicos a clientes internacionais. A expansão para Portugal faz parte da estratégia de internacionalização do Escritório para melhor servir os seus Clientes e para funcionar como um legal player na plataforma

entre a RPC, os países de língua oficial portuguesa e a União Europeia.

Integra a rede global da Miranda Alliance, que conta com escritórios em todas as jurisdições lusófonas, reunindo cerca de 230 advogados em 18 jurisdições, sedeadas em 4 continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Administrativo e Regulatório
- » Bancário, Financeiro e Segurador
- » Societário, Comercial, Fusões e Aquisições
- » Fiscal
- » Jogos de Fortuna ou Azar
- » Laboral, Migração e Fixação de Residência
- » Mercado de Capitais/Valores Mobiliários
- » Penal
- » Propriedade Intelectual e Industrial
- » Resolução de Litígios
- » Tecnologia, Media e Comunicações

www.lektou.com

Lisboa: Avenida 5 de Outubro, n.º 142, 1º Esq. 1050-061 Lisboa

(+351) 211 507 232 | lektoupt@lektou.com

Macau: Avenida da Amizade, Macau, 555, Office Tower 23rd Floor, Macau SAR

(+853) 2856 2322 | mail@lektou.com

Outros escritórios: Hengqin e Shenzhen



RSA Raposo Subtil e Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Rede de Serviços de Advocacia

Fundada em 1997, a RSA – Raposo Subtil e Associados, tem por matriz um serviço completo e integrado aos seus Clientes, combinando um profundo conhecimento do negócio com a exigência do conhecimento técnico, tanto a nível nacional como internacional. Desde 2013, através da Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa (RSA-LP), a RSA – Raposo Subtil e Associados oferece uma rede inovadora de sociedades de advogados/escritórios de advocacia associados, em 6 países lusófonos (Portugal, Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau), com equipas locais sólidas e experientes, prestando assim uma assessoria jurídica global e de acordo com padrões de excelência internacionais. De forma multidisciplinar e especializada, as nossas equipas são compostas por advogados dedicados a encontrar a solução legal que melhor satisfaça cada um dos nossos Clientes.

Acreditamos que o diferencial competitivo está nas pessoas, na sua formação e qualidade.

Acreditamos em relações duradouras no presente, com foco no futuro.

Conscientes dos novos desafios da era digital e assumindo as tecnologias como uma prioridade estratégica, desenvolvemos soluções profissionais criativas, baseadas em valores como a CONFIANÇA, a EXPERIÊNCIA e a PARTILHA.

SÓCIOS

- » Rita Montalvão | MP
- » António Raposo Subtil
- » Ana Carla Carvalho
- » Carla dos Santos Freire
- » Cristina Bogado Menezes
- » João Côrte-Real
- » João Ricardo Nóbrega
- » Manuel Camarate Campos
- » Manuel Ilhéu
- » Maria José Esteves
- » Miguel Cardoso Matias
- » Pedro Gonçalves Paes
- » Rui Moreira de Resende

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Administrativo | Regulatório
- » Financeiro, Bancário e Valores Mobiliários
- » Contencioso e Resolução de Litígios
- » Empresarial | Societário
- » Imobiliário e Turismo
- » Operações Internacionais
- » Arbitragem e Resolução alternativa de Litígios
- » Sancionatório e Compliance
- » Imigração, Vistos e Nacionalidades
- » Energias Renováveis
- » Conjuntos Comerciais e Industriais
- » Laboral e Segurança Social
- » Família e Sucessões

PRESENCAS RSA LP

- » Portugal (Lisboa, Norte/Porto, Funchal e Algarve)
- » Angola
- » Moçambique
- » Brasil
- » Cabo Verde
- » Guiné-Bissau

Lisboa [sede]: (+351) 213 566 400 | Rua Bernardo Lima, 3, 1150-074 Lisboa geral@rsa-lp.com | www.rsa-lp.com



Teixeira de Freitas, Rodrigues & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL.

A TFRA é uma sociedade de advogados de responsabilidade limitada que pauta a sua atuação pela abordagem prática dos problemas dos seus clientes, combinando sólidos conhecimentos jurídicos com a compreensão da realidade empresarial.

A atividade da sociedade assenta numa prática consolidada, sobretudo na assistência jurídico-legal a empresas nacionais e estrangeiras, abrangendo desde o estudo e planeamento dos investimentos até à respetiva implementação, desenvolvimento e acompanhamento no quotidiano das operações inerentes.

Representante da Associação Internacional de Advogados Ally Law, em Portugal, a TFRA tem também grande experiência no acompanhamento de assuntos de Clientes Privados, prestando serviços quer no âmbito tributário, como na gestão do património e no âmbito do direito da família e sucessões. Presta ainda assessoria em processos de aquisição de nacionalidade e direitos de residência, incluindo toda a tramitação referente ao processo de autorização de residência para investimento, bem como

aconselhamento fiscal a não residentes que pretendam mudar-se para Portugal.

Este ano, a sociedade esteve particularmente activa no Mercado Imobiliário, tendo assessorado vários investidores nesta área.

SÓCIOS

- » Luiz Augusto Teixeira de Freitas
- » Vasco Carvalho Marques
- » Ana Sofia Catarino
- » Cristina Ribeiro Coelho
- » Cristina Ribeiro Coelho

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Societário e Comercial
- » Fiscal
- » Imobiliário, Urbanismo, Construção Civil e Turismo
- » Laboral
- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Contratação Pública
- » Resolução de Litígios e Arbitragem
- » Propriedade Intelectual e Proteção de Dados
- » Clientes Privados

Lisboa: (+351) 217 815 660 | Av. da República, 32 – 4.º Esq., 1050-193 Lisboa | lawfirm@tfra.pt

Funchal: (+351) 291 202 400 | Av. do Infante 8, Edifício Executivo 2.º Andar, Sala K, 9000-060 Funchal – Madeira | lawfirm@tfra.pt

www.tfra.pt



A Azevedo Ascenso Migration and Tax (AAMT Legal) é uma sociedade de advogados portuguesa, com forte implantação no mercado nacional, especialista em direito migratório, fiscal, imobiliário bem como em todas as matérias de direito conexas com a mobilidade de pessoas e empresas. A AAMT Legal serve de forma transversal clientes privados, institucionais e corporativos. Os clientes são sempre acompanhados de uma forma personalizada, sendo as questões jurídicas analisadas dentro do contexto único de cada cliente. De forma a garantir que os clientes têm efetivamente os seus interesses salvaguardados a AAMT Legal desenvolveu um processo único que analisa as questões jurídicas de forma holística, considerando as questões imigratórias, fiscais e de estruturação do investimento. Desta forma a AAMT Legal assegura que os seus

clientes têm sempre uma estratégia de realocação sólida e que essa estratégia está também otimizada do ponto de vista fiscal e societário.

SÓCIOS

- » José Ascenso
- » Inês Azevedo
- » João Ascenso

COORDENADORES

- » Luís Fernandes

ADVOGADOS

- » Filipa Matta May
- » Vanessa Custódio
- » Lourenço Almeida e Silva
- » Sara Oliveira
- » Maria Pia Vasconcelos
- » Sara Clérigo

ADVOGADOS- ESTAGIÁRIOS

- » João Sawaya
- » Fernando Bergantino

☎ (+351) 211 648 457
 (+351) 304 501 009
 📍 Rua Marquês de Fronteira 111, 1.º Esq. 1070-292 Lisboa
 📧 info@aamtlegal.com
 🌐 https://www.aamtlegal.com/
Idiomas: Português, Inglês, Francês e Espanhol



A AVM Advogados foi fundada em Angola, em 2003, e registou, desde então, uma notável expansão marcada pelo crescimento sustentável, pela consolidação de uma vasta e diversificada base de Clientes, nacionais e internacionais, e pela criação de uma equipa jovem, dinâmica e multicultural, radicada em Portugal, Angola e Moçambique.

A necessidade de criar uma plataforma comum, que reunisse novas sinergias e parcerias, originou um novo processo contínuo que se materializou na AVM Legal Network. A HPF Advogados, que integra a AVM Legal Network, opera em Maputo, sendo uma sociedade autónoma e independente, composta por uma equipa dinâmica e multidisciplinar de advogados especializados.

SÓCIOS

António Vicente Marques
 José Alves do Carmo
 Sandra Teixeira da Silva
 Sandro Polónio de Matos
 Francisco Goes Pinheiro

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Banca, Finanças e Seguros
- » Mercado de Capitais
- » Construção & Infraestrutura
- » Contratos Comerciais
- » Laboral & Migração
- » Energia & Recursos Naturais
- » Propriedade Intelectual
- » Contencioso & Arbitragem
- » Público
- » Fiscal & Aduaneiro
- » Imobiliário & Urbanismo
- » Societário
- » Telecomunicações
- » Transportes

LISBOA

☎ (+351) 304 501 010
 (+351) 304 501 009
 📍 Edifício Torre de Monsanto, Rua Afonso Praça, 30, 5º piso, 1495-061 Algés, Lisboa
 📧 lisboa@avm-advogados.com

LUANDA

☎ (+244) 919 721 942
 (+244) 933 855 553
 (+244) 222 338 407
 📍 Largo 17 de Setembro Edifício Presidente Business Center N.º 3, 4.º, Sala n.º 441, Luanda, Angola
 📧 luanda@avm-advogados.com

MAPUTO

☎ (+258) 213 170 05
 (+258) 210 197 47
 📍 Rua dos Desportistas, Ed. JATV - 1, 15º andar
 📧 maputo@hpfadvogados.com
 🌐 www.avm-advogados.com

A. Neto Brandão & Associados, RL
 Av. Dr. Lourenço Peixinho, 87, 3º Dtº 3800-165 Aveiro
Telef: (+351) 234 423 459
E-mail: nb.advogados@mail.telepac.pt
Site: www.anetobrandao.com

A. Sousa Pinto, Carla A. Sousa, Casimiro José Ribeiro
 Rua Professor Egas Moniz, 387 4810-027 Guimarães
Telef: (+351) 253 520 940
E-mail: spinto.advogados@mail.telepac.pt

AAA Advogados
 Av. Engº Duarte Pacheco, nº26 1070-110 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 300
E-mail: advogados@aaa.pt
Site: www.aaa.pt

AAMM Abecasis, Moura Marques & Associados
 Avenida da Liberdade, nº190 - 1ºB, Edifício Avenida 190 1250-147 Lisboa - Portugal
Telef: (+351) 211 940 538
Email: geral@aamm.pt
Site: www.aamm.pt

AAMT – Azevedo, Ascenso & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL
 Rua Marquês de Fronteira 111 1esq 1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 211648457
E-mail: info@aamtlegal.com | **Site:** www.aamtlegal.com

ABC LEGAL Sociedade de Advogados
 Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, 19B-C 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 480
E-mail: abclegal@abclegal.com.pt
Site: abclegal.com.pt
 Torres Vedras Largo Benedita de Vale Jordão, nº1-Loja A, Silveira 2560-526 Torres Vedras

Telef: (+351) 261 936 016
Abel Cardoso & António José Martins – Soc. Adv. R.L.
 Rua Sra. Da Piedade, Lt. 1 - 1º 6000-279 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 339 420
E-mail: acamsolawyers@acamsolawyers.com
Site: www.acamsolawyers.com.pt

Abel Cardoso, Catarina Carvalho, Esteves Aguiar & Associados
 Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E 1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abel Marques & Associados - Soc. Advogados, R.L.
 Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E 1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abílio Aranha e Associados, Soc. Advogados
 Rua De Ceuta, 118 - 2º, Sala 14 4050-190 Porto
Telef: (+351) 222 051 920
E-mail: aniros@abilioaranhaassociados.mai.pt

ABPA - A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados
 Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torres 3, 5º Piso, 511 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 212 454 262
E-mail: geral@abpa.pt | **Site:** www.abpa.pt

ABPD - Amaral Blanco Portela Duarte & Associados
 Avenida da República, Nº 84, 5º Esq. 1600-205 Lisboa
Telef: (+351) 217 932 430
E-mail: abpd.lx@abpd.pt
Site: www.abpd.pt

Abranches Namora & Associados
 Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto. 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 990
E-mail: geral@abramanches.pt
Site: www.abramanches.pt

Abreu Advogados
 Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa
Telef: (+351) 21 723 18 00
E-mail: lisboa@abreuvadogados.com
Site: www.abreuvadogados.com

Abreu & Marques & Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Rua Filipe Folque, Nr. 2 - 4º 1069-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 307 100
E-mail: amsa@amsa.pt
Site: www.amsa.pt

ACFA – C. Ferreira e Associados
 Av. Fontes Pereira Melo, 3, 11º Esq. 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 210 170 470
E-mail: mail@acfa.pt | **Site:** www.acfa.pt

ACRLEX Advogados
 Largo do Adro 9 4050-016 Porto
Tel.: (351) 226 076 800
E-mail: dp@acrlex.com | **Site:** www.acrlex.com

ACM-Vale de Andrade, Nunes Capoulas, Almeida Morgado & Associados
 Av. Fontes Pereira De Melo, 30 - 4º 1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 567 090
E-mail: geral@acm-advogados.pt
Site: www.acm-advogados.pt

Afonso, Lema e Sousa & Associados Soc. Advogados, RL
 Rua Dr. Ricardo Jorge, 55 - 3º E 4050-514 Porto
Telef: (+351) 222 081 611
E-mail: jose.afonso-1264p@advogados.oa.pt

AFMA - António Frutuoso de Melo e Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
 Av. da Liberdade, nº 38 - 1º 1450-145 Lisboa
E-mail: afma@afma.pt
Site: www.afma.pt

Aguiar-Branco & Associados
 Rua da Restauração nº 329 - 1º 4050-506 Porto
Telef: (+351) 220 112 220
E-mail: info@aguiarbranco.pt
Site: www.aguiarbranco.pt

Albuquerque & Almeida Advogados
 Calçada Bento Rocha Cabral, 1 1250-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 431 570
E-mail: geral@aalegal.pt
Site: www.aalegal.pt

Alcides Martins, Bandeira, Simões & Associados - Soc. Advogados, RL
 Av. Duque De Loulé, 22 - 6º 1050-090 Lisboa
Telef: (+351) 213 535 372
E-mail: advogados@amartins.pt
Site: www.amartins.pt

Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão e Rui Costa – Soc. Adv.
 Av. Da Republica, 885, 2ºs.C - 8/9 4450-243 Matosinhos
Telef: (+351) 229 375 250
E-mail: ruicosta-1619p@adv.oa.pt



BERNARDINO, RESENDE E ASSOCIADOS
SOCIETATE DE ADVOGADOS RL | LAW FIRM

A BR é uma sociedade de advogados, denominada como "boutique law firm", pela sua dimensão e organização, a operar no mercado desde 1999, primeiro como escritório de advogados e mais tarde como sociedade.

Como "boutique law firm" procuramos prestar um serviço jurídico especializado e personalizado, procurando estar muito próximos dos nossos clientes, antecipando as suas necessidades e otimizando os respectivos resultados.

Os nossos objectivos passam pela prestação de serviços jurídicos de reconhecido mérito, excelência e personalização, com total dedicação e empenho em prol dos interesses dos nossos clientes.

Pretendemos otimizar os resultados a que nos propomos, prestando um serviço mais competitivo em termos económicos, focando a nossa actividade diária no constante

acompanhamento dos processos e dos assuntos cometidos pelos nossos clientes.

O serviço personalizado e a especialização da nossa sociedade das áreas em que actua, tornam a mesma uma opção melhor para os nossos clientes, seja em Portugal ou no exterior.

SÓCIOS

Estêvão Augusto Bernardino
Patrícia Baltazar Resende

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Contencioso, Arbitragem e Mediação
- » Direito Comercial, Societário e M&A
- » Direito da Família e dos Menores
- » Direito dos Estrangeiros e da Imigração
- » Direito Fiscal e Financeiro
- » Imobiliário, Urbanismo e Ambiente
- » Penal, Sancionário e Compliance
- » Reestruturação e Insolvência
- » Trabalho e Segurança Social

LISBOA

Bernardino, Resende E Associados

☎ (+351) 213 174 742
(+351) 913570763
(Telemóvel/WhatsApp)
📍 Rua Carlos Testa, nº1, 6ºC
1050-046 Lisboa
✉ info@bernardinorende.com
🌐 https://www.bernardinorende.com/



COMPLEX PROBLEMS NEED UNIQUE SOLUTIONS

A Cavaleiro & Associados é um escritório boutique do Norte de Portugal especializado em direito público e energia e com uma forte componente de direito empresarial (societário, fiscal, laboral e imobiliário).
A equipa assessora clientes nacionais e internacionais, instituições públicas e autarquias locais.

SÓCIOS

João Quintela Cavaleiro
Pedro Seixas Silva

COORDENADOR ESCRITÓRIO VISEU

João Lobo do Amaral

OUTROS ESCRITÓRIOS

Vila Real | Viseu | Viana do Castelo | Paris
(em associação)

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Energia, Agricultura e Ambiente
- » Direito Público e Administrativo
- » Contratação Pública e Regulação
- » Imobiliário
- » Comercial e Societário
- » Urbanismo e Ordenamento do Território
- » Contencioso e Arbitragem
- » Direito Fiscal
- » Bancário e Financeiro
- » Direito da Saúde
- » Clientes Privados
- » Trabalho e Segurança Social
- » Direito do Desporto

☎ +351 220 945 361

✉ geral@cavaleiroadvogados.pt

📍 Rua Pedro Homem de Mello, 55,
6.º, 4150-599 Porto

🌐 www.cavaleiroadvogados.pt

Almeida Correia, Ney da Costa & Associados - Soc. Advog.

Av. Da República, 872 - 3.º, Salas 3.6,3.7
E 3.8 4430-190 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 770 860
E-mail: geral@aneyadvogados.net
Site: www.alneyadvogados.net

Almeida e Paiva & Associados – Soc. Advogados, R.L.

Av. Marginal, 6068 - S. João Do Estoril
2765-585 S. João Do Estoril
Telef: (+351) 214 669 317
E-mail: mail@apalawyers.pt
Site: www.apalawyers.pt

Almeida Ribeiro & Assoc. Mário Jorge Menezes – Advogados

Rua Joaquim António De Aguiar, 66 - 1.º
1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 490
E-mail: geral@arealaw.pt
Site: www.almeidaribeiro.pt

Alves Ferreira, Batista, Santos Costa, Aires Santos & Assoc.

Av. Álvares Cabral, 47 - R/C
1250-015 Lisboa
Telef: (+351) 213 814 640
E-mail: geral@fbcs.pt

Alves Henriques, Ademar Batista & Associados – Soc. Adv., RL

Rua Miguel Bombarda, 47 - 1.º
3510-090 Viseu
Telef: (+351) 232 483 380
E-mail: escritorio@ahab-socadvogados.pt

Alves Mendes & Jardim Gonçalves Soc. Advogados

Rua Tierno Galvan, 10 - Torre 3, Piso 2, Sala 201 - Amoreiras 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 812 690
E-mail: sa@amjg.com
Site: www.amjg.com

Alves Pereira & Teixeira de Sousa, RL

Av. Da Liberdade, 38 - 3.º 1250-145 Lisboa
Telef: (+351) 213 700 190
E-mail: info@alvespereira.com
Site: www.alvespereira.com

AM Associados

Rua Duque de Palmela, N.º 37,
4.º Andar 1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 879 450
E-mail: geral@am-associados.pt
Site: www.am-associados.pt

Amaral Cabral & Associados Soc. Advogados

Av. Sidónio Pais, N.º 26 – R/C Dto.
1050 – 215 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 670
E-mail: geral@amaralcabraladvogados.pt
Site: www.amaralcabraladvogados.pt

Amorim & Associados Soc. Advogados R.L

Rua Pedro Homem De Mello, N.º 55,
5.º Andar, Sala 5.05 4150-599 Porto
Telef: (+351) 226 177 850
E-mail: geral@amorimadvogados.pt
Site: www.amorimadvogados.pt

Andrade Dias & Associados Soc. Advogados, R.L

R. António Maria Cardoso,
25 - 5.º 1200-026 Lisboa
Telef: (+351) 213 468 134
E-mail: geral@diaslawyers.com
Site: www.diaslawyers.com

Anselmo Vaz, Afra & Associados

Rua Barata Salgueiro, 30 - 4.º Esq.
1250-044 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 040
E-mail: info@avalegal.com
Site: www.avalegal.com

Antas da Cunha ECIJA

Edifício Amoreiras Squares
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto,
n.º17 – 2.º 1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 080
E-mail: geral@adcecija.pt
Site: www.adcecija.pt

Antonino Antunes, M.ª Augusta Antunes & Assoc - Aoc. Adv, RL

Av. Combatentes G. Guerra, 179
4900-563 Viana Castelo
Telef: (+351) 258 809 090
E-mail: antoninoantunes@mail.telepac.pt
Site: www.antunes-advogados.pt

António Arribança & Associados Soc. Advogados, r.L.

R. Professor Manuel J Ferreira, 14 - 1.º E
2040-998 Rio Maior
Telef: (+351) 243 999 020
E-mail: arribancageral@mail.telepac.pt

António Correia & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Conde Valbom, Nr. 18 B
1.º A 1050-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 280
E-mail: info@acadvogados.pt
Site: www.acadvogados.pt

António M.G.Pereira, Miguel Lourenço - Soc. Advogados, RL

Rua Júlio Dinis, Nr. 891 -
4.º Esq. 4050-327 Porto
Telef: (+351) 226 008 002
E-mail: apml.porto@apml.pt
Site: www.apml.pt

António Montalvão Machado & Associados - Soc. Advogados

Praça Bom Sucesso, Edifício Península,
127/31-5, 302/4 4150-146 Porto
Telef: (+351) 225 573 010
E-mail: geral@montalvaomachado.pt

António Pragal Colaço & Associados - Soc. Advog., R.L.

Av. Da Igreja, 42 - 2.º Dto. 1700-239 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 940
Site: www.apcolaco.com

António Viñal & Co. Abogados Sucursal em Portugal

Av. Miguel Bombarda, 36 - 4.ºC
1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 213 550 187
E-mail: lisboa@avinalabogados.com
Site: www.avinalabogados.com

Araújo & Associados Soc. Advogados

Rua Fernão Vaz Dourado,
77/83 4150-322 Porto
Telef: (+351) 226 184 444
E-mail: geral@araujoassociados.pt
Site: www.araujo.pt

Areias & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.

Rua Direita n.º 188,
1.º andar 5400 – 220 Chaves
Telef: (+351) 276 332 339
E-mail: geral@areiasadvogados.com
Site: www.areiasadvogados.com

Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Assoc-Soc. Ad.

Av. Miguel Bombarda, Nr. 50 - 2.º
1050-166 Lisboa
Telef: (+351) 217 819 990
E-mail: ah.acp@netcabo.pt

Assis de Almeida e Associados Soc. de Advogados, R.L.

Trav. Da Trindade, 16 - 4.º D
1200-469 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 100
E-mail: aaadv@mail.telepac.pt
Site: assisalmeidaassociados.pt



A CCSL Advogados é uma sociedade de advogados especialista nas áreas de tax & legal, que presta aconselhamento jurídico personalizado, num contexto cada vez mais internacional.

A equipa CCSL privilegia uma abordagem multidisciplinar aos temas que lhe são confiados, com metodologias de trabalho inovadoras, assentes numa relação de confiança, proximidade e flexibilidade com todos os clientes, advogados e parceiros.

A EQUIPA É A NOSSA MAIOR FORÇA.

SÓCIOS

José Calejo Guerra
João de Lemos Portugal
Mafalda Almeida Carvalho
Hugo Baptista Falcão
Rita Rendeiro
João Diogo Stoffel

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Fiscal e Private Clients
- » Societário e M&A
- » Financeiro, Compliance e Sustentabilidade
- » Imobiliário
- » Público e Regulatório
- » Contencioso

CCSL Advogados SP, RL

📍 Av. da Liberdade, n.º 262,
2. Esq. 1250-149 Lisboa
☎ (+351) 215 835 196
✉ info@ccslegal.com
🌐 www.ccslegal.pt

COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS



EQUIPA

Nº de Sócios: 4
Nº de Advogados: 7
Nº de Advogados Estagiários: 3
Nº de Juristas: 1
Nº de outros colaboradores: 3

ÁREAS PREFERENCIAIS

Contencioso
Insolvências
Reestruturação de Empresas
Contratos Internacionais
Direito do Trabalho

☎ (+351) 253 424 600
✉ geral@clt.pt
📍 Avenida de Londres,
Edifício Luzaga,
Nº540 - 3º Andar
4810-550 Guimarães
🌐 www.clt.pt

Athyde de Tavares & Assoc. Soc. Adv., RL

R. Joaquim António Augusto Aguiar,
Nº 66 - 5º 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 827 580 | E-mail: atrp@atrp.pt

ATMJ Advogados

Avenida da República, 49 - 2º andar
1050-188 Lisboa
Rua de Diu 414, salas 14 a17 4150-272 Porto
Telef: (+351) 213 584 119 | Fax: 321 584 119
Email: atmj@atmj.pt | Site: www.atmj.pt

Augusta Bravo, Alves

& Associados - Soc. Advogados, R.L. Av.
República, Nr. 6 - 2º Dto. 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 500 200
E-mail: abravo.aba@mailtelepac.pt
Site: www.abravoalves.pt

AVLC Luís Cameirão

& Associados - Soc. Advogados
Rua De Ceuta, 118 - 1º 4050-190 Porto
Telef: (+351) 223 394 710
E-mail: avlc@avlc-advogados.com
Site: www.avlc-advogados.com

AVM Advogados – Sociedade de Advogados, RL.

Edifício Torre de Monsanto
Rua Afonso Praça, 30, 5º Piso,
1495-061 Algés - Lisboa
Telef: (+351) 304501010 | (+351) 304501009
E-mail: lisboa@avm-advogados.com
Luanda: Edifício Presidente Business
Center, Largo 17 de Setembro, n. 3 - 3º
andar, Sala 329, Luanda
Telef: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855
553 | (+244) 222 338 407 |
E-mail: luanda@avm-advogados.com
Maputo: Rua dos Desportistas,
Ed. JATV - 1, 15º andar Maputo
Telef: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47
E-mail: maputo@hpfadvogados.com

Azevedo, Marques & Novera Soc. Advogados R.L.

Rua Dr. Carlos Felgueiras, 218 - 3º,
Salas 1E 8 4470-157 Maia
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: geral@amnadvogados.com
Site: www.amnadvogados.com

Baltazar Mendes, Duque Vieira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Da República, 6, 8º E 9º Esq. 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 517
E-mail: geral@bmdv.pt | Site: www.bmdv.pt

Batista, Monte Verde & Associados

Av. Álvares Cabral 47, 1250-015 Lisboa
Telef: 213 806 530
E-mail: bma@bma.com.pt
Site: www.bma.com.pt

Barrocas Advogados

Amoreiras Torre 2 15º andar/floor
1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 21 384 33 00 | Site: www.barrocas.pt

Barros Sales & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Fontes Pereira De Melo, 47 - 3º Esq.
1050-120 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 642
E-mail: geral@bsadvogados.com
Site: www.bsadvogados.com

Barros, Sobral, G.Gomes

& Associados - Soc. Advogados, R.L.
Edifício Castil, Rua Castilho, 39 - 12º B
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 875 702
E-mail: law@bsgg.pt | Site: www.bsgg.pt

BAS, Sociedade de Advogados

Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela,
Edifício 1, 4º Andar 1250-137 Lisboa
Telef: (+351) 211 554 330
E-mail: geral@gmail.com | Site: www.bas.pt

BCS Advogados - Baião, Castro & Associados - Soc. Adv, R.L.

Av. 5 De Outubro, 17 - 9º 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 190 640
E-mail: bcslaw@bcs.pt | Site: www.bcs.pt

Belzuz Abogados S.L. SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua De Camões, 788 - 1º Dtº
4000-142 Porto
Telef: (+351) 229 389 452
E-mail: porto@belzuz.com
Site: www.belzuz.net

Bernardino, Resende E Associados

Rua Carlos Testa, 1 - 6º C 1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 174 742
E-mail: info@bernardinoresende.com
Site: www.bernardinoresende.com

Boino & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.

Rua Castilho, 44 - 7º 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 280
E-mail: advogados@boino.pt
Site: www.boino.pt

Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados

Rua Manuel Da Ponte, 2.S. Miguel-Açores
9500-085 Ponta Delgada
Telef: (+351) 296 282 513
E-mail: geral@bpladvogados.com
Site: www.bpladvogados.com

Caetano de Freitas

& Associados - Soc. Advogados
Av. 24 De Julho, Nº 68-E 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 620
E-mail: lisboa@caetanodefritis.com
Site: www.caetanodefritis.com

Calama V. Meneses Falcão & Associados

Campo Grande, 28 - 5º B 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 040
E-mail: geral@cvmf.eu | Site: www.cvmf.eu

Caldeira Pires – Sociedade de Advogados

Avenida da República, nº 45 - 8º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: info@caldeirapires.pt
Site: www.caldeirapires.pt

Campilho, Silveira, Sarmiento Soc. Advogados, R.L.

Rua Guerra Junqueiro, 79 4150-388 Porto
Telef: (+351) 226 079 390
E-mail: cssa@cssa.pt | Site: www.cssa.pt

Campos Lencastre & Associados Soc. Advogados, R.L.

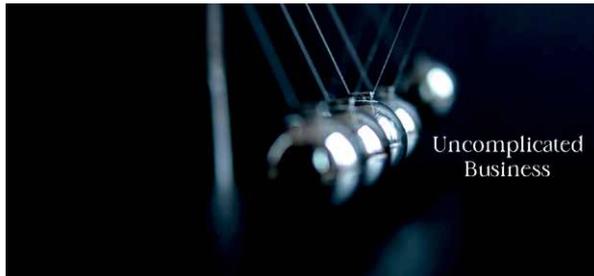
Prt. 25 De Abril, Nr. 90 - 1º D
4430-257 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 798 764
E-mail: camposlencastre-983c@adv.ao.pt

Cancela de Abreu Esteves & Associados - Soc. Advog, R.L.

Rua Rodrigo Da Fonseca, 149 - 4º D
1070-242 Lisboa
Telef: (+351) 213 876 404
E-mail: cae@caeadvogados.pt
Site: www.caeadvogados.pt

COSTA PINTO

Legal | Tax | Compliance



Fundada em abril de 2013 por José Costa Pinto e com uma equipa jovem e dinâmica, a missão da Costa Pinto é muito clara: fazer dos objetivos dos nossos Clientes, o nosso foco e ajudá-los a navegar no mundo dos negócios.

Acreditamos numa prática jurídica que acompanha os clientes no seu dia-a-dia e que proporciona, em tempo útil, respostas firmes, práticas, criativas e ajustadas às suas necessidades.

UNCOMPLICATED BUSINESS

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Legal | Tax | Compliance

- » Fusões & Aquisições
- » Direito Comercial
- » Direito Societário
- » Corporate Governance
- » Reestruturação de Negócios
- » Revisão de Procedimentos e Modelos
- » Avaliação de Mecanismos de Controlo Interno

☎ (+351) 213 180 370

✉ geral@costapinto.pt

📍 Edifício Amoreiras Plaza
R. Carlos Alberto da Mota Pinto,
n.º 9, 7.ª A 1070-374 Lisboa

🌐 www.costapinto.pt

DÁRIO FREITAS & ASSOCIADOS

Sociedade de Advogados, RL

SÓCIOS

Dário Freitas
Gisela Parente

EQUIPA

N.º de Advogados: 10

N.º de Consultores: 1

N.º de outros Colaboradores: 3

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Contentencioso
Direito Bancário
Direito Comercial
Insolvências
Direito do Trabalho

☎ (+351) 222 087 065

✉ geral@dfassociados.com

📍 Rua Sá Bandeira Nr. 567, 1.º Direito
4000-437 Porto

Candeias & Associados – Sociedade de Advogados
R. Soeiro Pereira Gomes 1, 4.º A,
1600-196 Lisboa
Telef: (+351) 211 455 415
E-mail: geral@candeias.pt
Site: www.candeias.pt

Carita, Taborda, Barbas Homem – Soc. Advogados
Rua Hermano Neves, 22 - 3.º C 1600-477 Lisboa
Telef: (+351) 217 521 260
E-mail: advogados@ctbh.pt

Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Associados, Soc. Adv., R.L.
Av. Antonio Augusto Aguiar, 27 - R/C
1050-012 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 755
E-mail: cafl@cafl.pt | Site: www.cafl.pt

Carlos Olavo e Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Victor Cordon, 7 - 3.º 1200-482 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 740
E-mail: olavolex@olavolex.pt
Site: www.olavolex.pt

Carlos Rocha, Paulo Varzielas & Associados – Soc. Adv., R.L.
Av. De Berna, 30 - 2.º C 1050-042 Lisboa
Telef: (+351) 217 817 230
E-mail: j.c.rocha@mail.telepac.pt

Carneiro Pacheco & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3,
503 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 864 466
E-mail: geral@cpassociados.pt
Site: www.cpassociados.pt

Castanheira, Pereira, Almeida & Associados - Soc. Adv., R.L.
Rua João Machado, N.º 19 - 2.º C
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 842 730/1
E-mail: geral@capa-advogados.com
Site: www.capa-advogados.com

Carvalho, Matias & Associados
Rua Júlio de Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: info@cmsa.pt | Site: www.cmsa.pt

Cavaleiro & Associados
Rua Pedro Homem de Mello,
55, 6.º, 4150-599 Porto
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@cavaleiroadvogados.pt
Site: www.cavaleiroadvogados.pt

CCA Advogados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Vitor Cordon, n.º 10.ª 1249-202 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 590
E-mail: ccageral@cca-ontier.com
Site: https://pt.ontier.net

CC AA - Costa Carvalho Advogados Associados, RL
Alameda dos Oceanos, n.º 142 - 2.º E
1990-502 Lisboa
Telef: (+351) 218 981 080
E-mail: ccaa@ccaa.pt | Site: www.ccaa.pt

CCSL Advogados
Avenida da Liberdade, 262, 2.º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 215 835 196
E-mail: info@ccslegal.com | Site: www.ccslegal.com

Celso Cruzeiro & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Cap. Sousa Pizarro, 25 - 2.º
3810-076 Aveiro
Telef: (+351) 234 377 862
E-mail: geral@ccadvogados.pt
Site: www.ccadvogados.pt

Cerqueira Alves & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Rua de S. Marcos, n.º 101- 1.º andar
4700-328 Braga
Telef: (+351) 253 201 570
E-mail: geral@cerqueiraalves.pt
Site: www.cerqueiraalves.pt

Cerqueira Gomes & Associados Soc. Advogados, R.L.
Rua De Ceuta, 53 - 6.º 4050-191 Porto
Telef: (+351) 222 074 010
E-mail: cg@cerqueiragomes.pt
Site: www.cerqueiragomes.pt

Cerejeira Namora, Marinho Falcão, Advogados Portugal
Porto: Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, 388
4200-348 Porto
Telef: (+351) 225 573 520
E-mail: geral@sociedadeadvogados.eu
Site: www.sociedadeadvogados.eu

César d'Araújo & Associados Sociedade de advogados, R.L.
Av. Manuel Da Maia,
36 - 1.º Dto 1000-201 Lisboa
Telef: (+351) 218 478 311
E-mail: caa@casadvogados.com
Site: www.casadvogados.com

César Pratas & Associados Soc. Advogados, R.L.
Rua Castilho, 211, 1.º 1070-051 Lisboa
Telef: (+351) 213 850 684
E-mail: geral@cesarpratas.com
Site: www.cesarpratas.com

Chaves Roquette, Matos, Azevedo & Associados
Rua das Amoreiras N.º 70 – 12.º
1269-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 000
E-mail: lawfirm@crma.pt
Site: www.crma.pt

Claudino Pereira Advogados Sociedade de Advogados
Rua Dos Clérigos, 46 - 1.º 4050-204 Porto
Telef: (+351) 223 394 090
E-mail: claudinop@mail.telepac.pt

Clareira Legal
Rua dos Remolares 14, 2.º 1200-371 Lisboa
Telef: +351 213 400 800
E-mail: geral@clareira.com
Site: www.clareira.com

CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro & Associados
Avenida de Londres, Edifício Luzaga,
N.º 540 - 3.º Andar 4810-550 Guimarães
Telef: (+351) 253 424 600
E-mail: geral@clt.pt | Site: www.clt.pt

CM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Praça Rainha D. Leonor, n. 7, 1.º Esq.
6000-117 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 346 715
E-mail: geral@cmadvogados.pt
Site: http://www.cmadvogados.pt

CMS Rui Pena & Arnaut
Rua Castilho, 50 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: geral@cmsportugal.com
Site: www.cms-rpa.com

CNCM – Curado, Nogueira, Costa Mendes & Assoc., Soc. Adv., R.L.
Avenida Da Boavista, 3265 4.º 4
Edifício Oceanos 4100-137 Porto
Telef: (+351) 225 431 000
E-mail: cncm@cncm.pt



Constituída em 1989, a sociedade GLX LTM e Associados conta com mais de 30 anos de experiência no que respeita à assessoria e aconselhamento jurídico do Cliente. Oferecendo uma advocacia especializada, a GLX LTM e Associados, tem vindo a traçar o seu caminho de tradição e inovação, privilegiando valores como a confiança, responsabilidade, ética, rigor e sustentabilidade.

ÁREAS DE PRÁTICA

- Societário, Comercial e M&A
- Reestruturação e Insolvência
- Fiscal
- Direito Administrativo, Contratação Pública, Urbanismo e Contencioso Administrativo
- Direito Civil
- Cobranças e Recuperação de Créditos
- Trabalho e Segurança Social
- Criminal, Contraordenacional e Compliance
- Contencioso e Arbitragem
- Desporto
- Privacidade, Proteção De Dados Pessoais e RGPD, Digital e Compliance
- Propriedade Intelectual
- Vistos e Imigração
- Bancário, Financeiro e Seguros
- Imobiliário
- Europeu e Concorrência
- Registos e Notariado
- Ambiente e Energia

SÓCIOS

- Luís Teixeira e Melo
- Gonçalo Gama Lobo
- Luís Filipe Teixeira e Melo
- Rui Teixeira e Melo
- Hugo Costa e Silva
- Maria Emília Meira
- Margarida Machado
- José Pinto de Almeida
- Mónica Moreira Soares
- José Carlos Campos

ASSOCIADOS

- Marta S. Pereira
- Manuel Maria Machado
- Catarina Azevedo Fernandes
- Vânia Pereira Alves
- Pedro Branco Xavier
- Maria João Carmo
- Ema Fontes

☎ + (351) 253 421 600
 📍 Avenida General Humberto Delgado, n.º 181, CP 4800-158, Guimarães
 📧 geral@gamalobomelo.com

J+Legal

A J+Legal foi fundada por três advogados com experiência reconhecida há mais de 25 anos pelo mercado, tendo sido líderes em escritórios de advocacia empresarial e consultoria internacional, o que permitiu à J+Legal estabelecer-se como uma boutique legal full service focada na prestação de serviços jurídicos adaptados à sua forma de trabalhar: resolver os problemas mais importantes dos seus clientes através de uma abordagem estratégica, mas pragmática, juntamente com um envolvimento ativo com o mais alto nível de experiência e perícia.

"Valorizamos o trabalho de equipa com advogados motivados, talentosos, focados e empreendedores com uma grande diversidade de personalidades, experiências e talento nas várias áreas de prática."

As nossas principais áreas de prática baseiam-se numa profunda especialização de cada uma delas:

- » Banking and Capital Markets,
- » Corporate, M&A and Private Equity,
- » Litigation and Compliance,
- » Real Estate and Planning,
- » Tax.

SÓCIOS

- » Jaime Carvalho Esteves
- » Jorge Brito Pereira
- » José Diogo Horta Osório
- » Sofia Matos
- » Filipa Arantes Pedroso
- » Diogo Leônidas Rocha

DADOS DA INSTITUIÇÃO

J+Legal – Horta Osório, Brito Pereira, Carvalho Esteves, Sociedade de Advogados SP,RL

Estrutura - 6 sócios, 10 associados e 7 estagiários.

NOME DOS RESPONSÁVEIS

- » Jorge Brito Pereira
- » Jaime Carvalho Esteves
- » José Diogo Horta Osório

☎ (+351) 218 770 000
 📍 Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1, 6 1250-273 Lisboa
 📧 geral@legal.pt

Coelho, Ribeiro & Associados Soc. Civil de Advogados
 Av. Eng.º Duarte Pacheco Empreendimento Amoreiras, Torre 2 - 13º A 1099-042 Lisboa
Telef: (+351) 213 839 060
E-mail: cra@cralaw.com
Site: www.cralaw.com

Correia Afonso, Archer & Assoc. – Soc. Adv., R.L.
 Rua Do Noronha, Nr.1 - 1º 1269-132 Lisboa
Telef: (+351) 213 960 909
E-mail: geral@caa.pt
Site: www.caa.pt

Correia Moniz & Associados
 Av. Fontes Pereira De Melo, 15 - 7º 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: cma@cma.pt

Costa Pinto Advogados
 Edifício Amoreiras Plaza | Rua Carlos Alberto da Monta Pinto, 9 – 7ºA 1070-374 Lisboa
Telef: (+351) 213 180 370
E-mail: geral@costapinto.pt
Site: www.costapinto.pt

CRBA – Capitão, Rodrigues Bastos, Areia & Associados
 Av. Duque D'Ávila 66, 5.º 1069-075 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 301
E-mail: crba@crba.pt | **Site:** www.crba.pt

CRS Advogados - Cruz Roque Semião
 Rua Abranches Ferrão n.º 10 15º D, 1600-001 Lisboa
Telef: 214 046 850
E-mail: crs@crs-advogados.com
Site: www.crs-advogados.com

CSA – Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados
 Avenida 5 de Outubro, N.º 17, 7º Andar 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 250
E-mail: csa_lisboa@csca.pt
Site: www.csca.pt

CPGL Sociedade de Advogados Teix. da Costa, Nuno Paixão, Paulo Gonçalves Duarte, José Ribeiro, Paulo Brandão & Associados
 Av. Do Ultramar, 15 – 1º E/F 2750-506 Cascais
Telef: (+351) 214 818 704
E-mail: geral@cpgl.pt
Site: www.cpgl.pt

CSBA Advogados
 Rua Castilho, 44, 8º andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 200
E-mail: csba@csba-advogados.pt
Site: www.csba-advogados.pt

CTSU
 Av. Eng. Duarte Pacheco 7, 7º piso 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 219 245 010
E-mail: geral@ctsu.pt
Site: www.ctsu.pt

Cuatrecasas - Gonçalves Pereira & Associados
 Av. Fontes Pereira de Melo, 6 1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 800
E-mail: cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
Site: www.cuatrecasas.com

CVA – Cruz Vilaça Advogados
 Av. Duque de Ávila, 141 – 4º dto Edifício OMNI 1050-081 Lisboa
Telef: (351) 211 609 524
Email: info@cruzvilaca.eu
Site: www.cruzvilaca.eu

Dantas Rodrigues & Associados Soc. de Advogados, R.L.
 Av. Elias Garcia, 162 - 7º A 1050-102 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 050
E-mail: secretariado@dantasrodrigues.com
Site: www.dantasrodrigues.com

Dário Freitas & Associados
 Rua Sá da Bandeira, 567 - 1º Dto 4000-437 Porto
Telef: (+351) 222 087 065
E-mail: geral@dfassociados.com

Delgado & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. Boavista, 1837 - 12º 4100-133 Porto
Telef: (+351) 220 114 100
E-mail: mail@delgado.pt
Site: www.delgado.pt

DCM Littler
 Rua Julieta Ferrão, 12, 204, 503 e 604 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 961 074
E-mail: mcv@dcm-lawyers.com
Site: www.dcm-lawyers.com/

Dinis Lucas & Almeida Santos
 Av. da República, 50 - 7º A 1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 816 010
E-mail: geral@dlas.pt
Site: www.dlas.com.pt

Diogo, Neto, Marques & Associados - Soc. Advog, R.L.
 Edifício Avenida | Av. Heróis Do Ultramar, 52 - 2º Apartado 107 3100-462 Pombal
Telef: (+351) 236 209 650
E-mail: dnm@dnm-sadvog.com
Site: www.dnm-sadvog.com

DLA Piper ABBC
 Largo de São Carlos, n.º 3 1200-410 Lisboa
Telef: (+351) 213 583 620
E-mail: dlapipeabbc@dlapiper.com
Site: www.dlapiper.com

Eduardo Paz Ferreira & Associados
 Avenida Duque de Loulé, N.º 106 - 8.º Andar 1050-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 510 050
E-mail: secretariado@eduardopazferreira.pt
Site: www.eduardopazferreira.pt

Eduardo Pereira Sousa, Teresa Marques Guerra & Assoc.
 Rua Da Boavista, 844-2º, Sala 2.2 4050-106 Porto
Telef: (+351) 223 390 773
E-mail: epsousatmguerra@iol.pt

Eduardo Serra Jorge e Maria José Garcia - Soc. Adv, R.L.
 Av. António Augusto De Aguiar, N.º 183 - R/C Dto. 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 390
E-mail: esjmjg@esjmjgadogados.com
Site: www.esjmjgadogados.com

Elmiro de Sousa, Rosa Vasconcelos & Assoc. – Soc. Advog, RL
 Campo 24 De Agosto, 129 - 5º - Escr. 501 4300-504 Porto
Telef: (+351) 226 051 298
E-mail: elmirodesousa-2441p@advoa.pt

Enes Cabral
 Av. Fontes Pereira de Melo, 25-2º Dtº 1050-117 Lisboa
Telef: (+351) 215 844 930
E-mail: ec@enescabral.com
Site: www.enescabral.com



Estamos há 50 anos no mundo jurídico Português.

Somos uma Law Boutique de Contencioso e Direito Empresarial.

A nossa área nuclear de atividade é o contencioso, na sua vertente civil e comercial, a qual é complementada, essencialmente, pela assessoria jurídica nos ramos bancário e financeiro, laboral, imobiliário e família e sucessões.

Somos o membro exclusivo da rede internacional IR Global na área da Insolvência em Portugal.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso
- » Insolvência
- » Recuperação de Créditos
- » Comercial e Societário
- » Direito do Trabalho
- » Direito Financeiro
- » Fundos de Investimento
- » Imobiliário
- » Proteção de Dados e Privacidade
- » Família e Sucessões

+351 213 139 010

geral@mgadvogados.pt

Edifício Aviz - Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 35 - 6.º D 1050-118 Lisboa

www.mgadvogados.pt



Advogados por gosto

A Monereo Meyer Advogados é um escritório de advogados internacional presente em Portugal e Espanha. Composta por 40 advogados dinâmicos, caracterizamo-nos por uma forte competência intercultural, especialmente com os países de língua alemã. Com os nossos escritórios em Lisboa, Madrid, Barcelona e Palma, aconselhamos e apoiamos principalmente empresas estrangeiras nas suas atividades comerciais em Portugal e Espanha. Somos co-fundadores da CBBL Cross Border Business Law AG, a única rede global de sociedades de advogados de negócios de língua alemã no estrangeiro, que atualmente abrange 60 países nos cinco continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Empresas
- » Private Clients
- » Investimento Estrangeiro
- » Assessoria do Negócio
- » Transações Transfronteiriças
- » Corporate / M&A
- » Imobiliário
- » Direito Fiscal

EQUIPA PRINCIPAL

- » Tânia Pinheiro (Sócia)
- » Fábio Seguro Joaquim (Associado)
- » Luísa Monteiro Carvalho (Associada)

ESCRITÓRIOS

- » Lisboa
- » Madrid
- » Barcelona
- » Palma

Rua Filipe Folque n.º 10 J - 4.º dto. 1050-113 Lisboa

(+351) 210 203 478

lis@mmmm.pt

www.mmmm.pt

Esquível Advogados

Avenida da República, N.º 43 - 2.º Dto. 1050-187 Lisboa

Telef: (+351) 213 845 310

E-mail: geral@esquiveladvogados.com

Site: www.esquivel.com.pt

Espanha & Associados

Rua Castilho, n.º 75,

8.º Dto. 1250-068 Lisboa

Telef: (+351) 213 538 705

E-mail: geral@espanhaassociados.pt

Site: www.espanhaassociados.pt

Estúdio Jurídico Ejaso, H. Pardo,

H. Larramendi y Asoc.

Rua Castilho, 13D - 1.º B,

1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 528 133

E-mail: ejalisboa@ejaso.com

Site: www.ejaso.com

Eversheds Sutherland

Av. Liberdade, 249, 1.º - 1250-143 Lisboa

Telef: (+351) 213 587 500

E-mail: fcb@eversheds-sutherland.net

Site: www.eversheds-sutherland.pt

FALM - Ferreira de Almeida, Luciano Marcos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L

Rua Abranches Ferrão, 10 - 5.º F

1600-001 Lisboa

Telef: (+351) 217 224 200

E-mail: geral@falm.pt

Site: www.falm.pt

Farinho Dias & Ana Cristina Dias

Soc. Advogados

Rua Braamcamp, Nr. 12 - 3.º Dt.

1250-050 Lisboa

Telef: (+351) 213 826 880

E-mail: fd@farinhodias.pt

FB&A

Campo Grande, 28-9.ºA

1700-093 Lisboa

Telef: (+351) 215 866 800

Fax: (+351) 215 866 336

E-mail: geral@fbae.pt

FCM - Ferreira da Conceição, Menezes & Associados, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.

Av. Avenida da República, n.º 44,

2.º Dto. 1050-194 Lisboa, Portugal

Telef: (+351) 21 795 05 55

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

FDR - Pinto Duarte, Côte-real,

Casado Neves & Assoc., R.L

Rua Marquês De Fronteira, N.º 8, 1.º Dto

1070-296 Lisboa

Telef: (+351) 213 710 700

E-mail: fdradvogados@fdr.pt

Site: www.fdr.pt

Fernando Alberto, G.Alves,

Marcos Silva, V.Castro e Assoc.

Largo República Do Brasil, 437 C - 4.º

4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 420 550

E-mail: fagamsvc.assoc@mailtelepac.pt

Fernando Anastácio & Associados -

Soc. Advogados, R.L

Av. Liberdade, 93 - 2.º - Apartado 2235

8200-002 Albufeira

Telef: (+351) 289 586 447

E-mail: advogalgarve@cam-advogados.pt

Site: www.cam-advogados.pt

Fernando Fraga & Associados

Soc. de Advogados

Av. República, 24 - 9.º 1050-192 Lisboa

Telef: (+351) 213 170 830

E-mail: advogados@ffa.pt

Site: www.ffa.pt

Fernando Sobreira

& Associados - Soc. Advogados

Rua Sampaio E Pina, 12 - 4.º Dt.º

1070-249 Lisboa

Telef: (+351) 213 841 220

E-mail: fs@fsadvogados.pt

Ferreira da Conceição,

Menezes & Associados

Av. Da República, 44 - 2.º Dto.

1050-194 Lisboa

Telef: (+351) 217 950 555

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

Filipe Azoia & Associados -

Sociedade de Advogados, SP, RL.

Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1,

Piso 6, Sala 11070-101 Lisboa

Telef: (+351) 211 319 684

E-mail: geral@fa-associados.pt

Site: www.a-associados.pt

Filipe Sequeira & Associados

Soc. Advogados

Av. Arriaga 44b, 5.º, Sala

19000-064 Funchal

Telef: (+351) 291 214 100

E-mail: info@fsadvogados.com

Site: www.fsadvogados.com

Fonseca, Barroso & Vicente

Soc. Advogados, R.L.

Av. De Berna, 24 - 2.º Esq.127/31-5, 302/4

1050-041 Lisboa

Telef: (+351) 217 937 900

E-mail: fbv-lexberna@mail.telepac.pt

Fontes Neves & Associados,

Sociedade Advogados, R.L.

Rua António Augusto De Aguiar

112 - 2.º Esq 6200-050 Covilhã

Telef: (+351) 275 320 710

E-mail: advogados.geral@fontesneves.pt

Site: www.fontesneves.pt

Frederico Bonacho, António Falé

Nobre & Assoc. - Soc. Adv.

Rua Bernardim Ribeiro, 12 A

1150-071 Lisboa

Telef: (+351) 213 590 561

E-mail: geral@bna.pt

Freitas, Giraldez, Leão & Associados -

Soc. Advogados R.L

Rua António Cardoso, 332

4150-079 Porto

Telef: (+351) 226 079 400

E-mail: fgl@fgl.pt | Site: www.fgl.pt

Freitas de Carvalho Advogados

Largo da República do Brasil, 437C - 2.ºX

4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 095 086

E-mail: info@freitascarvalho.pt

Site: www.freitascarvalho.pt

Gabinete de Advogados J.C. Rufino

Ribeiro & Associados, SPA, R.L

Rua Barbosa Resende, 16 - 3.º

Apartado 130 2670-901 Loures

Telef: (+351) 219 834 791

E-mail: rufino.gabinete.advogados@gmail.com

Galhardo Vilao, Torres,

Sociedade de Advogados

Rua Castilho, Nr. 13 D - 7.º A

1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 193 930

E-mail: welcome@gvt.pt

Site: www.gvt.pt

Galvão & Sacôto Associados -

Soc. Advogados, R.L.

Av. Infante Santo, 23 - 8.º B

1350-177 Lisboa

Telef: (+351) 213 965 818

E-mail: gsadvoga@netcabo.pt

Site: www.galvaosacotoassociados.pt



Somos uma Sociedade de Advogados dinâmica, com uma equipa capaz e motivada e com um compromisso diário de rigor e profissionalismo, na procura das melhores soluções jurídicas. Conheça a NFS Advogados.

Ano da Constituição: 2021

Nº de Sócios: 2

Nº Total de Advogados: 9

Nº de Advog. Estagiários: 2

Outros Colaboradores: 3

NOME DOS SÓCIOS

Nuno Fonseca Alves | Fabiana Azevedo

IDIOMAS

Espanhol | Inglês

PARCERIAS

- » AEA (International Lawyers Network)
- » C/NED (Conselho Nacional de Estudantes de Direito)

- » IURIS FDUP Junior
- » AEDUM
- » Instituto Politécnico de Bragança

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Imigração e Nacionalidade
- » Recuperação de Créditos
- » Direito Societário
- » Direito da Família e Sucessões
- » Direito dos Seguros
- » Direito Imobiliário
- » Direito do Trabalho
- » Insolvências
- » Direito da Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Proteção de Dados

📍 Largo da Paz, nº 41, 4050-460 Porto

☎ (+351) 220 161 680

✉ geral@nfs-advogados.com

🌐 www.nfs-advogados.com

Gama Glória

Rua Alexandre Herculano, 38 – 4º
1250-011 Lisboa

Telef: (+351) 211 390 139

E-mail: gamagloria@gamagloria.com

Site: www.gamagloria.com

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados

Avenida General Humberto Delgado, 181
4800-158 Guimarães

Telef: (+351) 253 421 600

E-mail: geral@gamalobomelo.com

Site: www.gamalobomelo.com

Gameiro e Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Beloura Office Park, Edif. 2 Esqr. 2, Qta
Beloura 2710-694 Sintra

Telef: (+351) 219 246 755

E-mail: smgggameiroassociados@lexactual.com

Site: www.gameiroassociados.com

Garrigues

Av. Da República, 25 - 1.º Andar
1050-186 Lisboa

Telef: (+351) 213 821 200

E-mail: portugal@garrigues.com

Site: www.garrigues.com/pt

GCCA – Guimarães, Correia, Cardoso & Associados – Soc. Adv., R.L.

Rua Marquês Da Fronteira 8,
2º - E 1070-296 Lisboa

Telef: (+351) 213 715 370

E-mail: geral@gcca.pt

GDP – Advogados Associados

Av. 5 De Outubro, Nr. 176 - 5º Esq.
1050-063 Lisboa

Telef: (+351) 217 931 143

E-mail: mail@gdpalegal.com

Site: www.gdpalegal.com

George Advogados

Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar
1050-059 Lisboa

Telef: (+351) 215 832 292

(+351) 217 930 876

E-mail: lisboa@georgeadvogados.com

Site: https://lei-network.com/

Gil Figueira & Devillet Lima – Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Rodrigues Sampaio, 97 – 4º Andar
1150-279 Lisboa

Telef: (+351) 210 997 356 / 210 200 076

E-mail: hello@gfdl.legal

Site: www.gfdl.legal

Gil Moreira Santos, Caldeira, Cernadas & Associados – Soc. Advogados R.L.

Rua 5 De Outubro, 446 - 466
4100 - 173 Porto

Telef: (+351) 226 076 020

E-mail: geral@gmscc.pt

Site: www.gmscc.pt

Gómez – Acebo & Pombo

Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º
1050-083 Lisboa

Telef: (+351) 213 408 600 |

E-mail: advogados.lisboa@ga-p.com

Site: www.ga-p.com

Gonçalo Leite Campos & Associados

Rua Garret, 12, 1º Esq. 1220-204 Lisboa

Telef: (+351) 213 460 054

E-mail: geral@glc.pt | Site: www.glc.pt

Gonçalves Lopes & Associados

Soc. de Advogados, R.L.

Rua Professor Correia De Araújo,
593, Pct. Privada, Ent. 3, Salas 1/2
1050-047 Lisboa

Telef: (+351) 225 020 635

E-mail: l.goncalves@mail.telepac.pt

Leading you to higher levels.

paxlegal

A PaxLegal é uma boutique de advogados, reconhecida pela sua profunda experiência em Imigração, Imobiliário, Investimento Estrangeiro, Corporate, Família e Sucessões.

Fundada em 2021, a PaxLegal rapidamente se tornou proeminente, ganhando reputação excepcional por prestar serviços jurídicos personalizados e orientados para os resultados.

A PaxLegal dedica-se a compreender as necessidades únicas dos clientes e a preparar estratégias jurídicas feitas à medida.

Com uma abordagem centrada no cliente, a PaxLegal combina a capacidade jurídica com o compromisso de promover relações duradouras com os seus clientes.

A PaxLegal destaca-se pelo seu historial de sucesso, utilização inovadora da tecnologia e envolvimento ativo em iniciativas comunitárias.

Em Portugal, representamos a D&A –

Immigration Attorneys, uma sociedade especializada em Imigração, baseada nos Estados Unidos, com representação em 30 Países.

ESTRUTURA

- » Sócios: 2
- » Advogados: 5
- » Consultores: 2
- » Solicitador: 1
- » Assistentes Legais: 2

RESPONSÁVEIS

- » António Patrício
- » Barbara Pestana

☎ 213850046

📍 Rua Joshua Benoliel, 6, 8-A
1250-133 Lisboa

✉ paxlegal@paxlegal.pt

Patrício, Pestana e Associados – Sociedade de Advogados SP RL

GPA Advogados – Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados

Edifício Amoreiras Square
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto

Nº 17 – 3º B 1070-313 Lisboa

Telef: (+351) 213 121 550

E-mail: gpa@gpasa.pt

Site: www.gpasa.pt

Graça, Gonçalves & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Tenente Valadim,

nº 7-A 2750-502 Cascais

Telef: (+351) 214 831 770

E-mail: mail@ggadogados.pt

Site: www.ggadogados.pt

Guedes, Cruz Gonçalves & Associados – Soc. Adv., R.L.

Av. Almirante Reis, 94-D-Rch E 1º Dtrº
1150-022 Lisboa

Telef: (+351) 218 163 110

E-mail: geral@gcg.pt

Hellmuth Diniz & P. R.

Madeira Soc. Advogados
Rua Visconde De Seabra, 22 - 8º
1700-270 Lisboa

Telef: (+351) 217 956 900

E-mail: p.r.madeira@hdprrm-socadvpt

Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados

Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Miguel Bombarda, Nr. 35
1050-161 Lisboa

Telef: (+351) 213 169 500

E-mail: geral@haaag.pt

Site: www.haaag.pt

Horácio Lages & Carlos Lages

Avenida da Liberdade Nr. 706, 2º andar
4710-249 Braga

Telef: (+351) 253 267 474

E-mail: carloslages.braga@sociedadeadvogados.mail.pt

Site: www.hcladvogados.com

Ilime Portela & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Columano Bordalo Pinheiro,
7 - 6º Esq. 1070-060 Lisboa

Telef: (+351) 217 263 386

E-mail: www.ilimeportela-advogados-aweb.org

Isabel Duarte & Associados – Soc. Advogados, R.L.

Av. António Augusto De Aguiar,
11 - 4º Esq. 1050-010 Lisboa

Telef: (+351) 213 515 520

E-mail: isabel.duarte@idlei.com

Isabel Seuanes & Associados – Soc. de Advogados, R.L.

Av. Duque D Ávila, 185 - 7º
1050-082 Lisboa

Telef: (+351) geral@isassociados.pt

E-mail: www.isassociados.pt

J+Legal

Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua
Benoliel, 1 – 6ºC 1250-273 Lisboa

Telef: (+351) 218 770 000

E-mail: geral@jlegal.pt

Site: www.jlegal.pt

J. A. Pinto Ribeiro & Associados

Rua Duque de Palmela, 27 - 5º Esq. 1250-097 Lisboa

Telef: (+351) 213 138 800

E-mail: geral@pintoribeiro.com

Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva Associados

Av. Duque de Ávila, nº 141 Ed. OMNI - 4º
Andar Dto., 1050-081 Lisboa

Telef: (+351) 213 564 300

E-mail: jsms@jsms.pt

Site: www.jsms.pt



A Pinto Ribeiro Advogados é uma sociedade de advogados que presta serviços jurídicos abrangentes aos seus clientes, nacionais e estrangeiros, nas mais variadas áreas do Direito e nos setores mais relevantes da atividade económica. Privilegiamos o acompanhamento personalizado dos assuntos dos nossos Clientes e preocupamo-nos em compreender o contexto de cada Cliente. Em Portugal, a prestigiada rede internacional Allinial Global está representada exclusivamente, no âmbito da prestação de serviços jurídicos, pela Pinto Ribeiro Advogados. Esta rede internacional tem atualmente 261 escritórios membros e está presente em 105 países.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Bancário e Financeiro
- » Comercial e Societário
- » Concorrência
- » Contencioso e Arbitragem
- » Família e Sucessões
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Investimento Estrangeiro e Private Clients
- » Laboral e Segurança Social
- » Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- » Propriedade Intelectual
- » Público e Regulatório
- » Desporto

☎ (+351) 213 138 800
 ✉ geral@pintoribeiro.pt
 📍 Rua Duque de Palmela, 27 - 1.º Esq.,
 1250-097 Lisboa
 📍 Rua Gonçalo Cristóvão, 23 - 6.º,
 4000-267 Porto
 🌐 www.pintoribeiro.pt



ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Administrativo
- » Arbitragem
- » Direito Europeu
- » Direito Comercial
- » Contencioso e Recuperação de Créditos
- » Direito Civil
- » Direito da Família e Sucessões
- » Direito Imobiliário
- » Arrendamento
- » Direito Laboral
- » Direito Penal
- » Golden Visa
- » Imigração e Nacionalidade

SÓCIOS

- » João Luís Mota de Campos
- » Pedro Corrêa Martins
- » José Ribeiro e Castro

☎ (+351) 21 384 5220
 (+351) 21 384 5221 Fax
 📍 Av. Luís Bivar, nº 93 - 6.º Esq.,
 1050-143 Lisboa - Portugal
 ✉ geral@pmcm.pt
 🌐 www.pmcm.pt

J. Plácido Santos & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Lg. 5 De Outubro, 9/10 - 1.º Apt. 186
 8401-903 Lagoa
 Telef: (+351) 282 340 250
 E-mail: jpslaw@jpslaw.com.pt
 Site: www.jpsslaw.com.pt

João Marcelo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Av. 1.º De Maio, 12 - 2.º Andar
 6000-086 Castelo Branco
 Telef: (+351) 272 328 566
 E-mail: jma@jma-advogados.com
 Site: www.jma-advogados.com

João Marques & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Pç. Carlos Alberto, 123 - 3.º, Sala 33/34
 4050-293 Porto
 Telef: (+351) 222 052 016
 E-mail: info@jmadv.pt

João Nabais & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Fernando Palha, Nº 26
 1950-131 Lisboa
 Telef: (+351) 218 622 100
 E-mail: advogados@jnabais-advogados.pt
 Site: www.jnabais-advogados.pt

João Norberto da Palma Carlos e Associados - Soc. de Advogados
 Av. 5 De Outubro, 168 1050-062 Lisboa
 Telef: (+351) 213 579 595
 E-mail: palmacarlos@ip.pt

João Pedroso & Associados
 Avenida Fontes Pereira de Melo 30
 1050-122 Lisboa
 Telef: (+351) 213 163 260
 E-mail: geral@pedrosoadv.pt
 Site: www.pedrosoadv.pt

João Pinto Germano & Associados
 Avenida da Liberdade Nº 144, 8.º Dto
 1250-146 Lisboa
 Telef: (+351) 213 406 050
 E-mail: geral@jpg-associados.com
 Site: www.jpg-associados.com

Joaquim C. Santos & Associados - Sociedade de Advogados
 Rua Mestre Roque Gameiro 29, 1.º-E
 2700-577 Amadora
 Telef: (+351) 214 948 080
 E-mail: joaquimcsantos-100341@advogados.oa.pt

Joaquim Petisca & Associados Sociedade de Advogados
 Rua Tierno Galvan Torre 3,4-S 402
 1070-274 Lisboa
 Telef: (+351) 213 844 945
 E-mail: jpa.advogados@netcabo.pt

Jorge Carneiro & Associados - Soc. Advogados
 Rua Eugénio De Castro, 352, 2.º Andar,
 Sala 26 4100-225 Porto
 Telef: (+351) 226 051 330
 E-mail: lawfirm@jcassociados.pt
 Site: www.jcassociados.pt

Jorge Mota, Jorge Monteiro Santos & Associados
 Calçada Marques Abrantes,
 38-3.º-Esqº 1200-719 Lisboa
 Telef: (+351) 213 969 684
 E-mail: jms.socadv@clix.pt

Jorge Pracana e Francisco José Martins & Associados
 Rua Joaquim António De Aguiar,
 Nr. 66 - 3.º Esq. 1070-153 Lisboa
 Telef: (+351) 213 806 210

José Carlos de Oliveira & Associado - Sociedade de Advogados R.L.
 Avenida João XXI 16, 1.º-D
 1000-302 Lisboa
 Telef: (+351) 218 400 316
 E-mail: jco@jcoadvogados.pt

José de Albuquerque & Associados, Soc. Adv. R.L.
 Rua Oliveira Martins 4 - 1.º C
 2845 - 381 Amora
 Telef: (+351) 212 245 323
 E-mail: advogados@josealbuquerque.com
 Site: www.josealbuquerque.com

José M. S. Moniz, Marçal Antunes, Ricardo Brazete e Associados
 Rua Dos Combatentes Da Grande Guerra,
 17 - 1.º 3500-109 Viséu
 Telef: (+351) 232 480 390
 E-mail: geral@jmmarb.com
 Site: www.jmmarb.com

José Macieirinha, Pedro Macieirinha & Associados Soc. Adv. R.L.
 Rua D. Pedro De Castro
 5000-911 Vila Real
 Telef: (+351) 259 371 949
 E-mail: tmacieirinha@jpmadvogados.pt
 Site: www.jmpm-advogados.pt

José Maria Calheiros & Associados, Soc. Adv. R.L.
 Av. António Augusto De Aguiar, 38 -
 6.º Andar 1050-016 Lisboa
 Telef: (+351) 213 152 795
 E-mail: advogados@jmclawyers.com

JPAB - José Pedro Aguiar-Branco & Associados
 Rua de José Falcão, 110 4050-315 Porto
 Telef: (+351) 210 958 100
 E-mail: info@jpab.pt
 Site: www.jpab.pt

José Pimenta & Associados Sociedade de Advogados R.L.
 Avenida 25 Abril Edifício Navegador
 1011, 1.º-F 2750-515 Cascais
 Telef: (+351) 214 848 860
 E-mail: geral@jpsociados.pt

José Saramago & Associados Sociedade de Advogados, RL
 Edifício Euro | Rua Pedro Álvares Cabral,
 24 - 4.º C 2670-391 Infantado, Loures
 Telef: (+351) 219 835 555
 Fax: (+351) 219 835 557
 E-mail: info@jose.saramago.com
 Site: www.jose-saramago.com

José Serrão & Associados - Soc. Adv. R.L.
 Avenida Duque De Loulé, N.º 47º,
 5.º Esq 1050-086 Lisboa
 Telef: (+351) 213 103 320
 E-mail: geral@jsadvogados.com /
 joseserrao@jsadvogados.com
 Site: www.jsadvogados.com

Júlio Corrêa Mendes & Associados
 Av. António José De Almeida, N.º 30 - 2.º
 Andar 1000-044 Lisboa
 Telef: (+351) 217 963 252
 E-mail: advogados@jcorreamendes.pt
 Site: www.jcorreamendes.pt

KENNEDYS
 Avenida Engenheiro Duarte Pacheco
 Amoreiras, torre 1, piso 5, sala 5
 1070-101 Lisboa
 Telef: (+351) 213 243 690
 E-mail: reception.portugal@kennedyslaw.com
 Site: www.kennedyslaw.com

Lamy & Alves - Sociedade de Advogados R.L.
 Rua Do Barranco 75 8400-508
 Carvoeiro Lga
 Telef: (+351) 282 357 276
 E-mail: advogados@lamyalves.net

Leal, Faro, Ramos & Tentugal
Rua Caldas Xavier, n.º38, 5.º Drt.
4150-162 Porto
Telef: (+351) 226 004 851
E-mail: geral@lfrt.pt | **Site:** www.lfrt.pt

Lebre Sá Carvalho & Associados
Soc. Advogados
Rua Julio De Andrade, 2
1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: jlfreitas@lsc.pt

Legalworks (Gomes Da Silva & Associados) Sociedade de Advogados R.L.
Edifício Espaço Chiado,
Rua Da Misericórdia, N.º14, 6.º Andar,
Escritórios 22 E 23 1249-038 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 360
E-mail: geral@legalworks.pt
Site: www.legalworks.pt

Leite, Campos, Soutelinho & Associados
Avenida Casal Ribeiro,
Nr. 14 - 9.º 1000-092 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 060
E-mail: geral@lcsgr.com
Site: www.leitecamposoutelinho.com

LeggitTeam, S.L.P. – Sucursal em Portugal
Av. António Augusto de Aguiar,
n.º 90 - 2.º 1050-018 Lisboa
Telef: (+351) 211 341 469
E-mail: geralpt@leggitteam.com
Site: www.leggitteam.com

LGP - Soc. Advogados R.L.
Rua Pinheiro Chagas, 17 - 2.º
1050-174 Lisboa
Telef: (+351) 213 182 700
E-mail: info@lgp.pt | **Site:** www.lgp.pt

LINKLATERS LLP
Avenida Fontes Pereira De Melo 14 - 15.º
1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 218 640 063
E-mail: lucia.ferreira@linklaters.com
Site: www.linklaters.com

Lipari Garcia & Associados
Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Da República 56, 7.º-E
1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 962 151
E-mail: geral@liparigarcia.pt

LJ & Associados – Soc. Adv. R.L.
Rua Manuel Tiago, Nr. 83- R/C
2870-353 Montijo
Telef: (+351) 212 309 570
E-mail: geral@lj-advogados.pt

Lobo, Vasques & Associados –
Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo Vitorino Damásio, 4 – 1.º
Santos-o-Velho 1200-872 Lisboa
Telef: (+351) 213971 314
E-mail: info@lobovasques.com
Site: www.lobovasques.com

Lopes Barata & Associados
Sociedade de Advogados R.L.
Rua Poeta Bocage 2, 2.º D
1600 - 233 Lisboa
Telef: (+351) 213 555 651
E-mail: geralb@netcabo.pt
Site: www.lopesbarata.com

Lopes Cardoso & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Júlio Dinis 247,4.º E/9
4051-401 Porto
Telef: (+351) 226 099 448
E-mail: lca@lopes-cardoso.pt
Site: www.lopes-cardoso.pt

Lopes Dias & Associados
Soc. Advogados R.L.
Av.24 De Julho N.º 60 2.º Esq
1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 920 290
E-mail: lopesdias@ld-lawfirm.com
Site: www.ld-lawfirm.com

Luís Barros Figueiredo, Sofia Louro & Associados Soc. Advogados
Av. António Augusto De Aguiar,
165, R/C Esq 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 310
E-mail: law@law.com.pt
Site: www.law.com.pt

Luís Filipe Chaveiro & Associados
Av. Duque D' Ávila, 185, 1.º
1050-082 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 550
E-mail: lfchaveiro@lfc-associados.com

Luís Laureano Santos & Associados,
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira De Melo, 19 - 3.º
1050-116 Lisboa
Telef: (+351) 213 592 500
E-mail: geral@lsc.pt | **Site:** www.lsc.pt

Luís Loureiro, João Gomes & Associados-Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Doutor António José Almeida
23,4.º-D 3510-046 Viseu
Telef: (+351) 232 431 368
E-mail: geral.ljg.adv@mail.telepac.pt

Luis S. Rodrigues & Associados,
Sociedade de Advogados, R.L.
Campo Grande, 28 - 6.º A
1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 969 712
E-mail: lsr-lisboa@pratica-legal.com
Site: www.lsrassociados.com

Lumbrales & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Camilo Castelo Branco, Nr. 23 - 4.º,
1150-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 870
E-mail: geral@lumbrales-associados.eu
Site: www.lumbrales-associados.eu

M. Rodrigues & Associados
Avenida 5 de Outubro, Nr. 53, 5.º andar
1050-048 Lisboa
Telef: (+351) 213 546 599
E-mail: geral@mrodriguesassociados.pt
Site: www.mrodriguesassociados.pt

Macedo Vitorino & Associados
Sociedade de Advogados
Rua Do Alecrim, 26 E 1200-018 Lisboa
Telef: (+351) 213 241 900
E-mail: mva@macedovitorino.com
Site: www.macedovitorino.com

Machado Ruivo & Associados
Sociedade de Advogados
Rua Camilo Castelo Branco 122, 1.º
4760-127 Vila Nova De Famalicão
Telef: (+351) 252 322 402
E-mail: mruivoassociados@mail.telepac.pt

Magalhães Pereira e Associados,
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. António Augusto de Aguiar, n.º 19,
1.º dt.º 1050-012 LISBOA
Telef: + 351 213 875 141
Email: geral@mpassociados.pt
Site: www.mpassociados.pt

Maltez, Amaro & Associados
Sociedade de Advogados R.L.
Av. Conde Valbom. Nr.1, Escr. B
1050-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 313
E-mail: mman-law@mman-law.com

MANO & RODRIGUES –
Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Mota-Galiza Rua Júlio Dinis,
247 - 5.º E 4 4050-324 Porto – Portugal
Telef: (+351) 22 606 99 13
Email: geral@mradvogados.com
Site: www.mradvogados.com

Manuel Guerra Pinheiro,
Paulo Reis & Associados Sociedade
de Advogados, R.L.
Rua Latino Coelho, N.º1, 6.º Andar,
Edf. Hi-Fly 1050-132 Lisboa
Telef: (+351) 210 010 640
E-mail: lisboa@g-advogados.com
Site: www.g-advogados.com

Manuel José Guerreiro & Associados
Rua Comendador António Hipólito 6.º B
2560-134 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 327 320 / 261 327 325
E-mail: soc.advogados@mjguerreiro.pt
Site: www.mjguerreiro.pt

Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados Sociedade de Advogados
Rua João Machado 100,5.º-S 505
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 851 950
E-mail: geral@mrpmadv.pt

Maria Ferreira, Fernandes Ferreira
Alameda da Quinta de Santo António,
N.º 13F 1600-675 Lisboa
Telef: (+351) 213 551 811
E-mail: geral@mffpt

Marques Bom & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Duque De Loulé, 5 - 6.º 1050-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 504 510/1
E-mail: geral@marquesbom.com
Site: www.marquesbom.com

Martins Alfaro, Rui Teixeira & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. República, N.º 44, 7.º Esq
1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 803 010
E-mail: geral@lisbonlegal.com
Site: www.lisbonlegal.com

Matos Ferreira & Associados
Sociedade De Advogados
Rua Do Conde De Redondo, N.º 8,
4.º Dto 1150-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 190
E-mail: pedromf@lisulusiada.pt

MC&A - Sociedade
De Advogados, R.L.
Avenida Da Liberdade, 262 – 4.º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 569 930
E-mail: vmc@legalmca.com
Site: www.legalmca.com

MCJ Advogados
Largo De Jesus, N.º 1-B 2900-499 Setúbal
Telef: (+351) 265 530 260
E-mail: mcj@mcjadvogados.com.pt
Site: www.mcjadvogados.com.pt

Mendes Ferreira & Associados
Soc. Advogados R.L.
Av. Da Boavista, 3477 - 3521-S.
308-309 Edifício Avis 4100-139 Porto
Telef: (+351) 226 098 915
E-mail: info@mendesferreira.com
Site: www.mflaw.eu

Messias Carvalho, Sónia de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, N.º 235, 6.º-Esq.
Edifício Scala 4050-626 Porto
Telef: (+351) 226 076 070
E-mail: geral@mcsc.pt
Site: www.mcsc.pt

MGRA & Associados, R.L.
Avenida Praia Da Vitória, N.º 48,
3.º Andar Dt.º 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 595 090
E-mail: mgra@mgra.pt
Site: www.mgra.eu

Miguel Veiga, Neiva Santos & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Picaria 75 4050-478 Porto
Telef: (+351) 220 113 000
E-mail: mail@mvassoc.pt

Miranda & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL
Lisboa: Av. Engenheiro
Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 814 800
(+351) 217 814 802
Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4.º andar
4050-322 Porto
Telef: (+351) 220 439 500
(+351) 220 439 501
Site: www.mirandalawfirm.com

MLA - Maricato, Lima & Associados -
Sociedade de Advogados, R.L.
Rua das Picoas, 12 - 2.º andar
1050-173 Lisboa
Telef: (+351) 219 364 200
E-mail: mla@mla.pt
Site: www.mla.pt

MLJ - Sociedade e Advogados R.L.
Avenida Visconde Valmor N.º 41 - 2.º
Esq.1050-237 Lisboa
Telef: (+351) 217 800 280/1
E-mail: mfreitas@mlj-advogados.com /
Ineves@mlj-advogados.com
Site: www.mlj-advogados.com

Monforte Calheiros & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida Sidónio Pais 24, 5.º- Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 450
E-mail: mc@mc-law.com.pt

Monereo Meyer Advogados
Rua Filipe Folque n.º 10 J – 4.º dto.
1050 -113 Lisboa
Telef: + 351 210 203 478
E-mail: lis@mmmm.pt
Site: www.mmmm.pt

Montalvão Martins & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida Da República 64, 8.º
1050-197 Lisboa
Telef: (+351) 217 827 120
E-mail: montalvaassociados@gmail.com

Monteiro Gomes Advogados
Edifício Aviz
Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 35 – 6.º D –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 139 010
E-mail: geral@mgadvogados.pt
Site: www.mgadvogados.pt

Monterroso & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida General Pedro Cardoso
Nr. 1 Apartado 726
2504-917 Caldas Da Rainha
Telef: (+351) 262 249 030
E-mail: geral@madv.pt
Site: www.madv.pt

Morais Leitão, Galvão Telles,
Soares da Silva & Assoc., R.L.
Rua Castilho, 165 1070-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 817 400
E-mail: mlgtslisboa@mlgtsp.pt
Site: www.mlgtsp.pt

MORE than lawyers

Rua Castilho, 57, R/C Direito
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 150
E-mail: teresa@more.pt
Site: www.more.pt

**Mota Pereira & Associados
Sociedade De Advogados RL**

Avenida Guerra Junqueiro 3,2º-E
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 453 500
E-mail: advogados@motapereira.pt
Site: www.motapereira.pt

**MPABS - Menéres Pimentel,
Ataide Bailão, Sevivas & Associados
Soc. Adv. R.L.**

Av. Guerra Junqueiro, 5 2º Dto
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 437 460
E-mail: mpabs@mpabs.pt
Site: www.mpabs.pt

MRA - Miguel Reis & Associados

Sociedade de Advogados RL
Rua Marquês de Fronteira 76-5º,
1070-299 Lisboa
Telef: (+351) 213 852 138
E-mail: info@lawrei.com
Site: www.lawrei.com/pt

**MSP ADVOGADOS - Matias Serra,
Ferreira da Silva, Paulo Duarte, Sofia
Pena, José Pedro Sousa**

Praça Pedro Nunes, 94 4050-466 Porto
Telef: (+351) 226 091 116
E-mail: mslawfirms@gmail.com
Site: www.mspsadvogados.org

N. Maldonado Sousa & Associados

Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Sidónio Pais, 16 2º. Esq.
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 760
E-mail: info@nmsadvogados.pt
Site: www.nmsadvogados.pt

Nascimento Catarino & Associados

Soc. Advogados, R.L.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras,
Torre 2, Piso 14.º - E 1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 213 869 300
E-mail: info@ncadvogados.com
Site: www.ncadvogados.com

Neto Mesquita E Associados

Sociedade De Advogados
Rua Marquês Fronteira 4-C, 3º-E
1070-295 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 900
E-mail: geral.nmadvogados@netcabo.pt

Neves Lima & Associados

Soc. Advogados, R.L.
Av. Marquês De Tomar, 44-3º
1050-156 Lisboa
Telef: (+351) 213 849 070
E-mail: geral@neveslima.com
Site: www.neveslima.com

Neville De Rougemont & Associados -

Soc. Advogados R.L.
Av. Casal Ribeiro, Nr. 50, 6º Andar
1000-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 191 290
E-mail: info@ndr.pt
Site: www.nevillederougemont.com

Nicolina Cabrita & Associados

Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira Melo
Bloco A1-35, 18º-D 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 217 811 100
E-mail: ncacs.socadv@netcabo.pt
Site: www.ncacs.pt/pt

Nobre Guedes, Mota Soares

**& Associados Sociedade
de Advogados, RL.**
Rua Braamcamp, 90, 3º
1250-052 Lisboa
Telef: (+351) 210 900 300
E-mail: noadlis@ngms.pt | **Site:** www.
ngms.pt

Noronha Advogados

Av. António Augusto Aguiar, 148 -4ºc/5ºc
1050-021 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 178
E-mail: noadlis@noronhaadvogados.
com.br
Site: www.noronhaadvogados.com.br

Nova Advogados

Av. General Humberto Delgado, 20-1º
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 774 461
E-mail: nova@novalegal.pt
Site: www.novalegal.pt

Nuno Fonseca Alves,

**Fabiana Azevedo & Associados -
Sociedade de Advogados, SP, RL**
Largo da Paz, 41, 4050-460 Porto
Telef: (+351) 222440820
Email: geral@nfs-advogados.com
Site: www.nfs-advogados.com

Kore Partners

Rua Garrett, 19-2ºC 1200-203 Lisboa
Telef: (+351) 215 849 530
E-mail: kore@korepartners.com
Site: www.korepartners.com

PACC.V - Mendes Pinto, Cunha

**Araújo, Borges De Carvalho,
Calçada, Vareiro & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.**
Rua Braamcamp, N.º 6, 1.º Esq.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 802 620
E-mail: geral@paccv.com
Site: www.paccv.com

Pacheco De Amorim,

**Miranda Blom & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.**
Avenida Dr. Antunes Guimarães, Nr. 628
4100-075 Porto
Telef: (+351) 225 323 890
E-mail: sede@pa-advogados.pt
Site: www.pa-advogados.pt

Pancada Fonseca, Costa Oliveira

& Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Defensores De Chaves, N.º69, R/C Esq.
1000-114 Lisboa
Telef: (+351) 217 815 370/8
E-mail: fcostaoliveira@netcabo.pt
Site: www.pfco.pt

Pares Advogados

Rua Alexandre Herculano, N.º23, 2º
1250-008 Lisboa
Telef: (+351) 210 936 404
E-mail: geral@paresadvogados.com
Site: www.paresadvogados.com

Paula Esteves Escritório de Advogados

Eua Camilo Castelo Branco, 30a
8200-276 Albufeira
Telef: (+351) 218 472 106
E-mail: pe@peadvogados.pt
Site: www.peadvogados.pt

Paulo De Almeida & Associados

Av. Da Republica N.º 14 - 6º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 700
E-mail: advogados@paasa.pt
Site: www.paulodealmeida.com

Paulo Silva & Associados

Rua Ramiro Ferrão, Nr. 13C
2805-356 Almada
Telef: (+351) 212 729 380
E-mail: psa@psa.pt | **Site:** www.psa.pt

PaxLegal - Patrício, Pestana

**& Associados - Sociedade de
Advogados, SP, RL**
Rua Joshua Benoliel, 6, 8-A 1250-133 Lisboa
Telef: 213850046
E-mail: paxlegal@paxlegal.pt

pbbr.a - Sociedade de Advogados, RL

Avenida da Liberdade, 110-6,
1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 264 747
E-mail: geral@pbbr.pt | **Site:** www.pbbr.pt

Pedro Soares, Ana Mafalda Matos

& Associados - Soc. Advogados
Avenida República 679, 4º-S 44-46
4450-242 Matosinhos
Telef: (+351) 229 373 165
E-mail: pedro.soares@
pedrosoareseassociados.com
Site: www.pedrosoareseassociados.com

Pereira da Cruz & Associados

Sociedade de Advogados
Lisboa: Rua Victor Cordon, n.º 14
1200-484 Lisboa
Telef: (+351) 213 244 644
E-mail: info@pca-advogados.pt
Porto: Edifício Hoechst
Av. Sidónio Pais, 379 Sala 1.14 – Piso 1
4100-468 Boavista Porto
E-mail: porto@pca-advogados.pt
Site: www.pca-advogados.pt

Pereira de Almeida & Associados

Av. António Augusto de Aguiar, n.º21 –
5ºDtº 1050 - 012 Lisboa
Telef: (+351) 218 452 460
E-mail: geral@aapa-law.com
Site: www.aapa-law.com

Pereira Fernandes & Associados

Sociedade de Advogados
Avenida António De Serpa, 34, 8º C/D
1050-027 Lisboa
Telef: (+351) 217 996 180
E-mail: info@pfadvogados.com
Site: www.pfadvogados.com

Pereira Pinto & Associados

Avenida das Descobertas, Nr. 15, 1.º D,
Infantado 2670-383 Loures
Telef: (+351) 219 822 073
E-mail: geral@pereinapinto.pt
Site: www.pereinapinto.pt

Pinheiro Torres, Cabral,

Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09 4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | **Site:** www.ptcs.pt

Pinheiro Torres, Cabral,

Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09
4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | **Site:** www.ptcs.pt

Pinto Ribeiro Advogados

Rua Duque de Palmela, 27-1ºEsq
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.pt
Site: www.pintoribeiro.pt

PJM Advogados

Alameda da Guia Edifício Oceano,
n.º 124-A 2750-368
Cascais – Lisboa – Portugal
GPS: 38°41'54.7"N 9°26'21.2"W
E-mail: geral@pjmadvogados.com
Telefone: (+351) 915 276 878
Site: www.pjmadvogados.com

PLA – Francisco Preto,

Lia Araújo & Associados
Edifício Sotto Mayor, 1.º E 2.º,
Largo Do Arrabalde 5400-093 Chaves
Telef: (+351) 276 340 680
E-mail: geral@pla-advogados.com
Site: www.pla-advogados.com

PLEN – Deus Pinheiro,

**Ferreira de Lemos, Pita Negrão
Sociedade de Advogados, R.L.**
Rua Castilho, Nr. 59, 4º Dto
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 580
E-mail: plen@plen.pt
Site: www.plen.pt

PLMJ – Sociedade de Advogados, RL

Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 43
1050-119 Lisboa
Telef: (+351) 213 19 73 00
Site: www.plmj.com
Porto: Porto Office Park Av. de Sidónio
Pais, 153 4100-467 Porto, Portugal
Faro: R. Reitor Teixeira Guedes, 11A
8000-422 Faro, Portugal

PMBGR – Trocado Perry

**Durães Rocha & Associados
Soc. de Advogados R.L.**
Av. Conselheiro Fernando De Sousa,
N.º 19 – 18º 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 300
E-mail: pmbgr@pmbgr.pt
Site: www.pmbgr.pt

PMC | José Pujol, Luís Marçal,

Jorge Calisto & Associados
Av. António Augusto Aguiar, Nr. 11 - 1ºE
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 178 690
E-mail: geral@pmc-advogados.pt
Site: www.pmc-advogados.pt

PMCG –Sociedade

De Advogados, Sp, R.L.
Avenida da Liberdade n.º 258, 9
1250 -149 Lisboa
Telef: (+351) 210 937 042
Fax: (+351) 211 956 491
E-mail: geral@pmcgp.pt
Site: www.pmcgp.pt

PMCM - Advogados

Rua Castilho, 44, 3º Andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 220
Fax: (+351) 213 845 221
E-mail: geral.lisboa@aport.pt
Site: www.pmcgm.pt

PRA – Raposo, Sá

Miranda & Associados
Rua Rodrigo da Fonseca, Nr. 82, 1.º Dt.º,
2.º Esq.º, 2.º Dt.º e 4º Dt.º 1250-193 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 940
E-mail: lisboa@pra.pt | **Site:** www.pra.pt

Quintas Jardim Fernandes

**& Associados - Sociedade
de Advogados**
Rua Ferreiros 260 9000-082 Funchal
Telef: (+351) 291 224 707
E-mail: qjfgeral@qjfgal.com
Site: www.qjfgal.com

Ramirez & Advogados R.L.

Av. 5 De Outubro N.º 12 - 3º Dtº
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 542 275
E-mail: geral@ramirez-advogados.pt
Site: www.ramirez-advogados.pt

Raposo Bernardo & Associados

Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 18º –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 330
E-mail: lisboa@raposobernardo.com
Site: www.raposobernardo.com

RCA – Colmonero & Associados Soc. Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro, Nr.10 4º Esq.
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 380
E-mail: rca@colmonero.com
Site: www.colmonero.com

Regal, Varela, Ramos & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Fontes Pereira De Melo, 35, 1ºB
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 510
E-mail: geral@rvr.pt
Site: www.rvr.pt

RFF & Associados
Praça Marquês de Pombal nº16 5º/6º
1250-163 Lisboa
Telef: (+351) 215 915 220
E-mail: contacto@rffadvogados.pt
Site: www.rffadvogados.com

Rodl & Partner
Rua João Chagas, 10 B Dtº
1500-493Lisboa
Telef: (+351) 212 472 688
Site: www.roedl.com

Rodrigues Alves & Associados – Sociedade de Advogados
Avenida António Augusto Aguiar, 11-R/C-E
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 210
E-mail: geral@rodriguesalvesadvogados.pt
Site: rodriguesalvesadvogados.pai.pt

Rogério Alves & Associados
Av. Álvares Cabral, 61 - 4º E 5º
1250-017 Lisboa
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: geral@raassociados.pt
Site: www.raassociados.pt

Roldão Mendonça, Teresa Jorge & Associados – Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Almada Guerra, Nº 28 E 30
Portela De Sintra 2710-417 Sintra
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: advogados@rmtja.com
Site: www.advogados-rmtja.com

Roseira & Pereira Sociedade de advogados r.l.
Rua Álvares Cabral 235 4050-041 Porto
Telef: (+351) 223 390 106
E-mail: roseira.pereira@mail.telepac.pt

RPP Advogados
Rua Visconde de Seabra, 3 – 1ºDtº
1700-421 Lisboa
Telef: (+351) 217 653 860
Fax: (+351) 217 653 869
E-mail: rrp.lisboa@rrp.pt
Site: www.rpp.pt

RSA – Raposo Subtil e Associados
Rua Bernardo Lima, Nº 3 1150-074 Lisboa
Telef: (+351) 213 566 400
E-mail: geral@rsa-lp.com
Site: www.rsa-advogados.pt

RSN – Remelgado Silva Nogueira & Associados
Av. Dr. Antunes Guimarães, 423
4100-080 Porto
Telef: 222 089 491
E-mail: adm@rsnadvogados.com
Site: www.rsnadvogados.com

Rui Pinto Duarte & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Castilho, 14-C, 5.º
1250-069 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 460
E-mail: geral@rpdadvogados.pt
Site: www.rpdadvogados.pt

Sampaio, Peres & Associados
Avenida Elias Garcia 20,7º
1000-149 Lisboa
Telef: (+351) 217 970 014
E-mail: osa-58431@adv.ao.pt

Saraiva Lima & Associados
Avenida António Augusto de Aguiar,
nº 15 – 1º Direito 1050-012 Lisboa
Telef: 213 110 790
Site: www.saraivalima.com

Saragoça da Matta & Silveiro de Barros – Soc. Advogados
Rua Carlos Testa Nº 1 - 5 B
1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 680
E-mail: info@smsb.pt
Site: www.smsb.pt

Seabra, Cunha, Marta & Associados
R. Marquês De Fronteira, 117- 3º Esq.
1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 840
E-mail: advogados@sgfc-law.pt
Site: www.sgfc-law.pt

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Garrett, 64- 1200-204 Lisboa
Telef: 210933000
E-mail: servulo@servulo.com
Site: www.servulo.com

Silva e Sousa & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Praia Da Vitória 48 - 3º Esq
1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 740
E-mail: secretariado@iberjuris.com
Site: www.iberjuris.com

Simões Correia Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Rodrigo Da Fonseca, 178, 1º Dto.
1070-243 Lisboa
Telef: (+351) 213 713 220
E-mail: geral@simoescorreiaassociados.pt
Site: www.simoescorreiaassociados.pt

SLCM/Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua General Firmino Miguel, Nº3, Torre 2
10º B | 1600-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 234 000
E-mail: slcm@slcm.pt | **Site:** www.slcm.pt

Sottomayor & Associados
Rua Do Nogueiral, 9 2350-724 Torres Novas
Telef: (+351) 249 812 667
E-mail: geral@sottomayorassociados.com / sottomayorassociados@gmail.com
Site: www.sottomayorassociados.com

Sousa Guedes, Oliveira Couto & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Ricardo Severo, 132 4050-515 Porto
Telef: (+351) 225 430 230
E-mail: sgoc@sgoc.pt | **Site:** www.sgoc.pt

Sousa Machado, Ferreira da Costa & Associados – Soc. de Advogados R.L.
Rua Castilho Nr. 5 - 4º 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 210 924 800
E-mail: mail@smfcnet.com
Site: www.smfc.pt

SPS Advogados – Sociedade de Advogados
Rua General Firmino Miguel, n.º 5 – 1º
1600-100 Lisboa
Telef: (351) 217 803 640
E-mail: info@spsadvogados.com
Site: www.spsadvogados.com

SRS Advogados
R. Dom Francisco Manuel de Melo 21
1070-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 132 000
E-mail: geral.portugal@srslegal.pt
Site: www.srslegal.pt

Sternberg Galamba & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Nv Trindade 1,5º-Porta S
1200-301 Lisboa
Telef: (+351) 213 219 900
E-mail: sga.advogados@stga.pt

Tavares de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Tierno Galvan (Amoreiras)
Torre 3, 17º Piso 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 825 820
E-mail: tca@tc-advogados.pt

Teresa Patrício & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Almirante Gago Coutinho, 96
1700-031 Lisboa
Telef: (+351) 217 981 030
E-mail: info@tpalaw.pt
Site: www.tpalaw.com

Telles de Abreu Advogados
Rua da Restauração, 348 4050-501 Porto
Telef: (+351) 220 308 800
E-mail: geral@telles.pt
Site: www.telles.pt

TFRA – Sociedade de Advogados
Av. da República, 32 - 4.º Esq.
1050-193 Lisboa
Telef: 217 815 660
E-mail: lawfirm@tfra.pt | **Site:** www.tfra.pt

TLCB Advogados – Amorim Teixeira, Couto, Borges & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, 235, 4º Andar , Sala 404
4050-626 Porto
Telef: (+351) 222 085 316
E-mail: geral@tlcb.pt | **Site:** www.tlcb.pt

TMA – Tenreiro Martins, Tomás & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Da Liberdade Nr. 9, 5º 1250-139 Lisboa
1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 217 615 510
E-mail: tma@tma-advogados.pt
Site: www.tma-advogados.pt

Uriá Menéndez, Proença de Carvalho
Edifício Rodrigo Uriá – Praça Marquês
de Pombal, n.º 12, 1250-162 Lisboa
Telef: (+351) 210 308 600
E-mail: lisboa@uria.com
Site: www.uria.com

Vasconcelos, Arruda & Associados – Sociedade de Advogados. R.L.
Rua Joshua Benoliel, 6 – 7º A
1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 218 299 340
E-mail: geral@vaaassociados.com
Site: www.vaaassociados.com

Vaz Serra & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Av. Sidónio Pais 16 - 5º Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 840 086
E-mail: lawyers@vsa-law.net
Site: www.vsa-law.net

Vieira de Almeida & Associados
Rua Dom Luís I, 28 1200-151 Lisboa
Telef: (+351) 213 113 400
E-mail: lisboa@vda.pt | **Site:** www.vda.pt

Vespasiano Macedo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Do Raio, 301 4710-923 Braga
Telef: (+351) 253 203 550
E-mail: vm-advogados@vm-advogados.pt
Site: www.vm-advogados.pt

Victor Marques e Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Actor Taborada, Nº 27 – 4º Dto
1000-007 Lisboa
Telef: (+351) 213 521 545
E-mail: geral@vm-advogados.com
Site: www.vm-advogados.com

Vieira Advogados
Rua de Janes, 20, 1º andar, sala 101
4700-318 Braga
Telef: (+351) 253 995 296
E-mail: braga@vieiralawfirm.eu
Site: www.vieiralawfirm.eu

Vieira Conde & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Arnado, Business Center – Piso 1,
Sala 7, Rua João De Ruão, Nr. 12
3000-229 Coimbra
Telef: (+351) 239 854 610
E-mail: geral@vc-advogados.pt
Site: www.vc-advogados.pt

Vieira Fonseca & Associados
Praça Do Príncipe Real,28, 3ª Andar
1250-184 Lisboa
Telef: (+351) 218 429 920
E-mail: master@vfvadvogados.pt
Site: www.vieirafonseca.pt

Vieira, Costa Gomes Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Miguel Bombarda, Nº 36 – 5º B
Edifício Presidente 1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 217 810 910
E-mail: geral@vieiracostagomes.pt
Site: www.vieiracostagomes.pt

Villalobos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 412
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 813 170
E-mail: va@villalobosadv.com

VPA – Venture Partners Advogados
Rua Projectada à Matinha, Prédio A, 1ºB
1950-327 Lisboa
Telef: (+351) 211 387 417
E-mail: mail@vpa.pt | **Site:** www.vpa.pt

VPSM & Associados
Av. Da República, Nº6 - 4º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 588 710
E-mail: geral@vpsm.eu | **Site:** www.vpsm.eu

HALX Advogados
Rua João Penha 10 r/c 1250-131 Lisboa
Telef: + 351 213 869 333
E-mail: halx@halx-advogados.com
Site: halx@halx-advogados.com

Yolanda Busse, Oehen Mendes & Associados . Soc. Adv. R.L.
Av. Dr. Antunes Guimarães, 700
4100-075 Porto
Telef: (+351) 226 100 001
E-mail: ybom@netcabo.pt
Site: www.ybom.eu

Esta é uma listagem representativa das sociedades e dos escritórios de advogados disponíveis no mercado português, elaborada com base na recolha de informação feita pelo Jornal Económico.



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
NEXT
FORMAÇÃO AVANÇADA EM DIREITO

2023-2024

PÓS-GRADUAÇÕES 	CONTENCIOSO CONTRATUAL, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO	CORPORATE FINANCE, RESTRUCTURING & LITIGATION
DIREITO ADUANEIRO EUROPEU	DIREITO DA ENERGIA	DIREITO DA SAÚDE	DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
DIREITO DO DESPORTO	DIREITO E PRÁTICA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVOS	DIREITO IMOBILIÁRIO
DIREITO MARÍTIMO	DOING BUSINESS IN EMERGING MARKETS	FISCALIDADE	CURSOS BREVES E INTENSIVOS 
EU Digital Markets – Technology, Business and Regulation	Crime e Impostos	Corporate Governance e ESG	Advanced Course in Gaming Law & Sports Betting
Valor Aduaneiro	+ INFORMAÇÕES 		NEXT DA SUA FORMAÇÃO EM DIREITO

www.fd.lisboa.ucp.pt
posgraduacoesdireito.sede@ucp.pt